

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.ª (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 34

(Sem revisão final)

14 de junho de 2019

(14h37 – 20h07)

Ordem do dia: Audição do Dr. Armando Vara (ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos)

Presidentes da Comissão: Luís Leite Ramos e João Pinho de Almeida

Deputados oradores:

Fernando Virgílio Macedo (PSD)

Constança Urbano de Sousa (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Paulo Sá (PCP)

Inês Domingos (PSD)

João Paulo Correia (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Duarte Marques (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Está aberta a reunião.

Eram 14 horas e 37 minutos.

Boa tarde a todos, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Agradeço ao Dr. Armando Vara a presença nesta II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

No início dos trabalhos, gostaria de lembrar que esta Comissão de Inquérito tem como objeto, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos (CGD) desde o ano de 2000, bem como a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Lembro também que, à luz do seu regime jurídico, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, são um instrumento qualificado de controlo parlamentar, recolha de informação e de esclarecimento de factos e é através das comissões parlamentares de inquérito que o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Ainda segundo o regime jurídico aplicável e o Regulamento desta Comissão de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos habitual: uma declaração inicial — que o Dr. Armando Vara já manifestou vontade de fazer — até 15 minutos, segue-se uma primeira ronda de perguntas/respostas de 8 minutos por grupo parlamentar, haverá depois uma segunda ronda de perguntas/respostas de 5 minutos e uma eventual terceira ronda com perguntas de 2 minutos por Deputado e com resposta final conjunta.

A audição será pública, a não ser que, por razões de sigilo, ou por outro tipo de reserva, seja pedida a resposta, em ronda final, não pública. Na verdade, como gosto de relembrar, o nosso entendimento é o de que a exigência, a transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim sendo, vamos dar início ao depoimento do Dr. Armando Vara, a quem dou a palavra para proferir a sua declaração inicial.

O Sr. Dr. **Armando Vara** (ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Trata-se de uma breve declaração.

Ex.^{mo} Sr. Presidente e Ex.^{mos} Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como é do conhecimento de VV. Ex.^{as}, coloquei-me à disposição do Parlamento para prestar todos os esclarecimentos sobre a minha atuação enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos e sobre todos os *dossiers* em que estive envolvido. Na sequência dessa minha disponibilidade, fui ouvido no dia 22 de março de 2017 na primeira Comissão Parlamentar, tendo prestado então todos os esclarecimentos que me foram solicitados. Aliás, segundo sei, todas as declarações prestadas nessa primeira Comissão fazem parte do acervo desta Comissão.

Como é do conhecimento público, os factos relativos à concessão de crédito a Vale do Lobo são objeto do processo conhecido por Processo Marquês, encontrando-se esse processo em fase de instrução, também por mim requerida, e no qual me defendo das acusações que me são feitas.

Assim sendo, entendo que, para salvaguarda dos meus direitos de defesa — e não é apenas um problema de direitos, também é de deveres —, não devo por ora pronunciar-me mais sobre quaisquer questões relacionadas com o financiamento de Vale do Lobo até que tudo esteja perfeitamente esclarecido naquele processo judicial.

Como compreenderão, todos os esclarecimentos sobre esse assunto serão prestados no âmbito da minha defesa naquele processo. Por isso, e como transmiti antecipadamente a esta Comissão, deixo desde já claro que não irei responder a perguntas relacionadas com o financiamento de Vale do Lobo.

Porque se me afigura importante deixar bem vincado, não posso deixar de reiterar que no processo de financiamento de Vale do Lobo todos os procedimentos legais e regulamentares foram cumpridos.

Por outro lado, não posso também deixar de manifestar a minha estranheza perante o facto de, sistematicamente, ser ignorado um acontecimento que reputo de relevante. Com efeito, ainda antes da aprovação da operação no Conselho Alargado de Crédito de 17 de outubro de 2006, o Presidente do Conselho de Administração da Caixa, que tinha o pelouro da Direção de Participações, entendeu convocar uma reunião do Conselho de Administração, tendo como único ponto da ordem de trabalhos o projeto de Vale do Lobo, com a presença dos promotores do projeto. Tal reunião realizou-se com a presença de, salvo erro, todos os administradores da Caixa e com os promotores Rui Horta e Costa e Diogo Gaspar Ferreira, que apresentaram o projeto e responderam às perguntas dos Srs. Administradores. Após a saída dos promotores, a reunião terminou

com agrado geral e com luz verde para participação da CGD no projeto sem qualquer objeção.

Por outro lado, procurei também sensibilizar VV. Ex.^{as} para a situação em que me encontro, que é do conhecimento público, de que resulta, entre outras coisas, a impossibilidade de acesso a qualquer tipo de informação desde há cinco meses, o que inviabiliza objetivamente a necessária preparação dos assuntos que estão em causa no âmbito desta Comissão.

Talvez VV. Ex.^{as} ignorem que uma pessoa nas minhas condições não tem acesso a qualquer meio de comunicação externo. Ou seja, não tenho acesso a nenhuma base de dados, não tenho nenhuma ligação com o exterior, a não ser por telefone — do que falarei a seguir, não vale a pena antecipar-me. Todas as pessoas com quem partilho este martírio encontram-se completamente inibidas de aceder a qualquer fonte de informação ou até a um simples computador sem acesso externo, mesmo que para datilografar.

Tudo o que eu quiser escrever faço-o à mão. Não é que isso seja uma coisa que eu não seja capaz de fazer, mas não é a mesma coisa para quem desde sempre usou computadores, sentindo que sairá infoexcluído da situação em que se encontra.

Uma pessoa torna-se, no mínimo, infoexcluída — eu e aqueles que me acompanham —, o que dá bem a dimensão do absurdo de um sistema que passa o tempo a falar na reintegração. Não será de todo, no limite, o meu caso, mas não deixa de ser curioso que pessoas que cumprem penas há longos anos estejam completamente desligadas do que é hoje a realidade do mercado de trabalho e que quando saírem, terminada a pena ou no momento que o sistema considerar necessário, dificilmente poderão ter alguma hipótese de reinserção.

Digo isto para que fique claro que nunca procurei eximir-me a prestar a minha colaboração para com o Parlamento, o que faço sempre com gosto. Não foi essa razão que, portanto, levou a que eu pusesse as questões que pus, mas para salientar que, neste momento, não disponho das condições que considero indispensáveis para o fazer da forma informada com que sempre procurei fundamentar as afirmações que faço. Não costumo fugir às minhas responsabilidades ou refugiar-me na falta de conhecimentos e assuntos, mas não se pode ignorar que estão em causa factos ocorridos há mais de 10 anos e que, sem o recurso a elementos de apoio, se torna uma tarefa muito difícil.

Finalmente, não podem as Sr.^{as} e os Srs. Deputados ignorar o brutal impacto causado pela situação em que me encontro e que afeta todas as dimensões da minha vida, embora perceba que sem se viver tal experiência se torna quase impossível ter a perceção da sua verdadeira dimensão.

Fico, pois, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros da Comissão, com os limites que assinalei, ao vosso dispor.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Armando Vara.

Vamos dar início às intervenções dos grupos parlamentares.

A primeira intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do PSD, através do Sr. Deputado Virgílio Macedo.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Armando Vara, estou certo de que estará disponível para responder às minhas questões, sendo a minha primeira pergunta a seguinte: quem é que o convidou para administrador da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Foi o então Ministro das Finanças, Dr. Fernando Teixeira dos Santos.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O Sr. Doutor era amigo do Dr. Teixeira dos Santos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Tinha uma relação boa com ele. Já o conhecia há longos anos. Não direi há 20 anos, mas há uma boa dezena de anos, provavelmente.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Uma coisa é ter uma relação e outra é ser amigo pessoal.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, amigo... Acho que há uma expressão que está muito em voga, que é «amigo de casa». Amigo de casa, não, não ia a casa dele.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — E era amigo do Dr. Santos Ferreira?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Bom..., conhecia o Dr. Santos Ferreira há mais tempo, mas não tinha nenhuma relação especial com ele. Ao tempo em que as coisas se passaram, tinha, provavelmente, mais proximidade com o Dr. Teixeira dos Santos do que tinha com o Dr. Santos Ferreira.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Pode partilhar connosco qual a experiência profissional que tinha enquanto banqueiro, na

banca, na data em que foi convidado para administrador da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu era diretor/coordenador de uma direção, a Direção de Património, Segurança e Gestão de Imóveis, que tinha a ver com obras, aquisição e venda de património, daí a palavra «gestão». Entrei para a Caixa em 1985, se não me falha a memória, e fui entrando e saindo; ao longo da minha vida de Deputado, saí várias vezes e voltei várias vezes. Quando regresssei definitivamente à Caixa foi como diretor adjunto. Quatro anos e poucos meses depois, era diretor/coordenador porque, naturalmente, a administração reconheceu que eu dei provas e tinha competência para exercer os cargos que exerci.

Numa instituição como a Caixa, ou mesmo numa instituição como um banco normal, quando alguém é nomeado diretor quer dizer que a área de recrutamento dessa instituição ou a própria administração considera que essa pessoa está preparada para exercer em todas as áreas que tenham a ver com o domínio da instituição.

Portanto, quando fui convidado para exercer as funções que exerci na administração só as aceitei porque me considerava preparado para as exercer.

Eu percebo que é difícil recuar ao momento em que isso aconteceu. Vê-se mesmo pela forma como a Comissão tem sempre orientado a sua atividade que umas vezes não convém regressar ao momento em questão e que outras vezes é impossível regressar ao momento em questão. E, na verdade, quando eu saí da Caixa e passei para o BCP — de que provavelmente também iremos falar, mas adianto já alguma questão —, fomos eleitos pela assembleia geral da acionistas com 87,23% dos votos, havendo outra lista concorrente. E isso só aconteceu porque a esmagadora

maioria dos acionistas do BCP acreditava que nós éramos capazes de reorganizar a vida do banco.

Portanto, nunca, em toda a minha vida na banca, até que o Ministério Público pôs em causa a minha idoneidade, alguém questionou a minha capacidade ou competência para o exercício do cargo, que, suponho, é o que subjaz à sua pergunta.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não, Sr. Doutor, porque na data em que foi nomeado administrador da Caixa Geral de Depósitos efetivamente a sua carreira profissional passava muito mais por uma carreira política do que por uma carreira como banqueiro, como conhecedor da área creditícia, como conhecedor da área financeira, que é o *core business* de um banco. Por isso, claramente, se o Sr. Doutor não era amigo, como disse, nem do Dr. Teixeira dos Santos nem do Dr. Santos Ferreira, se, na minha opinião e na da generalidade das pessoas, não tinha currículo académico e profissional na área da banca para ser administrador da Caixa Geral de Depósitos, sobra a sua vertente política. Ou seja, a racionalidade da sua nomeação enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos foi uma racionalidade política.

Concorda ou não concorda? Não acha que isso tem importância? Que a sua carreira política foi relevante para ser nomeado administrador da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O senhor considera, portanto, que a carreira política, em que o senhor também está envolvido, é cadastro, não é currículo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não concordo com isso, porque não podemos...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Vai-me desculpar, mas o que o senhor insinuou outra vez foi que a minha carreira política era uma carreira de cadastrado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não foi isso que eu disse.

O que eu disse foi que as suas competências eram muito mais ao nível político do que ao nível de banqueiro. Foi isso que eu disse claramente.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, quem tem de julgar as competências das pessoas que elegem, são os acionistas; das pessoas que nomeiam, são as entidades que nomeiam.

Eu fui avaliado por essas pessoas e não desmentido pela avaliação que o próprio Banco de Portugal fez sobre essa questão.

Nada pôs em causa a minha competência, nem os anos puseram. Se alguma coisa os anos comprovaram foi que eu tinha reunidas as condições de competência e liderança para exercer as funções que exerci.

Sr. Deputado, eu não quero que se sinta influenciado por esta minha decisão. O senhor é livre de pensar o que quiser.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — A minha opinião é que o Dr. Armando Vara era um comissário político do Governo junto da Caixa Geral de Depósitos.

A sua nomeação foi uma nomeação política e, portanto, não estou a dizer que não foi uma nomeação legítima. Foi uma nomeação claramente política e os resultados estão à vista.

O Dr. Armando Vara, enquanto foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, participou em inúmeras reuniões do Conselho Alargado de Crédito, que tomou determinadas decisões de crédito que já custaram aos portugueses mais de 1000 milhões de euros em perdas e imparidades por parte da Caixa Geral de Depósitos.

O que é que o Sr. Doutor tem a dizer aos portugueses relativamente a essas perdas que foram infringidas aos portugueses durante o seu mandato?

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— O Sr. Deputado já fez as contas sobre os lucros da Caixa Geral de Depósitos nos dois anos e meio em que eu e a equipa que eu integrava dirigimos a Caixa? Já fez as contas?! Se vamos para essa contabilidade, façamos as contas.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — As imparidades excedem largamente os lucros, que, pelos vistos, não eram lucros que deveriam ter existido.

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Mas, então, faça o exercício das imparidades referentes ao exercício em que nós estivemos. E, mesmo que não queira fazer esse exercício, faça o exercício comparativamente da banca com os restantes bancos do País. Ou não fez?

Quer dizer, como é que pode ter havido uma crise no mundo inteiro e não existiu em Portugal?! E, mesmo que tenha existido em Portugal, porque é que só pode ter afetado a Caixa e não o sistema?!

Sr. Deputado, pode ler-se no jornal *Público*: «Imparidades: CGD estava em linha com a banca europeia» — veja bem, nem era só com a portuguesa, era com a banca europeia — e «Imparidades da CGD estavam em linha com os restantes bancos». Repito, são títulos de notícias que

saíram no jornal *Público*. Não lhe vou ler as notícias todas, mas, se quiser, forneço-lhe uma fotocópia à saída.

Muito simplesmente, também para não demorar muito tempo, a questão é a seguinte: a Caixa foi o banco que melhor comportamento teve e que melhor saiu da crise, talvez um bocado tarde. Mas aí já não tenho nada a ver com isso. E essa ideia que uma luminária trouxe ao debate público sobre a banca de que os créditos mal concedidos pagam-se seis anos depois é uma ideia de quem nunca dirigiu um banco.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — É uma ideia de quem nunca iria tomar decisões sistematicamente contra os pareceres da Direção de Gestão de Risco, que foi isso que o Sr. Doutor fez durante o seu mandato.

Disse que não falava sobre Vale do Lobo, e eu respeito, embora, na sua declaração, tenha feito referências a esse processo. No entanto, relativamente a essa matéria, gostaria apenas de lhe dizer o seguinte: hoje, sabemos que o Dr. Armando Vara, em 2017, na outra Comissão, omitiu, mentiu, relativamente a como chegou o processo de Vale do Lobo à Caixa Geral de Depósitos. Já várias pessoas, que passaram aqui nesta Comissão, disseram que foi o Sr. Doutor que fez chegar esse processo à Caixa Geral de Depósito. E não estou aqui a fazer nenhuma avaliação da bondade dessa sua atitude, pois há documentos que provam que o Sr. Doutor fez chegar esse processo.

Mas vamos a uma tema em relação ao qual o Sr. Doutor pode falar, que são as operações realizadas com a Fundação Berardo, com a Metalgest e com a Investifino.

O Dr. Armando Vara afirmou na outra comissão de inquérito que, quando chegou à Caixa Geral de Depósitos, havia uma exposição de 4% da Caixa Geral de Depósitos sobre o BCP e que chegaram à conclusão que era

excessiva essa exposição. Tomando essa sua afirmação como verdadeira e correta, o que é que ocorreu entre agosto de 2005 e o primeiro semestre de 2007...

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Exposição a?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Exposição ao BCP. A Caixa tinha 4% no BCP, que era uma exposição excessiva — estou a citar as suas palavras.

O que é que ocorreu entre agosto de 2005 e o primeiro semestre de 2007 para que, durante o primeiro semestre de 2007, a Caixa Geral de Depósitos tenha concedido centenas de milhões de euros de crédito para comprar ações do BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Sr. Deputado, quando me referi a exposição excessiva, referia-me à exposição que o banco tinha enquanto acionista do BCP. Se vir as declarações, isso tinha a ver com o facto — vou citar de memória e peço o favor de considerarem que é uma ordem de grandeza — de a Caixa, quando nós chegámos à administração, ter cerca de 8% ou 9% de ações do BCP na sua carteira de participações. Não estava a falar de crédito. É caso para dizer... Bem, isto também me permite demonstrar o infundado de algumas afirmações que foram feitas por pessoas que aqui vieram sobre o suposto assalto ao BCP.

Uma das nossas primeiras decisões, em relação a essa carteira de participações, foi a de sair dela tanto quanto possível. É que não se sai de uma carteira de 8% ou 9% de um dia para o outro, porque isso tem logo um efeito no mercado que até faz com que quem quer vender perca dinheiro em vez de ganhar.

Portanto, nós decidimos ir saindo da carteira do BCP e mantivemos essa política de venda de ações do BCP até mesmo durante aquele período de agitação e de divisão das guerras internas do BCP, digamos assim.

A partir de uma certa altura, parámos porque no meio dessa contenda o Dr. Paulo Teixeira Pinto deu conta de que a Caixa estava a vender a sua participação e encontrou o presidente da Caixa, ou ligou-lhe, não tenho a certeza, e disse que gostava de falar com ele sobre esse tema. E o presidente, que ia para o estrangeiro, respondeu-lhe: «Se é urgente, ligue ao Armando Vara e converse com ele sobre isso porque dirigimos em conjunto». Eu tenho até a sensação de que, nessa altura, o pelouro das participações da Caixa já era dirigido pelo Presidente da Caixa, o que, no início, não acontecia. Era eu o primeiro responsável e ele o suplente e, algum tempo depois, por força de uma regularização de pelouros, ele passou a ser o primeiro responsável e eu o suplente.

Então, fui eu que fui falar com o Dr. Paulo Teixeira Pinto ao BCP e o tema da conversa foi: porque é que estávamos a vender? E eu expliquei-lhe que a administração tinha considerado que a exposição era exagerada e que também não víamos nenhuma vantagem para a Caixa Geral de Depósitos ter uma participação daquela dimensão num banco que era concorrente. Não fazia muito sentido.

Depois de conversarmos um bocado, ele disse: «Bom, eu compreendo, mas este não é o momento melhor para o BCP e mesmo para vocês como acionistas». Eu sempre achei que uma participação da Caixa no BCP funcionava, de certa maneira, como um seguro de vida para nós em relação a possíveis OPA (ofertas públicas de aquisição).

Ele considerava que uma participação relevante da Caixa no BCP protegia o BCP por ser um banco do Estado. Quer dizer, haver lá uma participação defendia-o de uma qualquer OPA porque ninguém se atreveria a fazer uma OPA a um banco que tinha uma participação qualificada do

Estado. Então, pediu para que, no mínimo, mantivéssemos uma participação de 1%.

Lembro-me que, não muito tempo depois, as coisas encaminharam-se noutro sentido e, quando eu saí da administração da Caixa, não sabia qual era a participação que a Caixa ainda tinha, mas era, seguramente, já muito abaixo de 5%.

Portanto, a administração da Caixa nunca teve qualquer intervenção nas guerras do BCP, encontrou uma situação que procurou desfazer com tranquilidade e de maneira a não causar danos à instituição e a si próprio, na medida em que, se as ações descessem, também causava danos a si próprio.

Isto é o que se me oferece dizer sobre a questão, tentando ser o mais rigoroso possível.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, quando a Caixa Geral de Depósitos financia centenas de milhões de euros para comprar ações, qual é o racional dessas operações?

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Eu podia estar aqui a explicar coisas e mais coisas, mas confesso que acho que não devo ir por aí, porque essas operações, algumas delas ou quase a totalidade delas, foram também, votadas por mim no Conselho de Crédito em que eu participava. Que fique claro, independentemente do que eu vou dizer, que não enjeito a responsabilidade que tive nessas decisões.

Agora, todos nós fazíamos parte de um órgão colegial, digamos assim, onde as decisões se tomavam sempre por consenso. Sempre que, por qualquer razão, e aconteceu algumas vezes, quer no Conselho de Administração, quer no Conselho Alargado de Crédito, quer no conselho normal de crédito, quer no conselho de pessoal, administração e meios, os

vários conselhos que existiam na Caixa Geral de Depósitos, bastava que um elemento do Conselho de Administração desse sinal de algum desconforto em relação ao que estava a acontecer para que a operação parasse, ficasse para a próxima reunião ou ficasse até que a pessoa em questão se sentisse confortável ou, pura e simplesmente, fosse mesmo retirada, se fosse o caso.

Portanto, uma administração que funciona colegialmente, em que todos os membros da administração se reveem nos procedimentos, acreditava que as instituições internas que levavam a Conselho e que, no caso dessas operações era a Direção de Grandes Empresas e noutros casos a banca de investimento, que eram dirigidas pelo vice-presidente da Caixa, e o Risco, que era tutelado pelo presidente da instituição, quando essas operações chegavam ao Conselho de Crédito achava razoável... Imaginemos até que algum membro da administração tinha uma questão a colocar — havia discussão, como certamente já aqui foi dito por outras pessoas, e às vezes discussão viva —, o senhor acha que o dever dele era pô-la naquele Conselho onde estavam todos os diretores de topo da instituição? Divergências entre membros do Conselho deveriam ser assumidas ali? Não eram assumidas ali, se as houvesse, eram assumidas ou no Conselho de Administração ou até pessoalmente junto do presidente e do vice-presidente.

É assim que é possível funcionar. Não era possível que a direção da Caixa tivesse outro funcionamento enquanto órgão colegial, fosse o Conselho de Crédito, o normal, o Alargado, o Conselho de Administração... Era um órgão colegial onde as pessoas assumiam os procedimentos com naturalidade.

O normal era que se confiasse nas instituições que levavam as decisões a Conselho e, naturalmente, também nos administradores que as tutelavam.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, continuo sem perceber porque é que, por um lado, a Caixa Geral de Depósitos, e na sua opinião, devia reduzir a sua participação diretamente no BCP e, por outro lado, estava a conceder crédito em que a garantia eram as próprias ações. Se alguma coisa corresse menos bem, como correu, as perdas ficavam para a Caixa Geral de Depósitos, como ficaram, enquanto, se tivesse havido mais-valias, ficavam para os privados. Como é que justifica o racional dessa operação? Como é que justifica que, nessa altura, o *pricing*, ou seja, o *spread* cobrado em operações especulativas de compra de ações fosse menor do que em crédito concedido para operações de indústria e de comércio? Muitas vezes, essas operações industriais, comerciais, não tinham acesso a crédito, quando operações especulativas de compra de ações tinham acesso a crédito. Como é que explica isto, tendo em conta que a Direção de Gestão de Risco alertou para esse facto?

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Como é que explico a decisão de ir saindo do BCP e não explico a decisão de crédito? Eu podia dizer simplesmente que numa era eu que tinha a iniciativa da decisão. Fui eu que tive a iniciativa da decisão de ir retirando do BCP, mas não tinha a iniciativa de decisão no resto. De qualquer forma...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Votou no Conselho Alargado de Crédito!

O Sr. Dr. **Armando Vara**:— Desculpe, expliquei-lhe como é que funciona.

Se a questão é: era responsável? Era! Era responsável pelo crédito.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Alguma vez o Sr. Doutor alertou os seus colegas de administração para o risco que existia inerente à exposição excessiva de crédito concedido com base em garantias, simplesmente, de ações do BCP? Ou seja, o risco BCP estava presente em muitas operações de crédito relevantes na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, pelo menos individualmente era avaliado. Cada operação...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Isto não é avaliado individualmente.

O Sr. Doutor, numa reunião do Conselho de Administração, com todos os administradores, nunca disse: «já realizámos muitas operações, temos de ter alguma cautela porque o risco do BCP começa a ser demasiado elevado?»

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, no nosso tempo foram aprovadas quantas operações ao Sr. Berardo? No nosso tempo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Foram realizadas operações de mais de 500 milhões de euros de crédito.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, não tenho ideia de que alguma vez tenha ido a Conselho de Administração ou a Conselho Alargado de Crédito algum *report* sobre a totalidade da exposição ao BCP. Não tenho ideia disso.

Portanto, na altura, não tinha ideia da dimensão das operações do BCP que já estariam em balanço.

Se me pergunta sobre os 500 milhões, a Caixa tinha balanço suficiente para operações dessa natureza sem que ficasse em causa a sua solvabilidade ou o que quer fosse. Quer dizer, isso, só por si, não era um problema.

Também recordo — e sei que já foi aqui recordado várias vezes — que uma coisa é olhar hoje para o «*dossier* Sr. Berardo» e outra coisa é olhar há 11 ou 12 anos para o mesmo *dossier*. Na altura, não só não havia qualquer problema com o cliente como não havia qualquer problema com ações, com as operações tendo como colateral ações de bancos, pelo contrário, porque eram um ativo a colateralizar uma operação que tinha muitas possibilidades de ser rapidamente liquefeito, transformado em dinheiro, se fosse o caso, o que muitas vezes era um dado relevante na avaliação do crédito.

Portanto, a Caixa, a partir de certa altura, teve até uma grande atividade comercial no sentido de dar crédito a operações, tornando firmes certas operações de venda de ações com crédito da Caixa. Dir-me-á que de pequenos aforrados. Sim, porque essa era a natureza de grande parte da clientela da Caixa.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ainda há bocado o Sr. Doutor disse que diminuir uma participação no BCP para 4, 2 ou 3% não era uma situação fácil, teria de ser feito a pouco e pouco. Portanto, isso vai contra aquilo que disse agora acerca da liquidez das ações. Ou seja, não é fácil vender 400 ou 500 milhões euros de ações de um dia para o outro.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu disse que era fácil?!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Disse que em qualquer momento podia, era um ativo líquido.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — E não é verdade?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — 400 ou 500 milhões em ações não é.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — É uma questão de estratégia.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sei que é uma questão de estratégia. Pego mesmo nas suas palavras da questão de estratégia.

Todos já percebemos que existia uma estratégia por trás, existia um plano por trás dessa concessão de crédito massivo para a aquisição de ações. Estamos os dois de acordo relativamente a isso, e estamos também de acordo relativamente à importância que o Sr. Doutor tinha nesse plano, nessa estratégia. Por isso é que depois também transita da Caixa Geral de Depósitos para o BCP,

Sr. Doutor, quem é que o convidou para administrador do BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Foi o Dr. Santos Ferreira.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Em que data?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Foi no ano de ... no final de 2007, dezembro de 2007.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — No início ou no final?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Talvez no meio.

Risos.

É que não tenho o dia certo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Vou explicar-lhe porquê.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sei que foi depois de uma reunião em que ele participou na EDP...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Então, foi depois de dia 20.

Diga-me uma coisa: foi dito aqui, nesta Comissão, que no início de dezembro, tanto o atual Presidente da Caixa Geral de Depósitos como o atual Presidente do BCP, o Dr. Paulo Macedo e o Dr. Miguel Maya, chegaram junto do Dr. Filipe Pinhal e puseram os seus lugares à disposição porque disseram que se falava que a futura administração do BCP, obrigatoriamente, para passar, tinha de conter o seu nome e o do Dr. Santos Ferreira. O Sr. Doutor desconhecia isto?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O ex-administrador do BCP, ex-Vice-Presidente e também Presidente dizer isso... Mas, enfim, tenho boa opinião do senhor e acho que ele se enganou nas datas. Só pode!

Era impossível ter acontecido no dia em que ele disse que aconteceu. Portanto, ele só se pode ter enganado na data. Para mim, não tem outra explicação.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas tanto o atual Presidente da Caixa Geral de Depósitos como o Presidente do BCP não vieram desmentir as declarações do Dr. Filipe Pinhal.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu sei, mas era impossível na data em que ele disse. Eu não sabia de nada. Eu não sabia de nada.

O que é que hei de fazer para que você acredite? Não interessa.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, Portugal é um País pequeno, como o mundo das finanças, e, portanto, se o Sr. Dr. Paulo Macedo e o Sr. Dr. Miguel Maya sabiam, toda a gente sabia, no meio.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas ele enganou-se na data. Não há outra explicação. Não é possível. Na data em que ele disse que estavam a acontecer certas coisas, elas não estavam a acontecer.

A questão é muito simples: o senhor confere as datas e o Sr. ex-Presidente do BCP vai certamente concluir, um dia destes — porque ele chegou a essa conclusão muitos anos depois, como ele aqui disse, ou seja, que andou um ano inteiro sem perceber o que se estava a passar e agora tem a certeza de que naquele dia...

Não é possível! Nesse dia, só não posso dizer que não tinha nascido porque não é verdade, mas a ideia, ou o que quer fosse, não tinha nascido. Não é possível, no dia em que ele disse, ter acontecido isso. Boa razão: enganou-se na data. Aliás, nem quero crer noutra coisa, porque sempre considerei o Dr. Filipe Pinhal uma pessoa de enorme seriedade e, portanto, não quero crer que tenha sido possível ele ter dito isso. E eu não estaria aqui a dizê-lo com esta veemência se assim não fosse.

É que, ao tempo, isso não existia na cabeça... na nossa não existia, e acho que posso falar pelo Dr. Santos Ferreira também.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, era sabido o seu poder político na altura e por isso é que também transitou para o BCP. Tanto era conhecido o seu poder político que, inclusivamente, passados dois anos da sua saída de administrador da Caixa Geral de Depósitos, ainda lhe telefonavam, nomeadamente o ex-secretário de Estado Laurentino Dias, a pedir-lhe para interceder junto da Caixa Geral de Depósitos relativamente a uma operação. Portanto, não venha aqui tentar fazer-nos crer que a sua posição junto da Caixa Geral de Depósitos era de um administrador profissional, sem a componente política.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, Sr. Doutor, estamos a falar do BCP ou da Caixa? Essa parte, agora, deixou-me assim um bocado... É que me baralhou todo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Estamos a falar das razões, como é que o Sr. Doutor transita da Caixa para o BCP, que, obviamente, tiveram também por base o seu poder político, as suas ligações políticas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — E, então, qual é a pergunta, desculpe?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — A pergunta é que o Sr. Doutor não nos pode fazer crer que esta sua passagem da Caixa para o BCP não teve também essa ligação em termos políticos. Ou seja, na sua opinião, vem dizer aqui que ninguém no sistema sabia que havia essa exigência...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, para concluir, coloco duas questões muito simples. A primeira é que o Sr. Doutor, numa conversa telefónica — e esta é uma curiosidade —, refere-se ao Eng.º José Sócrates como «chefe». Portanto, queria perguntar-lhe, mais descontraidamente, se o Eng.º José Sócrates era o «chefe», qual era o seu cargo, no meio desta hierarquia informal.

Depois, e para concluir, queria dizer-lhe cara a cara, olhos nos olhos, sem que me interprete mal, que obviamente todos sabemos que o Sr. Doutor era um dos rostos de uma estratégia que existia de assalto ao poder, de assalto a cargos públicos, que existiu em Portugal ...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem mesmo de concluir.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... entre 2005 e 2009.

É um dos rostos, é inegável! Era um assalto que visava o favorecimento de amigos, o favorecimento de negócios de amigos, e o controlo da Caixa Geral de Depósitos e do BCP também faziam parte dessa estratégia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Por isso, Sr. Doutor, lamento que os portugueses ainda hoje paguem, e tenham estado a pagar muito caro entre 2011 e 2015, essa estratégia de assalto ao poder,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir ou tenho de lhe cortar a palavra.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... que pretendia ser um poder absoluto, sem regras, sem princípios, sem escrúpulos, um assalto ao poder pelo poder.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, o que é que eu hei de dizer?! O que é que eu hei de fazer para o convencer?! Não é possível fazer nada!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não é a mim, é aos portugueses.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas acha que os portugueses ... Ainda bem que falou nos portugueses, caramba! Ainda bem que falou nos portugueses. Ainda bem! Lembra-se dos resultados das últimas eleições, certamente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E dos resultados dos prejuízos da Caixa! Lembra-se da troica, do resgate...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que mantenham as condições para podermos prosseguir esta audição e que deixem de fazer interpelações e intervenções laterais ao objeto desta audição.

É a vez, agora, do Grupo parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Armando Vara.

Naturalmente, não lhe vou falar do assalto ao poder porque, se não, teria de falar de António Mexia, de Paulo Teixeira Pinto, enfim, de todas aquelas personagens do Compromisso Portugal que têm — que eu saiba — conotações políticas mais próximas do PSD do que do PS e continuam a ser grandes influenciadores nos centros de poder nacionais, sobretudo na energia. Portanto, não vamos por aí.

O que gostaria de lhe perguntar, Sr. Dr. Armando Vara, é muito simples. Independentemente da contabilidade, é verdade que no tempo em que foi administrador da Caixa Geral de Depósitos codeceidiu uma série de operações ruinosas cujo racional, à luz da prudência normal que se deve ter quando se dispõe de património alheio, não são explicáveis. Por exemplo, os empréstimos à Investifino, de Manuel Fino, e a José Berardo, para comprarem ações do BCP em que a garantia são as próprias ações do BCP.

Esteve no mesmo Conselho Alargado de Crédito que decidiu estes empréstimos mas acabou de nos dizer que uma das primeiras decisões que tomou foi precisamente a de reduzir a exposição direta, em termos de investimento, ao BCP. E pergunto-lhe qual é a diferença entre comprar ações diretamente ao BCP ou emprestar dinheiro ao Sr. José Berardo ou ao Sr. Manuel Fino para eles comprarem ações, quando, por sua vez, se não cumprirem, como não cumpriram, o colateral são as ditas ações, reforçando assim, se quisermos, a exposição da Caixa Geral de Depósitos. O que não conseguimos perceber é qual é o racional.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, retribuo o cumprimento.

Sr.^a Deputada, sinto que é muito complicado para quem não acompanhou o momento em que todas essas decisões tiveram o seu racional — e, por isso, avançaram, como avançaram noutros bancos —, agora, nos tempos que correm, é difícil olhar para trás e ver o contexto, a

circunstância, digamos assim, porque somos sempre nós e a nossa circunstância.

Na verdade, créditos garantidos por ações não era um tema que repugnasse aos bancos, pelo contrário, a generalidade dos bancos aceitava-o com facilidade, pelas razões que já disse e não só, também porque, na verdade, os bancos quando fazem um empréstimo, quando acreditam num cliente e lhe dão crédito, acreditam que vão reaver o crédito acrescido do respetivo *spread*, ou juros, como quisermos chamar-lhe. Se não, não emprestavam.

Sr.^a Deputada, não pense que todas aquelas decisões foram tomadas de ânimo leve. Devo ter sido das pessoas que participou em mais reuniões dos Conselhos de Crédito, porque, tendo responsabilidades no acompanhamento de direções que tinham clientes de crédito, tinha esse dever. Provavelmente, eu, o Dr. Maldonado Gonelha e mais dois administradores e também o Dr. Bandeira, a Dr.^a Celeste Cardona, por força da tutela na área jurídica, a qual intervinha sempre ativamente, e depois havia uma certa geometria variável que dependia muito das operações que iam ao Conselho, nenhuma pessoa que participou nisso está contente com o que se passou. Se alguma vez tivéssemos imaginado que algum daqueles créditos não iria ser honrado, nós não teríamos concedido. O que aconteceu, repito, foi algo que arrasou uma boa parte da finança no mundo inteiro e Portugal não podia ficar imune.

Vamos ver o que aconteceu com o imobiliário, mas isto serve para qualquer setor de atividade. Só no Algarve foram cerca de 150 *resorts*, hotéis, imobiliário turístico que ficaram falidos. Foram dezenas ou centenas de empresas que foram arrasadas.

Dito de uma forma mais simples: todas as operações, todas as empresas, operações, setores — toda a economia — que estavam alavancados em empréstimo bancário praticamente faliram, porque os

colaterais diminuíram de valor, logo a garantia diminuiu de valor, os bancos começaram a exigir reforço das garantias e, porque não havia, foram executados ou faliram.

Portanto, não é possível, Sr.^a Deputada, isolar uma operação *A* ou *B* e retirá-la do contexto em que ela foi aprovada. Não é possível! Quer dizer é possível isso. Só é possível — e peço-lhe a si e aos Srs. Deputados que não me interpretem mal — por más razões, digamos assim, não é possível por boas razões. É por isso que se torna tão difícil também justificar o que, aparentemente, é injustificável. Ninguém teria aprovado aquelas operações se as olhasse no contexto de hoje. Ninguém as aprovava.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Seguramente que temos de contextualizar, mas existe algo que tem a ver com aquele sentido de elementar prudência, se quisermos, que qualquer gestor tem de colocar nos negócios que gere, sobretudo porque está a dispor de património que não é seu.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Concordo!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Alguém pedir a totalidade de um empréstimo para jogar na Bolsa é altamente especulativo. A verdade, porém, é que, além dos rácios de cobertura serem extremamente baixos, ou seja, à mínima variação da cotação os contratos entravam logo em incumprimento, as garantias não eram de todo em todo sólidas. Havia dispensa de avais pessoais, havia dispensa em tudo, eram só as ações. É como se eu lhe pedisse dinheiro emprestado para ir jogar no casino e desse as fichas como garantia. Se dobrasse as fichas, muito bem, devolvia-lhe o dinheiro; se as perdesse todas na roleta, ficava sem ele, mas o problema não era meu, era seu porque me emprestou o dinheiro.

Portanto, há esta parte da racionalidade que, mesmo à época, mesmo no contexto de uma certa euforia com a economia, não é explicável do ponto de vista da elementar prudência.

Falemos de um outro negócio. Recordá-se, por exemplo, do empréstimo ao Grupo Lena, da família Barroca Rodrigues, para a reestruturação do passivo da Abrantina? Este foi um empréstimo que veio sucessivamente ao Conselho Alargado de Crédito, no espaço de três semanas, sempre neste sentido: reduzir as garantias, ou seja, tornar para a Caixa Geral de Depósitos um negócio mais arriscado, através de dispensa de avais da família Barroca, etc., mas, pasme-se — isto também não tem racionalidade...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Pode referir-me a data em que isso aconteceu?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Posso referir-lhe a data em que isso aconteceu.

A primeira vez que a Abiber, que era a *holding* da Abrantina, veio ao Conselho Alargado de Crédito foi em maio de 2007, no dia 23 de maio de 2007. A Abrantina tinha sido adquirida pelo Grupo Lena para fazer a reestruturação do seu passivo — era uma empresa que estava falida — de cerca de 80 milhões de euros.

Logo na semana seguinte, volta de novo para quê? Dispensa de penhor das ações do Grupo Lena, que eram as mais valiosas, dispensa do aval dos proprietários, dos acionistas, e apenas a sua substituição por um aval de um pequeno acionista desta *holding*.

Depois, pasme-se — ou seja, as garantias, ao descer, tornam para a Caixa Geral de Depósitos o negócio mais arriscado e, se é mais arriscado, o

seu *pricing* deveria ser superior, mas não —, a descida foi não só dos *spreads* mas também das comissões.

Não contente, na semana a seguir, tem uma descida suplementar, no fundo, da margem de lucro da Caixa Geral de Depósitos.

Isto tudo contra o parecer da Direção de Gestão de Risco. Pela primeira vez, vi, numa ata do Conselho Alargado de Crédito, a necessidade que este Conselho teve de justificar a decisão contra o parecer, que era claramente desfavorável, da sua Direção de Gestão de Risco, que previa tudo aquilo que veio a acontecer.

Pergunto-lhe: à luz do elementar dever de diligência como é que o administrador, que está ali e que, de certeza, leu aquele parecer da Direção de Gestão de Risco, que até era desfavorável, das três vezes votou favoravelmente?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Suponho que isso teve origem ou no Banco de Investimento ou na Direção de Grandes Empresas.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Banco de Investimento.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Bom, Banco de Investimento.

Na verdade, não tenho grande memória dessa operação, mas não quer dizer que não tenha tido responsabilidade. Se consta na ata como tendo votado é porque votei e tenho a responsabilidade inerente à dos meus colegas que votaram.

Como já disse, as operações eram apresentadas pela direção de onde vinham. No caso da banca de investimento, na maioria dos casos, eram ratificações das decisões tomadas na administração do Banco de Investimento e, portanto, o pressuposto era sempre o de que eram as

instâncias mais competentes da Caixa a tomar a decisão, porque eram aquelas que conheciam os clientes, conheciam os *dossiers*, tinham toda a vida das empresas com eles.

Como compreenderá — aliás, há bocado pus essa questão em relação ao Sr. Deputado que a antecedeu —, havia algum cuidado dos administradores da Caixa em não se porem a discutir uns com outros, a discordarem, na frente de um Conselho de Crédito que tinha uma dimensão semelhante a este, porque, obviamente, não era bom para a instituição. Iria dar uma ideia de divisão na administração da Caixa, que não era correta, mesmo que viesse a acontecer. Por vezes, como disse, acontecia noutros órgãos e até em relação a algumas operações também acontecia porque suscitavam questões... Mas eu não me lembro — eu não o fiz — de alguém ter suscitado algum problema em relação a essas questões.

Portanto, vindo elas de onde vinham — como disse há pouco, Caixa de Investimentos ou Direção de Grandes Empresas —, tendo quase sempre pareceres condicionados do risco, não eram pareceres negativos —...

A Sr.^a Constança Urbano de Sousa (PS): — Desfavoráveis!

O Sr. Dr. **Armando Vara:** — ... admito que sim, alguns poderiam ser desfavoráveis —, e sendo essas áreas tuteladas pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, compreenderá que o mais provável era que não houvesse uma grande preocupação de reapreciação, uma vez que elas tinham sido estudadas, como, aliás, eu aqui disse, duas ou vezes pelo Crédito.

Sr.^a Deputada, volto ao tema inicial da sua questão. É preciso ver o contexto. A Sr.^a Deputada fez uma exposição tal que até eu posso dizer hoje, como já ouvi algumas pessoas dizerem em relação a outras operações, eventualmente até em operações em que eu tinha participado... Posta a questão como a Sr.^a Deputada a pôs, eu digo: também eu acho estranho.

Até sou levado a concordar consigo, mas isso não faz sentido porque o contexto não é esse. Peço-lhe desculpa, Sr.^a Deputada, mas nós estamos a analisar operações, em primeiro lugar, que foram tomadas há mais de 10 anos e, em segundo lugar, num contexto que não tem paralelo. Há um século que não acontecia uma coisa daquelas.

Diz-me assim: mas na altura, as ações... Na altura, isso era «o pão nosso de cada dia» na banca. E a Caixa geral de Depósitos não era estranha ao mercado, agia com o mercado agia.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Dr. Armando Vara, então, vamos situar-nos no contexto.

É normal, mesmo naquele contexto, em 1987, financiar operações, sejam elas especulativas ou não, sem que o mutuário tenha o mínimo de fundos próprios?

O Sr. **Presidente**: — 2007!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — 2007, desculpe.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Se a Sr.^a Deputada tivesse sido administradora da Caixa Geral de Depósitos e a seguir tivesse ido para Vice-Presidente do BCP, como eu fui, diria: era normal, era. E até era mais normal nuns sítios do que noutros.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, era normal... Já percebo porque é que estamos aqui hoje a discutir as perdas da Caixa Geral de Depósitos, que, no fundo, são cobertas por quem? Por nós, por todos nós, cidadãos portugueses.

Era normal, por exemplo, que um Conselho Alargado de Crédito autorizasse num administrador o aumento da importância do empréstimo autorizado?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Era muito normal o Conselho Alargado de Crédito, ou o Conselho de Crédito, ou o Conselho de Administração delegarem num dos seus administradores um tema que dissesse respeito ao seu pelouro. Era muito normal.

Eu sei aquilo a que está a referir-se, mas, se a Sr.^a Deputada quiser ver o despacho em questão, o despacho onde está a delegação, reparará que — não sei até que ponto esse tema foi discutido, porque não tive oportunidade de assistir a muitas das discussões que aqui se passaram — o procedimento normal dos conselhos de crédito era o de, no final do Conselho de Crédito, o diretor competente da área escrever o que tinha ficado decidido e o administrador assinar. Portanto, não foi o administrador, ele próprio, que escreveu, não, foi o diretor que escreveu aquilo que tinha sido decidido pelo Conselho, por proposta dele. Essa passagem de competência para o administrador ocorria por uma questão de necessidade de fazer determinado tipo de coisas que a direção achava necessárias. E foi natural. Isso aconteceu dezenas de vezes ao longo do tempo em que passei pela Caixa. E não foi só em relação, foi em relação a mim e em relação a todos. A quem é que havia de se delegar? A quem é que o Conselho delega? Num dos seus membros.

Até vou dizer-lhe outra coisa: acho que até nem era necessário, porque essa delegação de competências no membro da administração que tutela o pelouro respetivo é uma delegação genérica que o próprio Conselho atribui aos administradores logo no início do seu mandato. Há um outro documento, anterior a esse, que até cobria, mas, por norma,

sempre o Conselho se referia à delegação de competências que entendia em cada momento fazer.

Portanto, Sr.^a Deputada, eu não vejo que isso seja uma coisa anómala. Vejo que isso é uma forma normal de as instituições funcionarem. Ainda hoje, acontece em todo o lado.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Dr. Armando Vara, nós aqui ouvimos pessoas dizerem que era caso único, nunca tinham... O que eu vi, e estudei bastantes *dossiers* de crédito, é que era normal, nem sequer era no administrador, delegar no próprio diretor a possibilidade, por exemplo, de reduzir o *spread*, dentro de determinado limite, e nunca de aumentar o montante de um empréstimo de 194 milhões para 200 milhões de euros. Em relação a isso, todos disseram que seria caso único, que não se recordam.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, dá-me licença?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — A Sr.^a Deputada verificou para que é que se destinava o aumento de crédito?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Para Vale do Lobo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas Vale do Lobo para quê?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não tinha qualquer tipo de justificação.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Se for verificar onde foi aplicado, verá que foi aplicado para poder fazer hipotecas. Ou seja, a Caixa exigiu que as hipotecas fossem feitas, uma a uma, de todos os bens imóveis sujeitos a hipoteca e a empresa, nesse momento, não dispunha de meios para pagar os custos das hipotecas, porque eram umas centenas de lotes, etc., e pediu que fosse aumentado o *plafond* para isso. Essa foi uma questão solicitada pela direção e foi aceite pelo banco. Muito bem, para avançar com isso... O administrador do pelouro que veja o que é necessário e ponha isso a andar. Tão simples como isto!

Isso, então, Sr.^a Deputada, peço desculpa mas é uma coisa que não é só do contexto, é uma prática corrente em todos os bancos.

As pessoas podem, por falta de experiência ou porque nunca olharam para aquilo — é que depois, numa administração, também tem pessoas que só veem o que querem, não é, e tem, no contexto, pessoas que, não sei quantos anos depois, nunca viram nada, nunca estiveram lá, só iam lá fazer número. Também já ouvi tudo em relação a isso...

Não, Sr.^a Deputada, eu estava lá para assumir todas as minhas responsabilidades, na altura e hoje. Mesmo sabendo que, nalguns casos, não tinha toda a informação sobre o *dossier*, acreditava que as pessoas que o levaram lá a tinham, eram competentes, eram leais ao Banco, eram honestas e não estavam a fazer aquilo para prejudicar o Banco, decidiram sempre pensando que era o caminho certo.

Dez anos depois, ou alguns anos depois, podemos achar que não. Por vezes, o futuro reserva-nos coisas estranhas e surpresas inacreditáveis.

Havia um velho amigo, conhecido de todos vocês, que costumava dizer: «é a vida.»

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Dr. Armando Vara, voltando ao contexto, é normal, mesmo à época, que um Conselho

Alargado de Crédito conceda à Selenis, da Matos Gil, do Grupo Imatosgil, uma sociedade recém-constituída, 115 milhões de euros para comprar ações da La Seda, em que o colateral são as próprias ações da La Seda, num momento em que La Seda tinha uma volatilidade nos mercados absolutamente excessiva e já deixava antever o seu fim, a falência, passado pouco tempo? Passado pouco mais um ano, a Selenis já estava a incumprir, a Caixa já estava a declarar o vencimento antecipado deste contrato e, passado mais um ano, estava a executar as ações que cobriram cerca de 8 milhões, para 115 milhões, gerando um enorme buraco. E quem que pagou esse buraco fomos nós, os portugueses, os contribuintes.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, em boa verdade, não tenho nada mais a acrescentar sobre essa matéria além daquilo que aqui já foi dito pelo presidente de então do Banco de Investimento e também pelo Presidente da Caixa. Eles já acompanharam o *dossier* de perto, trabalharam naquele *dossier*, sabiam tudo sobre aquilo. O que é que posso acrescentar ao que eles já disseram? Com franqueza, acho que nada! Quanto muito, posso dizer: revejo-me nas afirmações que eles aqui fizeram

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, boa tarde a todas e a todos.

Dr. Armando Vara, já lhe perguntaram sobre a sua ida para a Caixa Geral de Depósitos e eu gostaria de perguntar de novo se, porventura, alguma vez falou com José Sócrates sobre essa ida para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, Sr.^a Deputada, não falei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E sabia que o Ministro Campos e Cunha, anterior a Teixeira dos Santos, se demitiu do seu cargo por discordar das escolhas para a nova administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não me lembro que no tempo do Professor Campos e Cunha tenha havido alguma nomeação. Lembro-me, como já referi aqui na anterior Comissão de Inquérito, que fui convidado pelo então Ministro das Finanças Campos e Cunha para um almoço, que ocorreu no centro Cultural de Belém, em que o tema era suposto ter sido «Caixa Geral de Depósitos». Ele, ao telefone, disse-me que gostava de falar comigo porque eu estava na Caixa Geral de Depósitos, estavam em preparação uma série de decisões e gostava de ouvir a minha opinião. Fui almoçar com ele.

Na verdade, numa hora e meia ou duas de almoço, o tema Caixa Geral de Depósitos demorou para aí 10 minutos, na parte final do almoço, porque depois o tema acabou por ir para aquelas ideias que ele tinha de que não devia haver investimento públicos que não fossem rentáveis — enfim, não vale a pena falar sobre isso —, o que levou, aliás, a grandes divergências entre ele e o Primeiro-Ministro, como foi público na altura.

Quando ele falou sobre a Caixa Geral de Depósitos foi para me dizer que estava em preparação um projeto de mexida na Caixa, criando uma nova estrutura no grupo, eventualmente uma *holding* que agrupasse todas as diversas participadas da CGD, e que ao mesmo tempo estava a pensar fazer uma mexida na administração da Caixa. E perguntou-me o que é que achava, como é que era.

Quando cheguei àquele momento já estava suficientemente preocupado com o que tinha ouvido do Sr. Ministro, que revelava uma instabilidade emocional óbvia, e já não quis conversar com ele sobre a Caixa Geral de Depósitos. Disse-lhe que ocupava na Caixa um cargo que reportava diretamente à administração e que não me sentia bem a dizer o que pensava ou a fazer confidências sobre o que no mundo Caixa se pensava da administração. Ele disse-me: «então, e se me mandasse uma folhinha A4 com duas ou três coisas sobre isso?» «Bom, deixe-me pensar», disse-lhe, e a conversa foi esta ou pouco mais.

Mais tarde, interpelado sobre essa conversa, que eu nunca trouxe a público, foi ele que a trouxe a público quando disse tinha reunido comigo, que tinha feito um almoço comigo sobre essa matéria — eu só falei nisso quando ele o trouxe a público —, ele disse que eu entendi esse convite para almoçar como sendo para me sondar (o que ele não fez), para saber alguma coisa da Caixa ou até para me conhecer melhor, porque o nosso conhecimento não era muito grande mas conhecíamos-nos o suficiente para ele me ligar e querer falar comigo.

Portanto, a razão por que ele se demitiu não foi seguramente a pressão sobre ele para mudar a Caixa Geral de Depósitos. Aliás, a carta que ele escreve é bem evidenciadora. O tema Caixa Geral de Depósitos, sem entrar em detalhes, tinha meia linha quando, se não estou em erro, a carta tinha várias páginas em que enunciava um conjunto de temas, os tais que o preocupavam e que o traziam muito sensível a notícias de jornais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Teve acesso à carta que foi escrita na altura?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, não tive.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, como é que sabe que eram só duas linhas?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Foi referido nos jornais todos. Aliás, houve jornais que publicaram a carta, toda ou quase toda, várias páginas. Sei que eram várias páginas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi mencionado que havia uma referência do então Ministro das Finanças a que se demitia, em parte, não digo na totalidade, por pressões para uma mudança na administração da Caixa. O que lhe perguntei foi se tinha conhecimento dessas pressões e do desconforto do então ministro sobre elas. Eram fortes o suficiente para entrarem numa carta e, portanto, pergunto-lhe se tinha conhecimento delas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, eu não tive conhecimento da carta, nessa altura. Sei que li várias coisas ao longo do tempo sobre a carta e que ele próprio falou nisso. O que nalgum sítio li foi que a parte referente à Caixa Geral de Depósitos não era uma nota de rodapé mas uma coisa semelhante.

Na verdade, como disse, fui convidado para o almoço, em que era suposto falar-se da CGD, e, de uma hora e meia a duas que demorou o almoço, não falámos 10 minutos sobre a Caixa, no final. O tema dele... Ele precisava de falar sobre aqueles temas e não sei porquê achou que eu era um bom interlocutor, o que não me desagradou, confesso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe muito concretamente se sabia de pressões do Primeiro-Ministro sobre o Ministro das Finanças para substituir a administração da Caixa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, não sabia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que conheceu Digo Gaspar Ferreira?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Quando ele era diretor ou administrador do Sporting e eu era Ministro da Juventude e do Desporto, a propósito do 2004.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E manteve outros contactos com ele desde então até ao momento em que foi administrador da Caixa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não. Devo ter falado com ele umas três ou quatro vezes no exercício das funções de Ministro e ele nas de dirigente ou responsável do Sporting por aquela área da construção do estádio. Fiz várias visitas ao Sporting, como fiz a outros clubes na altura, para pôr de pé esse projeto, mas depois tive uma imensidão de tempo sem falar com ele. Não tenho ideia de ter voltado a falar com ele.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Sr. Helder Bataglia, quando o conheceu?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, estamos a falar de um tema que anunciei que não ia falar, por razões que compreende.

Peço à Comissão e aos Srs. Deputados o favor de considerarem que tenho o dever de me defender das acusações que me são feitas no local próprio. Tenho o dever mas também tenho o direito de o fazer.

Portanto, não quero falar desse tema enquanto ele estiver em tribunal. Estou disponível, pode é já não vir a jeito para a Comissão... Na

última Comissão falei com grande à-vontade sobre o tema e falei com grande à-vontade sobre o tema no local próprio, o tribunal onde o processo decorre. Agora, por respeito para com o próprio tribunal, acho que não devo falar dele e espero que os Srs. Deputados compreendam que isto não é só um direito, é também um dever de respeito para com a justiça.

Por isso, Sr.^a Deputada, não vou responder a mais nenhuma questão que tenha a ver com Vale do Lobo. Não é porque não esteja à vontade para o fazer, é porque acho que não o devo fazer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Dr. Armando Vara, também acho que há uma razão para me ter respondido sobre Gaspar Ferreira e não me responder sobre Helder Bataglia, e essa razão é porque na última Comissão de Inquérito disse que não o conhecia antes do momento do crédito.

Da mesma forma que me diz que é seu direito não responder — certamente será —, é meu direito e meu dever fazer as perguntas. Responderá às que entender mas eu farei todas as perguntas, sem exceção.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputado, se me dá licença, direi que, se isso a ajuda nas conclusões que certamente tirará, mantenho a resposta que dei na Comissão anterior. Não há nenhuma razão...

O que não posso é dizer que não falo e, depois, a Sr.^a Deputada vai puxando...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Compreenderá que também é meu dever fazer isso...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Compreendo isso mas quero que saiba que pode continuar a puxar que eu não falarei mais sobre o assunto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quantas propostas de crédito é que, no âmbito das suas funções como administrador, reencaminhou para Alexandre Santos, Diretor de Empresas Sul?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, o tema é o mesmo mas vou responder-lhe. Não encaminhei nenhuma proposta de crédito para o Sr. Diretor de Empresas Sul, reencaminhei um documento de um cliente que queria apresentar uma proposta de financiamento à Caixa Geral de Depósitos. Certamente que a Sr.^a Deputada compreenderá que um documento daquela natureza era indispensável para uma pré-avaliação da Caixa Geral de Depósitos sobre se tinha condições ou não para se envolver no negócio.

Não quero falar sobre o assunto mas lá estou eu a falar sobre ele.

A Sr.^a Deputada acharia normal se aquele *dossier* começasse a ser discutido sem que a Caixa dispusesse do *business plan* da operação? Daquilo que a empresa que pretendia comprar pensava fazer, que meios, que projeções tinha para o negócio, etc., etc.?

Portanto, quando o Sr. Diretor da Caixa — li nos jornais, não ouvi — disse que ficou admirado com a qualidade do trabalho apresentado não foi porque não se apresentassem outros trabalhos, porque não fosse obrigatório haver sempre um trabalho a anteceder a abertura de qualquer processo de crédito, trabalho que, como é óbvio, não obrigava a Caixa. Talvez tivesse sido porque foi o melhor que lhe chegou às mãos. O que ele disse foi com sentido positivo e não com sentido negativo ou pejorativo, como, depois, vi atribuído a essa afirmação

É que, para mim, seria uma surpresa monumental admitir que na direção, aliás, numa das direções que eu superentendia se abriam processos de crédito sem pedir ao cliente todos os elementos possíveis que

justificassem a perda de tempo e de dinheiro na análise de uma proposta, que se sabia que não tinha viabilidade.

Portanto, não enviei uma proposta de crédito, enviei um documento, que era o documento que a empresa tinha feito para seu próprio governo e que dispensou ao Banco, como era sua obrigação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quantos projetos de negócio é que enviou ao diretor Alexandre Santos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, tenho uma vontade enorme de responder. Não devo fazê-lo, mas, mais uma vez, vou responder.

Não tenho a certeza de quantos lhe enviei, sei que era normal receber propostas — e recebi muitas propostas —, que enviava para toda a gente, para onde tinham de ser enviadas. A ele, nesse caso concreto, pedi a sua opinião, para saber o que é que achava, e enviei-lhe o documento que pedi à empresa para que ele avaliasse da viabilidade de se discutir se a Caixa se envolvia no processo ou não. Foi isso que lhe foi pedido, quando lhe disse que, logo que o recebesse, lhe enviava o documento.

Portanto, isso serviu para que a Direção de Empresas Sul entendesse que, sim, o projeto era suscetível de ser estudado e, depois, logo se via se era aprovado ou não. Como esse, mandei vários, porque, sempre que recebia alguma coisa de alguém, mandava-a para a área respetiva.

O que é que aconteceu com eles? Olhe, em relação a muitos deles, não faço a mínima ideia! O diretor, não raras vezes, pedia a minha opinião sobre as questões, mas ele era o dono e senhor da obra, como se costuma dizer. Portanto, sempre que precisou da minha opinião ou do meu apoio, solicitou-os e eles nunca lhe faltaram, para isso ou para outras coisas.

Como certamente sabe, o diretor de empresas dessa área já o era quando eu cheguei à Administração e continuou a sê-lo quando saí. O

mesmo aconteceu com o diretor do risco, o mesmo aconteceu com a generalidade das pessoas que tinham a seu cargo instituições com relação direta com os clientes, nomeadamente no que tem a ver com crédito. Portanto, não houve qualquer transformação, qualquer mudança que pudesse insinuar qualquer outro interesse que não os da instituição.

Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas, antes de me fazer novas perguntas, queria dizer que vou mesmo cumprir o que disse. Não quero que se fique a pensar que não respondo à pergunta *A*, mas respondo à pergunta *B* ou à *C*, etc. Não, eu não posso e não devo falar sobre esse *dossier*. A Sr.^a Deputada fará as perguntas que entender, mas, até por economia de tempo — permita-me a sugestão —, talvez possa fazer já, de uma vez, todas as perguntas referentes a esse *dossier*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso não vai acontecer.

No *e-mail* que envia, dizendo ser um *business plan* — e é-o, de facto —, o Dr. Diogo Gaspar Ferreira diz: «Tal como combinado com Rui Horta e Costa, junto enviamos relatório sobre o *resort* de Vale do Lobo.» «Tal como combinado» quer dizer que houve uma combinação anterior. Este é o *e-mail* que lhe enviam a si, o que pressupõe um contacto anterior, porque, sendo a primeira abordagem, ninguém envia um *e-mail* a dizer «tal como combinado». Obviamente, houve uma combinação anterior.

Quando estive na última Comissão de Inquérito, disse: «O projeto...» — não é a proposta de financiamento, é o projeto — «... foi presente ao diretor da Caixa no Algarve, que, por sua vez, o transmitiu ao diretor central, que me falou nele, ainda numa fase de ‘será que devemos meter-nos nisto?’ (...) E quando começámos a olhar (...), ainda numa fase sem sequer falar com os promotores do projeto (...)»... Quero perguntar-lhe se quer reformular esta sua afirmação, na anterior Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Vou ter de responder... Tem a característica de me obrigar a falar!...

Bom, Sr.^a Deputada, se ler toda a intervenção, certamente reparará que não digo isso de forma taxativa. Quer dizer, digo que não tenho a certeza absoluta da forma como as coisas me chegaram, mas tenho bem presente...

Isso que a Sr.^a Deputada acabou de ler aconteceu. Agora, pode ter acontecido antes ou depois. Antes de eu ter falado com... Pelos vistos, o Sr. Diretor terá dito que não, que não foi assim, mas, numa fase a seguir, isso aconteceu. Nós avaliámos se a Caixa se devia meter naquilo ou não. Depois, então, ao que parece, pode ter sido de outra forma, mas eu também disse que podia ter sido de outra! Podia ter sido... Eu não tenho...

Há uma certa confusão na minha memória em relação ao que aconteceu primeiro, talvez porque, para mim, era indiferente. Eu não tinha nada a esconder, ou não precisava de esconder... Se eu tivesse alguma coisa a esconder, Sr.^a Deputada, não teria reencaminhado o *e-mail* que recebi para o Diretor, tinha imprimido o *dossier* e tinha dito à minha secretária para lho entregar.

Ora, não foi nada disso que fiz! Eu reencaminhava sempre os *e-mails* para quem achava que devia olhar para o *dossier*, e recebia muita correspondência de todo o tipo. Portanto, é por isso que, na minha memória, não há uma coisa completamente definida sobre o que é que aconteceu primeiro. Quem é que nasceu primeiro? O ovo ou a galinha? Isso não estava muito presente.

Portanto, se foi o Horta e Costa ou se foi um dos diretores quem me falou no assunto primeiro, não tenho a certeza. Volto a repetir: não tenho a certeza. Mas admiti, então, que podia ter sido dessa maneira, porque tenho presente essa conversa — e também mais conversas que tive com eles,

depois —, assim como a satisfação deles por terem aquele projeto, porque colocava a Caixa num setor de negócios a que nunca tinha tido acesso. Para a Direção de Empresas Sul, para a direção do Algarve, foi de grande importância o acesso àquele segmento *prime* do imobiliário turístico.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos ver se acertamos uma versão final sobre isto.

Vou reformular a citação que fiz de quando estive na última Comissão de Inquérito. A verdade, então, seria: o projeto não foi presente ao diretor da Caixa no Algarve, que, por sua vez, não o transmitiu ao diretor central, que não me falou nele. É esta a verdade?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, repito o que disse: não tenho ideia sobre isso. Não tenho ideia sobre isso...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tem ideia de ter tido...?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — A minha ideia... Uma coisa que tenho na minha memória é uma conversa com o diretor de empresas do Algarve sobre esse tema, no Algarve. Tenho também ideia de conversas em que estavam o diretor central e o diretor regional. Só posso manter o que disse. Só posso manter o que disse, porque não estou a fazer uma afirmação irreduzível. Bom, a senhora diz que eles dizem o contrário. Eu não me lembro disso!

O que está na minha memória é que a primeira conversa que houve sobre Vale do Lobo... Sobre Vale do Lobo e sobre a compra e venda de Vale do Lobo havia muitas conversas e muito ruído, e até já havia algum ruído na comunicação social, porque era sabido por todos os profissionais do setor que o dono de Vale do Lobo queria vendê-lo. Aliás, como ele disse

várias vezes, o projeto chega às mãos do Diogo Gaspar Ferreira porque era diretor de uma outra empresa que teve, em primeiro lugar, a ideia de o comprar mas que, por ter saído de Portugal, não comprou. Ele explicou isso várias vezes.

Portanto, se falei com eles sobre essa matéria antes ou depois, não consigo situar, Sr.^a Deputada. E não é por ter alguma preocupação sobre o assunto. Não, porque para mim é igual. Para mim é igual, eu agiria da mesma maneira. Quando falei com eles, com o Horta e Costa, obviamente, perguntei se tinha algum documento. E disse: «Então, se tem, mande-mo, se faz favor. Pode mandar-mo?» E ele: «Posso, com certeza. Vou mandar-lho.» Quer dizer, foi natural, normal.

Sr.^a Deputada, agora sim...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como Administrador da Caixa, quantas vezes é que negociou um crédito, ou uma operação, ou as condições de uma operação, diretamente?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Isso não tem a ver diretamente com... Várias, Sr.^a Deputada, várias. Sempre que a direção, não apenas aquela, mas também as outras direções comerciais que eu superintendia, achava que a presença do administrador era útil, eu ia.

A quantidade de vezes que fui às empresas e, na própria empresa, os administradores punham questões desse género, que a gente discutia ali!... É claro que a decisão, depois, era na Caixa, mas, quer dizer, eu achava, até... E não era só eu, a generalidade dos diretores da Caixa fazia questão que eu fosse com eles aos clientes, que nos convidavam imensas vezes para visitar empresas e discutir as questões das empresas.

Aliás, fazia o mesmo no banco a seguir, no banco onde tive responsabilidades a seguir. Tive reuniões em várias empresas, onde

participavam os administradores financeiros e, da nossa parte, participavam os respetivos gestores de conta e os diretores de zona... Isso era uma questão de proximidade e de relação com o cliente, que sempre considerei vital num negócio como o da banca, onde a relação é um aspeto essencial do negócio.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, de todas as vezes que reuniu com estes clientes/promotores de Vale do Lobo, os diretores estavam presentes?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Peço-lhe desculpa, mas pode seguir em frente, está bem? Não volto a responder sobre Vale do Lobo e tive o cuidado de dizer que não tem a ver com a pergunta *A*, *B* ou *C*. Não volto a responder!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, talvez me saiba dizer quantas vezes é que a Direção de Gestão de Risco emitiu pareceres sem ter propostas de financiamento.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não sei, Sr.^a Deputada. Deve haver dados da Direção de Risco, mas acho isso muito estranho.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Toda a gente que passou aqui acha isso muito estranho. Por isso lhe pergunto se é normal a Direção de Gestão de Risco emitir pareceres de risco antes de ter uma proposta de financiamento feita pela área comercial.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, eu não tutelava a Direção de Risco e não vou fazer qualquer tipo de comentário sobre áreas

que não tinham a ver com a minha responsabilidade direta. Com certeza, compreenderá que... Até é uma questão de respeito para com os meus colegas!... Quer dizer, não faço ideia e não vou comentar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quantas vezes é que uma direção comercial que tenha tutelado mentiu ao longo de todo um processo de crédito, dizendo que a operação ia ser sindicada, sendo que essa possibilidade nunca esteve em cima da mesa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, pode continuar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu continuo!

Poderá, certamente, responder a uma pergunta genérica: o que é que leva a que uma proposta de financiamento superior a 150 milhões de euros seja discutida e aprovada em Conselho de Crédito, que é a câmara menor, digamos assim, quando os normativos internos da Caixa obrigam a que seja discutida em Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, certamente, foi depois de ter sido aprovada em Conselho Alargado de Crédito, porque isso... Quer dizer, muitas vezes, o Conselho era o mesmo, ou seja, começava a discutir já com os membros todos que integravam... Qual era a diferença? Era que o Conselho de Crédito normal tinha de ter pelo menos três administradores para poder decidir e o Conselho Alargado tinha de ter pelo menos quatro administradores para decidir.

Portanto, muitas vezes começava com uns e acabava com outros, mas sempre já com... Quer dizer, não acho que isso seja uma coisa de grande importância. O que interessa é que, tendo sido aprovada, tê-lo-á sido, seguramente, em Conselho Alargado de Crédito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que foi a Conselho Alargado de Crédito foi uma outra coisa, mas eu estou a perguntar-lhe por aquilo que foi aprovado em Conselho de Crédito.

As regras existem por uma razão, não existem porque um é equivalente ao outro, e dizem que operações acima de determinado montante têm de ir a Conselho Alargado de Crédito. Ora, pergunto-lhe porque é que uma operação de financiamento de 170 milhões foi aprovada em Conselho de Crédito e não em Conselho de Alargado de Crédito.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não sei a que é que se está a referir, mas, não raras vezes, o modelo era aprovado a ser ratificado, porque podia haver qualquer urgência, qualquer necessidade de tomar uma pré-resolução, de dar uma resposta... Não acho isso assim nada...

Ó Sr.^a Deputada, quer dizer, já todos... Custa-me dizer «não me lembro» ou «não sei», porque... Quer dizer, a coisa que me deixa menos tranquilo é dizer «não sei» ou «não me lembro». Da outra vez que aqui vim, disse uma vez «não me lembro» e foi a única coisa que deu notícia. Em quatro horas, eu disse uma vez «não me lembro disso», mas num contexto em que até me estava a lembrar e disse o que era. Mas, depois, disse: «Bom, uma coisa, uma vírgula qualquer... Não me lembro!» E foi isso que foi retirado da minha intervenção.

Portanto, não gostava de dizer «não me lembro». Não sei a que operação se refere, mas não era, de todo, inusual, ou não usual, que um Conselho aprovasse algo a ser ratificado pelo outro. Não era anormal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o que foi ratificado não foi o que o Conselho aprovou! Portanto, houve um conjunto de coisas que não eram usuais, nomeadamente a DGR emitir pareceres antes de ter propostas

de financiamento; a Direção mentir sobre a possibilidade de sindicatizar operações quando sabe que elas não são sindicadas; o facto de uma proposta que deveria ir a Conselho Alargado de Crédito ter ido a Conselho de Crédito quando as reuniões foram separadas por dois dias.

Tudo aquilo que é pouco usual aconteceu em Vale do Lobo. É uma...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Foram separadas por dois dias como?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ora bem, o Dr. Alexandre Santos, diretor, quando reencaminhou o *e-mail* do Dr. Armando Vara, fê-lo para os serviços dizendo que aquilo teria de ser tratado rapidamente para ir a despacho no dia 25 de julho. Nesse dia, houve uma reunião do Conselho Alargado de Crédito, mas a operação não foi a essa reunião. Foi à reunião do Conselho de Crédito, no dia 27 de julho, dois dias depois, sem nenhuma explicação sobre porque é que foi aprovada numa câmara menor, digamos assim.

Ainda hoje, não temos essa explicação. O que sabemos é que foi aprovado um empréstimo sindicado de 170 milhões a Vale do Lobo. O que está em ata é o empréstimo sindicado, quando os promotores que estiveram aqui disseram que nunca esteve para ser sindicado.

Isso é uma mentira pura, uma invenção! E foi aprovado o empréstimo sindicado de 170 milhões.

Passado pouco tempo, a Caixa Geral de Depósitos emitiu uma carta-conforto aos promotores do investimento, garantindo um financiamento pela totalidade e a uma empresa de capital de risco que nunca tinha sido aprovada em Conselho de Crédito.

Por isso, já agora, pergunto-lhe se é normal a Caixa Geral de Depósitos emitir cartas-conforto que, de alguma forma, dão o conforto da

Caixa a uma operação de crédito que nunca foi aprovada em nenhum órgão competente dentro da Caixa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, não tenho a mesma opinião sobre os temas que elencou, como é óbvio.

Mas não vou responder a isso, porque seria não honrar a palavra que já dei à Comissão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E tem opinião sobre o negócio em que um banco fica com 10% da propriedade, mas, na realidade, entra com a maioria do capital?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não sei a que se refere. Porque é que hei de emitir uma opinião sobre uma coisa que desconheço?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, são 25%, não são 10%. Mas, em relação ao capital, é o contrário, é 75% do capital da Caixa com 25% dos acionistas privados. São 6 milhões para 30.

Acha que isto é um bom negócio para alguma empresa? Uma qualquer empresa que se disponibiliza a dar 30 milhões de capital e os restantes sócios dão 6, mas que fica com a participação minoritária nesse projeto, é um bom negócio?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, vou ter de dizer qualquer coisa sobre o assunto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Elucide-nos!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Custa-me, na verdade, estar a responder a umas coisas e não a outras, mas veja a questão do seguinte prisma: a Caixa Geral de Depósitos fez uma avaliação do projeto 139% ou 140% acima do montante que estava em causa para financiar. Quer dizer que o projeto valeria... Sabendo-se que a Caixa, sempre que faz uma avaliação, faz também um *haircut* imediato entre os 10% e os 20%, por razões de maior segurança em relação aos colaterais, quem olha para aquela avaliação sabe que os ativos valem, no mínimo, 300 milhões de euros.

Quando a Caixa decide tomar uma participação naquele projeto, que, só em parte, era um projeto, porque Vale do Lobo estava já muito construído, era, aliás, o mais antigo *resort* do País, o mais internacional e com ativos sólidos e garantidos, avaliados por várias entidades que não apenas a Caixa...

A Caixa fez como, naturalmente, lhe competia: o mais baixo. Mas, mesmo o mais baixo, estava muito próximo ou rondava mesmo os 300 milhões de euros.

O que a Caixa fez foi tomar uma participação de 25% desse ativo que, se valia 300, representava quanto, Sr.^a Deputada? 75 milhões! A Caixa tomava uma participação que lhe garantia 75 milhões no caso de uma venda a seguir. E quanto é que pagou por ela? Se não me falha a memória, o capital era 10 milhões, a Caixa pagou 2 e fez suprimentos de 28.

Ou seja, a Caixa, por 2 milhões de euros, tomou participação que valeria 75 milhões numa... É por isso que o contexto é fundamental.

O contexto não evidenciava nenhum tipo de risco, como se veio a verificar dois ou três anos depois. Nem sequer foi um ano, foram dois ou três anos depois!

Portanto, o que fizemos, e, devo dizer-lhe que não foi nada fácil impor isto aos promotores que foram obrigados a ceder parte... Dirá: «Eles

ficaram com 75%!», mas a Caixa não queria ficar com 75%. A Caixa quis, quando se apercebeu que era bom e que, além de outras razões, encaixava na estratégia que tinha definido para ter acesso àquele segmento *prime*. Do ponto de vista do *marketing* e da comunicação era importante também para a estratégia da Caixa e decidiu que fazia sentido tomar uma posição numa altura em que percebeu que os promotores tinham dificuldades em mobilizar as partes do capital necessárias.

Porque é que fizemos isso? Porque o negócio era, aparentemente, um bom negócio e, no momento em que foi avaliado, era um bom negócio. Lembro-lhe que o presidente convocou uma reunião do Conselho de Administração onde participaram, se não estou em erro, todos. Não me lembro de nenhum que não tenha estado presente!

Os promotores apresentaram o projeto, foram-lhes feitas as perguntas que toda a gente entendeu durante uma boa parte da tarde. E, quando eles saíram, o Conselho só teceu elogios ao projeto e deu luz verde para essa participação, porque foi assim que vimos o negócio. Era um excelente negócio para a Caixa Geral de Depósitos e, ainda por cima, havia decisões de administrações anteriores que davam nota da necessidade de abrir essa frente de negócio de participação no imobiliário turístico.

O projeto de abertura de participações a essa área foi abundantemente discutido na Caixa e, nessa altura, houve outro projeto contemporâneo que também foi escolhido para iniciar essas participações. Ao tempo, como disse, quem tutelava a área das participações era o presidente.

Portanto, é difícil olhar para um projeto com os olhos com que o Risco... E o Risco, Sr.^a Deputada, nunca se opôs ao projeto. O Risco, como fazia a maior parte das vezes, dava um parecer condicionado, dava um «sim, mas...».

E o resultado final era encontrado sempre entre as direções de risco, as direções comerciais e, muitas vezes, a direção jurídica, que era, depois, quem tinha de implementar as decisões tomadas.

Volto a dizer o que já disse há pouco aos Srs. Deputados que a antecederam: é muito fácil, 12 ou 13 anos depois, acharmos que aquilo era um disparate! Agora é muito fácil, mas, na altura, não era assim. Na altura, aquilo foi olhado como um grande negócio para a Caixa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos lá ver, aquilo que avalia a percentagem de um acionista numa empresa é a sua participação no capital. Estes 300 milhões, até ver, eram de dívida e não de proveitos. Poderiam vir a ser direitos sobre proveitos futuros, mas, no presente, eram dívida.

Mas, mesmo se fossem proveitos de direitos futuros, o que me está a dizer é que os 6 milhões dos promotores privados poderiam equivaler a 75% dos 300 milhões, 225 milhões, e que os 30 milhões da Caixa equivaliam a 75 milhões. Por isso, quanto melhor fosse o negócio, mais ruinoso ele era para a Caixa...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me terminar.

Isto porque a Caixa pôs sempre 75% do capital e ficou sempre com 25% da propriedade.

Falou-me aqui no Risco e gostaria de lhe perguntar o que é que o Risco disse sobre a participação da Caixa Geral de Depósitos no capital, com suprimentos e capital, deste empreendimento.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, só vou responder à questão que estávamos a tratar, porque não quero, não posso, não devo continuar a discussão sobre Vale do Lobo. Peço-lhe que compreenda.

A Sr.^a Deputada tem tido a arte... Pode mesmo citar Camões dizendo «se a tanto me ajudar o engenho e a arte...» — a si, têm-na ajudado muito o engenho e a arte!

Desculpe. Não quero brincar com coisas sérias, mas, na verdade não devo responder.

Sr.^a Deputada, voltando ao tema que estávamos a discutir: uma coisa são suprimentos, outra coisa é o capital. É óbvio que nos contratos ficou sempre que não havia direito a distribuição de dividendos, enquanto a Caixa não reembolsasse os suprimentos. Se olhar para o contrato, vê lá isso, de certeza.

Os suprimentos não são a mesma coisa que capital. O que a Caixa perderia, em caso de *default*, era o capital, porque os suprimentos tinha sempre direito a eles.

Para terminar a questão de Vale do Lobo, deixe-me fazer uma observação, Sr.^a Deputada. Já nesta Comissão me lembro de ter ouvido o antigo presidente da Caixa, o Prof. António de Sousa, dizer que a Caixa vendeu ao fundo de que é presidente o ativo Vale do Lobo por 221 milhões de euros, se não estou em erro. Se não estou em erro, foi isso que ele aqui disse, e os senhores estarão, certamente, lembrados.

Não assisti à transmissão da intervenção, mas vi as notícias sobre o assunto.

Ora, 221 milhões de euros somados a cerca de 100 milhões que a empresa tinha pagado até 2011... Tinha amortizado 49 622 e mais uns trocos, mais 49 707 de juros, impostos de juros, etc., num total de 99 380, dá quase 321 milhões de euros.

Sr.^a Deputada, quando as coisas correm mal num banco, a sua maior preocupação é a de receber o principal, aquilo que emprestou e não raramente se discutem e até se perdoam os juros... E raramente mesmo não são perdoados pelo menos aqueles juros exorbitantes que resultam da situação de incumprimento e que fazem disparar de 1 ou 2 para 10, etc.

Portanto, olho para estas contas e, se me perguntar se correu mal o *dossier*, digo-lhe que correu mal, Sr.^a Deputada. Correu mal e lamento que tenha corrido mal.

Mas, no primeiro ano, a empresa amortizou 29 milhões e pagou de juros e impostos 35 milhões. Isto no primeiro ano.

E quando digo «primeiro ano» refiro-me ao ano seguinte à concretização do empréstimo, a empresa teve um resultado positivo de cerca de 30 milhões, se não me falha a memória. Estou a falar de memória, portanto peço o favor de considerarem que os números são de ordem de grandeza e não o total.

Não há a menor dúvida de que o que aconteceu foi a grave crise que assolou o mundo e a que Portugal não ficou indiferente. Não há a menor dúvida sobre isso!

Aquilo era um projeto que poderia ter ido para outros. Talvez nos entusiasmássemos demais! Eu fui um dos entusiastas desse projeto!

Sr.^a Deputada, é-me difícil, hoje, pensar que, nas mesmas condições, não teria feito o mesmo. É-me difícil, porque me lembro bem até do entusiasmo com que as instituições da Caixa receberam aquela ideia, quer de financiamento, quer de participação no projeto.

Quer dizer, custa-me classificar, mas é com dor que olho para trás e vejo o que aconteceu àquele projeto. Mas tenho de dizer o mesmo em relação a muitos outros que levaram à falência de muitas empresas, de muitos projetos, de bancos.

Olhamos para a Caixa Geral de Depósitos e compara bem com a banca nacional, compara bem com a banca internacional, e eu acho que isso é que era importante relevar, ou seja, a grande capacidade que a Caixa teve em ultrapassar a fase extremamente crítica que passou e a forma como comparou com os outros bancos, porque é a única medida possível, Sr.^a Deputada.

Nós podemos estar aqui a querer analisar *a, b, c*, o que quer que seja, mas temos é de olhar para o macro e ver se foi positivo ou se foi negativo, se o balanço, designadamente de determinado período, foi positivo ou foi negativo.

Do nosso ponto de vista, houve coisas que correram mal, mas houve coisas que correram muito bem. Aliás, lembro-lhe que, nos cerca de três anos em que estivemos à frente da instituição, a Caixa produziu 2,2 mil milhões de resultados líquidos; desses resultados líquidos, cerca de 1000 milhões foram pagos em dividendos ao Estado; nesse período, a Caixa aumentou o número de balcões em cerca de 50, 59 ou 60, reduzindo o número total de empregados; o rácio do *cost-to-income* foi dos mais baixos de sempre – e não é possível comparar com os de agora, porque as coisas agora são diferentes – e eram dos mais altos da banca quando lá chegámos; e, em pouquíssimo tempo, a capacidade que a Caixa teve de se mobilizar para os objetivos que traçámos foi impressionante. Foi impressionante, Sr.^a Deputada!

Portanto, quando me perguntam «não pensaram na hipótese de aumentar o crédito vencido?», eu digo que pensámos. Até nisso pensámos, veja bem! Porque quando desenvolvemos planos para que a Caixa ganhasse quota na área das empresas, onde a quota que a Caixa tinha era incomparavelmente menor do que a que tinha nos particulares no mercado nacional e também no mercado externo, nós sabíamos que para sermos concorrentes em mercado tínhamos de ser agressivos no *pricing* e até em

algumas condições e que isso podia levar, calculavam os estudos das entidades competentes da Caixa, a um aumento de 1% no rácio de crédito vencido.

Outra coisa que também nunca entra nas contas, Sr.^a Deputada, é o facto de que, quando nós chegámos à Caixa Geral de Depósitos, já havia crédito vencido da Caixa, já havia imparidades e que sempre registámos imparidades muito acima do que era obrigatório, do que era legal, até prejudicando os lucros, que poderiam ainda ser maiores, mais evidenciados se não tivéssemos tido uma criação de imparidades acima do normal e, por via disso, um provisionamento bastante acima do que era legalmente obrigatório, ou seja, mantendo a tradição da Caixa, que era a de ter sempre provisões bastante superiores ao que seria necessário se as coisas corressem mal.

Portanto, o balanço que eu faço, que a equipa faz dos tempos em que estivemos à frente da Caixa foi também o balanço que os acionistas do BCP fizeram quando se pôs a hipótese de os dois principais – achava-se que eram os dois principais – gerentes da Caixa irem para lá. Confiaram neles, e confiaram bem, porque chegámos ao BCP e também resolvemos os grandes problemas com que o banco se debatia, nomeadamente de liderança.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, o que me está a dizer há meia hora é que os suprimentos não são capital, mas podem ser considerados uma espécie de empréstimo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas são um empréstimo do acionista, não são empréstimos do banco; o acionista pode financiar-se.

Os suprimentos, não apenas nesse caso, mas em tudo, não é por acaso que... Quem é que pode fazer suprimentos às empresas? Só os

acionistas, só os sócios. Não pode haver terceiros, porque senão seria um negócio bancário, pode até cobrar juros. Se a Sr.^a Deputada emprestar a um seu amigo uma quantia em dinheiro não pode cobrar juros, porque senão está a fazer um negócio ilegal, mas pode emprestar-lhe, não tem problema nenhum. Mas, se quiser emprestar a uma empresa não pode, a não ser que seja... É por isso que há entidades que tomam participações noutras, como seguramente sabe — e peço desculpa, mas não estou a... Mas, enfim, às vezes entusiasmo-me e falo um bocado demais, mas sei que a Sr.^a Deputada domina bem esse tema.

Como sabe, uma coisa são suprimentos, que são empréstimos dos sócios, outra coisa é o capital social da empresa e, portanto, em caso de problema, isso constitui uma vantagem quando há algum problema... Quer dizer, é dívida. Diz-me assim: «É uma dívida que não está na primeira linha». É verdade, sabíamos isso, todas as instituições da Caixa se pronunciarem sobre isso.

Mas, sabe, há uma coisa que se pode dizer — desculpe, já agora, embora não seja sobre o *dossier* em questão, mas como talvez me viesse a questionar sobre isso, eu introduzo já a questão: Sr.^a Deputada, como sabe, a Caixa não tinha tradição de análise de risco no sentido em que isso hoje se compreende. Foi no nosso tempo que a Direção de Risco deu o grande salto em direção ou no rumo de uma instituição interna municiada de todas as ferramentas que permitissem uma análise de risco fiável. Fomos nós que credibilizámos definitivamente a Direção de Risco, enquanto entidade de grande importância para a análise de risco, de todo o tipo de risco e não apenas do risco de crédito, do risco operacional, do risco do País, do risco do mercado, etc.

Ainda me lembro, porque já estava na Caixa nessa altura, do que foram as dificuldades das administrações anteriores em relação à instituição da Direção de Risco, porque até 2000/2001 não havia análise de risco;

havia análise, com certeza, havia avaliação, mas não havia análise de risco nos moldes de uma Direção de Risco completamente apetrechada para esse fim.

Portanto, também isso, Sr.^a Deputada... Aliás, eu podia elencar uma quantidade de áreas onde a nossa intervenção inovou, mas esse não é o tema da Comissão e não quero também exagerar em relação a isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, o que me está a dizer é que a Caixa põe 28 milhões de suprimentos na entidade que é acionista de Vale do Lobo, não é capital e, portanto, não conta para a propriedade da Caixa, mas não é um empréstimo e, por isso, não conta para o rácio de cobertura do empréstimo da Caixa, caso contasse o rácio de cobertura não ficava nos 120% e ficava abaixo daquilo que era necessário.

Mas a verdade é que esse empréstimo, que não é capital, portanto não conta para propriedade, não é empréstimo, portanto não conta para o rácio de cobertura, cobra juros que são iguais aos juros do restante empréstimo, o que já de si é estranho, porque se é quase capital até deveria cobrar mais juros, porque o risco é maior. Portanto, a Caixa fica entalada com 20 milhões que não são nem capital nem empréstimo, mas que contam para fazer este negócio.

Há ainda uma outra questão a que gostava que me respondesse: as normas internas da Caixa dizem que para o rácio de cobertura conta não apenas o capital emprestado mas também juros e comissões – isto está escrito nas normas da Caixa.

Por proposta sua, neste negócio em concreto foi aprovado que para o rácio de cobertura, que já não contava com os 28 milhões de suprimento, também não contavam juros e comissões. Ora, eu gostaria de saber se propôs e se sabia que isto era contra as normas internas da Caixa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Por proposta minha?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Certamente. Era o responsável por este negócio.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas foi por proposta da direção. Os administradores não faziam propostas; eram as instituições da Caixa que as faziam. Isso não...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tem memória de aprovar esta alteração de condições?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não tenho memória. Pode ter sido aprovado, mas não por proposta minha...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho ainda uma última pergunta para lhe colocar, e quero fazê-la independentemente da resposta...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas eu ia fazer uma outra observação.

Verifico que não fez nenhum comentário nem colocou nenhuma questão designadamente em relação ao facto de a Caixa ter vendido ao Fundo por 221 milhões — acho que a Caixa fez bem mas, permita-me a imodéstia, eu acho que eu teria conseguido melhor — o que, somando o que já tinha recebido, ronda os 300 milhões.

Portanto, como é que ficamos em termos de buraco do *dossier* Vale do Lobo? Oiço sempre falar em buracos de 250, de 300 milhões, etc... Então, não é relevante este facto para avaliarmos no final da caminhada, 10 anos depois? Não é relevante o facto de anos depois chegarmos à conclusão

de que, na pior das hipóteses, a Caixa acabou por receber o que tinha emprestado? Ninguém diz nada sobre o assunto?!... Continuamos a dizer que foram 280 ou 300 milhões quando a evidência é que...

Aliás, até adianto um pouco mais. Dir-me-á, como já ouvi por aí dizerem uns *experts*, como dizem os nossos colegas de Espanha: «Ah, mas não foi *cash*, não foi *cash!*» Como se, contabilisticamente, essa fosse uma questão interessante, ou como se isso afetasse, de algum modo, a atividade normal da Caixa que nunca teve problemas de liquidez, mesmo nos piores momentos.

Portanto, isto só para somar o entusiasmo da minha fala de há pouco, em que achei que também fazia sentido evidenciar não apenas as partes más mas também algumas coisas boas que resultaram da nossa passagem pela Caixa. Esqueci-me deste pormenor e, tendo falado dele, depois esqueci-me da conclusão.

Portanto, é chegada a altura de, mesmo que se faça um apanhado rigoroso, porque eu não tenho a certeza se foram 221, se foram 231 — foi de ouvido e escapou-me —, saber o que é que resulta hoje em relação a esse *dossier* de Vale do Lobo e se não foi o que a Sr.^a Deputada está a discutir, ou seja, o modelo que acabou por ser aplicado, como lhe disse, com muita dificuldade, porque os acionistas resistiram até ao fim e só admitiram — e a Sr.^a Deputada acha que a Caixa pôs mais do que eles — porque houve um momento em que se lhes disse «se a Caixa não tomar 25%, nestas condições a Caixa não financia».

A Sr.^a Deputada até dirá: «Então, usou uma posição de força perante alguém que estava numa situação de fraqueza?». Fizemos o melhor que pudemos para a Caixa e o que eu hoje concluo é que a forma como o processo acabou por ser concluído foi determinante para que todo o edifício — edifício no sentido figurado — que se construiu não ruísse e se chegasse ao fim mesmo que a Caixa tenha tido algum prejuízo, esse possa

contabilizar-se em apenas algumas dezenas de... Eu acho, até, se a coisa for feita como deve ser, que se concluirá que, no mínimo, a Caixa acabou por recuperar o dinheiro que emprestou.

Mas, seja como for, nunca será ao nível dos montantes que continuam a ser publicados, sem que ninguém... Bom, uma vez que a Comissão também quer saber a verdade, é necessário que também queira saber a verdade toda em relação a todos os setores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, para já concluí.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria começar por cumprimentar o Dr. Armando Vara, que começou por nos dizer que não queria falar de Vale do Lobo, mas, agora, até já responde sem ninguém lhe perguntar nada. É bom, é bom! Aliás, o objetivo da Comissão é, precisamente, o de obter informação e não de não a obter.

Começo com outro tema mais genérico: começo pelo princípio e com a sua ida para a administração da Caixa Geral de Depósitos. Já nos disse, e já o tinha dito da última vez, que foi convidado pelo Ministro Teixeira dos Santos e eu gostaria que o confirmasse.

Disse também que, na altura em que foi convidado, o convite foi muito genérico. E disse ainda: «Falámos mais tarde em propostas, em ideias para a Caixa, mas esse momento foi de relativa simplicidade.»

Eu gostava de saber em que outras ocasiões é que falou com o então Ministro Teixeira dos Santos e que propostas e que ideias para a Caixa Geral de Depósitos eram essas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, já disse que sim. Confirmo tudo o que disse na anterior reunião e acho que não devo acrescentar mais nada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Acredito que ache que não deve, mas eu fiz-lhe uma pergunta e tem de responder, porque disse «falámos mais tarde em propostas e em ideias para a Caixa». Ora, quero saber que ocasiões foram estas «mais tarde», em que falou com o Ministro Teixeira dos Santos, e que «propostas e ideias para a Caixa Geral de Depósitos» foram essas?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, foi dias mais tarde! Não sei, exatamente, se foram dois ou três, mas não foi naquele momento, foi preciso pensar um pouco. Eu já disse noutra fórum que hesitei em aceitar o convite, mas acabei por aceitar, e foi esse compasso de espera, digamos assim, que eu pretendi usar.

É claro que, a seguir, se falou em áreas estratégicas para a Caixa, desde necessidades de crescimento em áreas que a Caixa estava sub-representada, em negócio internacional, etc., etc., coisas à volta disso, não tinha a ver com mais nada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E nunca mais voltou a falar com o Ministro Teixeira dos Santos sobre a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — As relações da Caixa com o acionista eram da responsabilidade do presidente e do vice-presidente. Sempre que havia alguma necessidade... Eu acho até que havia reuniões com regularidade, mas nunca passaram por mim. Eu nunca estive em nenhuma dessas reuniões. E se pretende saber se, pessoalmente, alguma vez discuti alguma coisa com o Sr. Ministro ou se o Sr. Ministro alguma vez me solicitou alguma coisa digo-lhe que nunca.

Encontrei-me algumas vezes com o Sr. Ministro, mas essas conversas, normalmente, foram de circunstância, como a Sr.^a Deputada bem saberá, mas mesmo de circunstância o tema nunca foi o da Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era isso que eu queria saber.

Já falou aqui nos procedimentos e no seu cumprimento. Há uma coisa que tem sido tema recorrente nesta Comissão e que eu quero perceber: porque é que, quando era feita a análise do parecer do risco, juntamente com a proposta da direção comercial em Conselho de Crédito ou Conselho Alargado de Crédito, nunca estava em ata a justificação para as condições do risco que eram aceites e para as que não eram aceites?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, não lhe sei responder a isso. Quem fazia as atas era o secretário do Conselho e penso que ele fez as atas sempre dessa maneira, mesmo antes de nós chegarmos, porque ele já estava nessa função há muitos anos. Era uma pessoa extremamente informada, experiente e nunca fui chamado a pronunciar-me sobre essa razão. Não faço a mínima ideia porque é que as atas só continham o que continham e não continham o resto. Haverá, provavelmente, alguma outra... Não sei, não faço ideia.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse aqui, na Comissão anterior, que quando as coisas chegavam à administração já iam estudadas pelo Risco, pelos jurídicos, pela direção comercial competente. Isto também acontecia em Conselho de Crédito e em Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, claro. Em princípio, os *dossiers* só chegavam ao Conselho... Em muitos casos, tinham de lá ir, porque era obrigatório haver uma aprovação do Conselho, mas é claro que eles chegavam convenientemente debatidos, sendo que, não raras vezes, muitas vezes mesmo, havia discussões acaloradas no Conselho de Crédito, em que a administração fazia também um esforço...

Como já disse há pouco, se algum membro da administração tivesse alguma reserva, bastava levantar o dedo e a pessoa que estivesse a presidir, o presidente ou o vice-presidente, retiravam o *dossier* da discussão, porque achávamos que não era forma de gerir a instituição ter ali um grupo de administradores a discutirem uns com os outros sobre se o crédito era bom ou era mau, porque isso muitas vezes poderia servir para desautorizar... Vamos imaginar que a proposta vinha de uma direção, que estávamos a discutir um parecer que vinha da Direção de Risco que era tutelada pelo presidente e havia ali umas divergências grandes. Uma coisa é as direções estarem a discutir as razões da cada uma, outra coisa é os administradores estarem a dar opiniões num Conselho onde estão quadros superiores do banco sobre temas que eram da gestão do presidente.

Ora bem, se há algum assunto eu digo: «Não estou muito confortável com isto. Importa-se de deixar para a próxima reunião para ver se estou melhor?». Muitas vezes acontecia isto. Às vezes apareciam coisas que entraram uma vez, entraram outra e, se calhar, foram lá três ou quatro vezes

até que todas as pessoas se tenham sentido confortáveis, digamos assim, e o processo andou.

Essa era uma metodologia de trabalho existente no próprio Conselho de Administração, onde não se discutia crédito. Em relação a todos os temas da Caixa que iam à administração, todos sabiam que se houvesse alguma dúvida sobre o assunto ele ficava até a dúvida ser desfeita.

Quer dizer, ninguém era violentado na sua consciência sobre o que quer que fosse, e essa foi talvez uma das razões que gerou, também, uma grande união em toda a instituição em torno do Conselho, porque foram, de facto, momentos de grande vitalidade para a casa.

Sr.^a Deputada, podem fazer-se as avaliações que se fizerem, e todos são livres de as fazerem, mas tal como é indesmentível que houve coisas que correram mal também é indesmentível que houve coisas que correram muito bem e que o balanço final é extremamente positivo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tal como também é um facto indesmentível que a esmagadora maioria dos créditos que geraram as imparidades que obrigaram à última recapitalização da Caixa têm como ano de origem o ano do seu mandato, 2007.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, mesmo assim, o presidente fez aqui um balanço que não deixa de poder ser invocado a todo o tempo. Mesmo que faça essas contas, que nos custa, porque nós não aprovámos essas operações para que elas corressem mal, se imaginássemos que correriam mal não as teríamos aprovado...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu imagino que ninguém, em ano nenhum, tenha aprovado operações para que elas corressem mal. Isso é aplicável à sua administração como a outra qualquer.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Exatamente. Por isso, nós também não comentamos as coisas das outras administrações, como é nosso dever.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas como eu também fui eleita pelos acionistas, por assim dizer, no sentido em que os acionistas são os portugueses, nesse sentido também fui eleita para as comentar.

Vamos voltar a este tema. E eu pergunto-lhe isto pelo seguinte: num determinado caso, o de Vale do Lobo, há um primeiro parecer do Risco que fala, por exemplo, na necessidade de haver um sindicato bancário. Já o Sr. Doutor diz exatamente o inverso, ou seja, que até havia vontade de outros bancos, mas que foi a Caixa Geral de Depósitos que quis ficar sozinha. Ora, não tendo estas atas, eu gostava de perceber se, afinal, foi a Caixa Geral de Depósitos que quis ficar sozinha ou se o Risco, na Caixa Geral de Depósitos, achava que a operação devia ser sindicada.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, não quero falar sobre as coisas, mas, enfim... Refiro também o mesmo engenho e arte em relação à Sr.^a Deputada.

A Caixa quis ficar sozinha no projeto, porque tinha várias coisas que queria explorar em paralelo. E vou dar-lhe um exemplo: ao tempo, realizava-se em Vale do Lobo, por iniciativa de Vale do Lobo, os *Masters* de ténis, que reunia todos os anos os grandes campeões do ténis mundial. Todos os grandes do ténis apareciam lá, o Connors,....

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — As lendas!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — As lendas, exatamente!

Era um evento de grande importância para a estratégia de comunicação e *marketing* da Caixa. Lembro-me que, na altura, ainda em discussão, na fase se «sim» ou «não», e talvez depois do Conselho de Administração já ter tomado a decisão de entrada no capital do projeto, a diretora de *marketing* e comunicação de então me vir dizer que tínhamos de nos assegurar de que os patrocínios relacionados com os *Masters* do ténis tinham de ser da Caixa, ou seja, a Caixa tinha de ficar com o *naming* daquele evento, porque era muito importante para a Caixa.

Portanto, refiro isto no seguimento daquilo que disse há pouco sobre a forma como a instituição olhou para o *dossier* e o que representava também para os nossos colaboradores no Algarve e no País, a tomada de posição num setor que era *prime* e a que a Caixa nunca tinha tido acesso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Doutor, vou referir-me àquilo que já disse aqui. Em primeiro lugar, no *e-mail* que foi enviado de Diogo Gaspar Ferreira para si e depois de si para Alexandre Paulo Ferreira Santos — nós temos esse *e-mail* — pode ler-se como texto principal o seguinte: «Tal como combinado com Rui Horta e Costa, junto enviamos relatório sobre o *resort* Vale do Lobo». Este *e-mail* é verdadeiro?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, eu bem não quero dizer mais nada, mas não vejo razão para não ser. Para levantar suspeitas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não, não. Quando se tem uma prova é importante aferir da sua veracidade.

E há bocado referiu que, na Comissão anterior, quando disse que não tinha dito bem, tinha dito que se lembrava de uma coisa, mas que não era bem assim. Eu gostava de relembra-lo exatamente do que disse. É que o que disse não foi dúbio. À pergunta do Deputado Moisés Ferreira sobre

quem é que lhe apresentou o projeto de Vale do Lobo respondeu assim: «O projeto foi presente ao diretor da Caixa no Algarve que, por sua vez, o transmitiu ao diretor central, que me falou nele ainda numa fase de ‘será que devemos meter-nos nisto?’, o que não era anormal. O projeto era grande e normalmente os diretores, numa situação destas, fazem uma primeira pesquisa interna, será a Caixa ou os responsáveis...» E continua a dizer que se entusiasmou.

Aquilo que nos disse aqui de que tinha dado essa resposta, mas que não era uma coisa muito segura, qualquer pessoa que ouvisse isto na altura ficava absolutamente convencida de que o projeto entrou no diretor da Caixa no Algarve.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Vou voltar ao tema contra a minha vontade.

Eu tenho a convicção de que a proposta deu entrada em Faro. Isto porque uma coisa é o documento, o que quer que seja, mas a proposta formal a empresa tem de tê-la apresentado no organismo em Lisboa ou em Faro.

Eu nunca perguntei onde é que ela está, mas a empresa não apresentou a proposta de financiamento ao administrador, a empresa apresentou uma ideia, um projeto ao administrador, que eu encaminhei para a área competente. A formalização da proposta de crédito tem de ter dado entrada numa dessas... Não vejo qual é o problema disso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu também não vejo qual é o problema, o único problema que eu vejo aqui é o facto de nos ter dito uma coisa que é factualmente falsa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Peço desculpa, mas não vou voltar a falar sobre o assunto, porque já falei nisso em resposta às perguntas colocadas anteriormente. Estou a deixar-me levar para um campo que me parece que não devo ir pelas razões que tive oportunidade de dizer. Mas eu percebo que as Sr.^{as} Deputadas põem algumas questões de tal forma que eu sinto o dever de responder.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a prosseguir no absoluto respeito, quer da prova que já entrou aqui na Comissão de Inquérito, quer de declarações que hoje aqui já fez, não estou a ir a nenhum facto novo.

Eu não ouvi mal quando afirmou aqui que os promotores de Vale do Lobo não queriam que a Caixa entrasse com capitais próprios na fórmula em que entrou.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, quer dizer, pode ter havido algum momento em que eles admitiram uma entrada menor, uma entrada da ordem dos 10% ou uma coisa assim. Pode ter havido algum momento.

O que eu disse aqui foi que, quando chegou a altura de nós decidirmos a entrada, dissemos «A Caixa entra com 25%» E porquê 25% e não 19%, por exemplo, Sr.^a Deputada? É porque, como disse há pouco, o negócio aparentava vir a ser rentável e quando as coisas correm bem... Ao tempo, era muito possível vender ao fim de um ano ou dois com uma mais-valia muito significativa. Acresce que se a Caixa ultrapassasse 20% era obrigada a contemplar aquela ativo nas suas contas na totalidade e, portanto, isso tinha um efeito contabilístico importante, ao passo que se fosse menos de 20% só contabilizava os 19,9%, se fosse o caso, não contabilizava mais. Acima de 20% contabilizava a totalidade do ativo nas suas contas e, portanto, aumentava em 200 e tal milhões o ativo da Caixa,

para todos os efeitos, também com riscos associados, mas a Caixa nunca seria responsável pela totalidade... Nós estamos sempre num cenário de que ia correr bem e de que aquilo parecia um bom negócio, portanto quando pusemos essa questão, ainda por cima dizendo «vamos entrar com esta parte em capital e com aquela parte em suprimentos», que é a primeira coisa que tem de ser desenvolvida a partir do momento em que comece a haver meios para tal... Quer dizer, ponhamo-nos no lugar deles, não lhes agradou...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu pergunto isto porque quando cá estive na I Comissão, também em resposta ao Deputado Moisés Ferreira, disse o seguinte: «A questão dos capitais próprios é uma questão que já referi há pouco. Pode ter uma empresa que tem um grande capital social e só ter realizado uma parte. Foi o que eles pediram para fazer, ir realizando o capital social à medida que se desenvolvia, o que não era nada de anormal, e não é normal hoje também.»

Afinal, iam realizando o capital social à medida que se desenvolvia, ou era a Caixa que fazia muita questão em ter lá uma participação no capital social?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, uma coisa não contradiz a outra, peço desculpa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por acaso, se quer que lhe diga, acho que contradiz, sim.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, não.
Continua a ser normal hoje...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que isto dá a entender que a participação da Caixa iria diminuindo ao longo do tempo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não.

Nós não aceitámos que as coisas fossem assim e, portanto, achámos que era melhor a Caixa tomar posição em relação a isso.

Ainda hoje, esse modelo de não realizar totalmente o capital é o modelo que impera na generalidade das empresas.

A Sr.^a Deputada pode criar uma empresa com 100 000 € de capital e só realizar 5000 € ou 10 000 €. Não é obrigada a realizar logo tudo. É obrigada a realizá-lo na medida em que a instituição necessitar de honrar compromissos que assuma e não tenha outros meios que não sejam a realização de capital.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, no caso, não estava prevista nenhuma mudança na estrutura de capitais?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não percebi, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No caso, não estava prevista nenhuma mudança na estrutura de capitais?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, continuo sem perceber. Porque é que havia de estar...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como é que era prevista esta realização, a par e passo, do capital social?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não se concretizou depois essa hipótese.

É por isso que elas não são — eu disse-lhe — contraditórias.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é que acompanhava o dia a dia desta empresa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — A direção respetiva.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a Caixa Geral de Depósitos quem é que nomeou nessa direção?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é que a Caixa Geral de Depósitos nomeou nesta direção? Quem era a pessoa, na Caixa Geral de Depósitos, que acompanhava o dia a dia da empresa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Quando se refere a Caixa Geral de Depósitos, refere-se ao Diretor Central,...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Refiro-me à Wolfpart.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — ... que era o Dr. Alexandre, e, provavelmente, ao Diretor...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, refiro-me à Caixa, enquanto acionista, portanto, refiro-me à Wolfpart.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, tinha um ou dois administradores na... Não tenho memória, Sr.^a Deputada. Não tenho memória.

Isso era Direção de Participações, que, ao tempo, estava tutelada pelo Presidente da Caixa, o Dr. Santos Ferreira.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E foi do Dr. Santos Ferreira a iniciativa de fazer a Wolfpart?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, a partir do momento em que se decidiu que a Caixa tomava uma participação, toda a execução no terreno dessa participação foi a Direção de Participações que tratou.

Quer dizer, nem faço ideia do que é que aconteceu depois!

Tomou-se a decisão, foi para a entidade respetiva que, internamente, toma conta do assunto e...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas esta sociedade não existia até esta altura.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Pois não. Tinha de existir?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não. Pergunto: foi constituída para isto?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, a Direção de Participações existia e, naturalmente, criou uma entidade para parquear aquela participação, ou outras que viessem.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, só queria essa confirmação. É que o Dr. Carlos Santos Ferreira foi muito reticente em

admitir que uma sociedade chamada Wolfpart, que foi criada, exatamente, nesta altura, tinha sido criada, precisamente, por causa de Vale do Lobo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, Sr.^a Deputada, perdão...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Acho isto... Não vejo...

Para mim, o que me parece que pode suscitar dúvida é a decisão em si, não é a criação da sociedade. Mas, enfim, cada um vê as coisas...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Talvez o Dr. Santos Ferreira não se lembrasse do assunto. É perfeitamente normal...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não se lembrando, eu sempre achei, e até lhe sugeri que talvez «Wolf» tivesse alguma coisa que ver com «lobo», uma vez que tem no nome «Lobo», mas ele, aparentemente, acha que as duas coisas são particularmente distintas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O mais provável, Sr.^a Deputada, para quem tem alguma experiência disso, é que o nome até resulte daqueles nomes pré-aprovados que existem no registo de pessoas coletivas. Chegam lá: «Olha, Wolfpart, vem mesmo a calhar...»

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De certeza que não foi criado por ninguém que tivesse em vista a aquisição de Vale do Lobo. De certeza absoluta...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, não estou a dizer o contrário.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma coisa não tem nada que ver com a outra, não é? Até o Sr. Doutor vê o cómico e o trágico da situação.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas porquê? Não estou a ver o trágico e o cómico.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É de caras!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que acho que é absolutamente evidente que esta sociedade foi criada precisamente para entrar com os capitais próprios de Vale do Lobo, que a Direção do Risco disse que eram indispensáveis e que, como eram indispensáveis, e como os promotores não estavam disponíveis para lá meterem dinheiro do seu bolso, a Caixa Geral de Depósitos foi arranjar uma forma de o fazer, e foi arranjar esta forma através da Wolfpart, que se chama «Wolf», porque *wolf* é «lobo» em inglês. Acho que isto é tão evidente e tão óbvio que não percebo a tentativa de tentar negar isto.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas eu não sei. E acho que o Dr. Santos Ferreira também não sabe, porque foi a Direção respetiva que tratou do assunto.

Agora pergunto-lhe: qual é o problema, se foi criada para isso?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu vejo problema com a decisão, não vejo problema de ser criada para isto.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Está bem, está bem...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Precisamente por não ver qual é o problema é que não entendo porque é que algumas pessoas o negam.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, mas é preciso conhecer também o Dr. Santos Ferreira, que tem características muito especiais, às vezes, de se pronunciar sobre as coisas... Provavelmente, porque não lhe apeteceu, não quis estar a dizer «não me lembro». Deve ter sido isso. E não quer dizer que ele não se lembrasse, ou antes, que ele se lembrasse, porque era um...

Esse era um tema minúsculo. Esse tema de saber o nome da empresa, quem a constituiu, era um tema minúsculo naquilo que eram as preocupações do dia a dia do presidente.

E, portanto, caramba... O que é que tem de mal ele dizer «bom, não sei...»?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que tem de mal é que esta operação tinha um parecer do Risco que dizia que tinha de haver capitais próprios no mínimo de 15%. E a maneira como esses capitais próprios apareceram foi com a Caixa a injetar 75% destes capitais próprios a título de capital e de suprimentos.

O mal é dizer «esta sociedade apareceu, mas até nem foi criada para isto. Por acaso foi usada para isto, mas podia ter havido outra coisa qualquer».

O mal é nós não percebermos porque é que temos o risco a dizer uma coisa, que parece sensata, e haver uma decisão tomada em sentido contrário.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, é muito simples: manda quem pode, não é? Quem tem competências para decidir.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ora! Pois, no caso, foi o Sr. Doutor, foi quem pôde mandar.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu participei e tomei a ideia... Até sou, talvez, o... A ideia de participar na empresa pareceu-me uma boa oportunidade de negócio para a Caixa, nunca o reneguei, sempre disse isso, mas não posso fazer com que os outros...

Quer dizer, o que disse o Presidente... Na altura, era o responsável direto, o primeiro responsável da Direção de Participações, que convocou o Conselho de Administração da Caixa para que o Conselho de Administração da Caixa pudesse tomar a decisão.

O Conselho de Administração da Caixa era a entidade soberana para tomar a decisão. Tomou a decisão. A seguir, mandou-se executar à direção competente.

Ó Sr.^a Deputada, porquê esse nome? Eu não tive nada que ver com a escolha do nome. Pensei que, se calhar, até já lá estava...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A questão não está no nome, a questão está no fim.

Disse-nos assim: «manda quem pode». E o que quero entender é porque é que quem pôde mandar decidiu que era razoável — e gostava de saber se o fez em Vale do Lobo e se o fez noutros casos — um negócio em que, basicamente, a Caixa Geral de Depósitos, entre empréstimo, entradas de capital e suprimentos, entrava, no total, com 230 milhões, e os acionistas restantes, que ficaram com 75% do negócio, entravam com 6 milhões de euros, num total de 236 milhões.

Porque é que isto pareceu razoável?

E gostava de lhe pedir se me consegue dar mais exemplos de mais negócios, imobiliários ou outros, em que esta estrutura tenha aparecido nesta dimensão.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, eles trouxeram o negócio para a Caixa. Nós não quisemos fazer o que alguns bancos faziam, que era ficarem eles com o negócio todo. Nós não queríamos o negócio.

Nós achámos que aquele negócio tinha algumas fragilidades de capital — tinha algumas participadas —, que nós podíamos, porque nos interessava, suprir com uma participação nossa.

E achávamos razoável que as entidades que trouxeram o negócio para a Caixa continuassem a gerir a Caixa e tivessem a participação toda.

Se aquilo não nos interessasse, enquanto negócio para a própria Caixa, eles ficariam com os 100%, ou não financiávamos.

Quer dizer, na avaliação final, pesou o facto de o negócio ser negócio interessante para a Caixa Geral de Depósitos, do ponto de vista de participação, de se iniciar, finalmente, uma área de negócio que toda a gente na Caixa Geral de Depósitos... Dir-me-á que o Risco pôs dificuldades. Normal, o Risco punha dificuldades a tudo. Mas sempre foram ultrapassadas de mútuo acordo. Sempre foram ultrapassadas falando, discutindo.

Acho que, nestas coisas todas, há uma falha que não devia ter existido, que é não estar transcrito, na ata respetiva, o resultado final.

Mas, Sr.^a Deputada, não sei de quem é a culpa. Não sei de quem é a culpa. Eu era... Mas pode dizer, com à-vontade também, que eu também tive culpa, porque eu era administrador e, embora isso não tivesse que ver comigo, talvez eu devesse ter perguntado.

Nunca me preocupou o que é que ficava em ata, porque eu achava sempre que o que ficava em ata era o resultado da reunião. E, se tivesse

sido isso, estariam lá presentes as razões que levavam a Direção de Risco a dar o seu aval a que a operação andasse, porque isso era sempre o objetivo que tínhamos, no Conselho, era, diria mesmo, até, o principal objetivo, ou seja, que as coisas fossem discutidas conciliando os «interesses» das partes. Os interesses, entre aspas, porque cada parte, ao defender os seus interesses, defendia os da instituição.

Portanto, esse era um modelo diferente da generalidade dos bancos. Os bancos, em geral, nesse tempo, não tinham Conselho de Crédito, não tinham. Não me lembro de nenhum que tivesse Conselho de Crédito.

A seguir houve outro que teve Conselho de Crédito, que foi o BCP, já na nova direção, que teve também Conselho de Crédito. É que, até então, as decisões eram tomadas por um administrador que tinha o pelouro do crédito e da Direção de Risco, tudo junto, e que despachava 100 milhões de euros sozinho e que a partir de 100 milhões despachava com uma segunda assinatura.

Isso, na Caixa, acontecia ao nível da gerência, não acontecia em mais lado nenhum. As decisões eram sempre sufragadas a partir de uma determinada quantia, no Conselho de Crédito. Fomos pioneiros também nisso.

Mas houve erros que nós não previmos? Não. Porque ninguém, no mundo, previu. E nós não éramos mais adivinhos que os outros.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou a fazer juízos. Fiz-lhe uma pergunta, que é muito simples: há mais algum negócio em que a Caixa tenha entrado, entre empréstimos, suprimentos e entradas de capital, com 230 milhões de euros e os próprios tenham entrado apenas com 6 milhões de euros, com garantia real?

Disse-me «eles tinham fragilidades de capital». Isto é um eufemismo para me dizer que eles não tinham dinheiro. Ou seja, eles viram um negócio

que lhes pareceu muito bom, que era o negócio imobiliário, mas, pura e simplesmente, não tinham dinheiro, nem de perto nem de longe, porque este tipo de capitais próprios está a anos-luz do que era preciso para comprar aquele *resort*.

O que pergunto — se isto era tão comum, e se, na altura, se fazia com tanta abundância — é se me consegue dar aqui dois ou três exemplos de negócios que tenham sido feitos desta forma na Caixa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, nos créditos imobiliários, durante muito tempo, a banca, em geral, não apenas a Caixa, financiava construção desde que o proponente fosse proprietário do terreno, com projeto aprovado. Financiava 100% da construção.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas aqui o proponente não era proprietário dos terrenos.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Ia passar a sê-lo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ia passar a sê-lo com o dinheiro que a Caixa lhe ia emprestar! Quer dizer...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O que fez com que os proponentes não pudessem, tanto quanto eu pude apurar, avançar com mais capital — porque eles tinham contratado, ou procurado contratar com outras instituições bancárias, financiamento para entrarem com o capital, dado que nós não estávamos disponíveis para o financiar — foi o facto de a Caixa exigir, a partir de certa altura, que todas as ações, todas as ações, ficassem na garantia do investimento, como era natural. E eles não puderam dar as ações de garantia a outra instituição bancária, onde teriam contratado isso.

Não sei se, alguma vez, algum deles se referiu, numa fase já adiantada, mas ainda longe da aprovação...

Mas, Sr.^a Deputada, repito: a Caixa, desde o administrador que tinha o pelouro, até às diversas instituições que trabalharam o *dossier* — jurídicos, comerciais, etc. — e Conselho viram ali uma boa oportunidade de negócio.

Correu mal? Pergunta-me sobre outras?

Não tenho os números sobre o *dossier* da Artlant, não é? Não tenho os números, mas a Caixa também entrou com capital.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que a Caixa perdeu mais dinheiro na Artlant eu posso dizer-lhe. Também não tenho aqui os números, mas perdeu, como perdeu mais dinheiro com o José Berardo e com vários outros negócios.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Pergunta-me sobre outros exemplos. Quer ainda outro?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu pedi-lhe exemplos em que a Caixa tenha financiado um montante entre entradas de capital, empréstimos e suprimentos de 230 milhões — ou à volta disso, pode ser 200, pode ser 150 — e em que os capitais próprios fossem de 6 milhões.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — E, apesar disso tudo, chega ao fim da linha e quase recupera tudo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Continuo na pergunta que acho que é meridianamente simples, que é outros exemplos, não é das

mesmas perdas, é precisamente do modelo de negócio, que é isso que se põe aqui em causa, como é evidente.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Já lhe dei exemplos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já me deu exemplos, não, porque, na realidade, inicialmente, a Artlant tem uma entrada no capital e depois é um projeto determinado. E o caso das compras de ações são compras de ações, não são negócios imobiliários.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, o investimento na empresa é o quê?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O investimento na empresa...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — É compra de participações, não é...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não é. É uma participação apenas em 2 milhões, o resto são suprimentos mesmo. Portanto, nem aí é!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, mas isso é melhor. É que nós considerámos que era melhor o negócio... Francamente, Sr.^a Deputada, então não é melhor ter suprimentos numa empresa...? O capital social, quanto maior for, mais exposição tem a um tipo de capital que se perde se houver um problema. Mas, sendo dívida, pode não ser o primeiro credor a ser satisfeito, mas há um momento em que será.

A avaliação que se fez foi a de que esse era o negócio que interessava à Caixa. Até porque, vamos lá ver... Eu não queria falar de

Vale do Lobo, não posso, não devo falar de Vale do Lobo e não saio... Eu já falei sobre isso o suficiente, Sr.^a Deputada. Desculpe, mas, na verdade, já falei disso o suficiente e não volto a falar de Vale do Lobo. Peço desculpa.

Como repararam, não tenho dificuldade em falar dos temas de Vale do Lobo, mas acho que não devo fazê-lo, por respeito às instituições nas quais o processo decorre. E peço o favor de considerarem isso porque, quer dizer, eu também me entusiasmo. Ainda hoje me entusiasmo com o projeto e com o processo. Por muito que digam coisas sobre isso, ainda hoje me entusiasmo com esse projeto. E não há ninguém que lamente mais que eu, Sr.^a Deputada. Certamente compreenderá que ninguém lamenta mais o que aconteceu, porque por causa desse projeto eu sou quem está a pagar o preço maior. Não apenas eu, mas a minha família, os meus amigos, tudo!

Portanto, não sei o que hei de dizer mais. Não é um problema de falta de informação sobre o assunto. Não, não é nada disso. É que o meu dever é não falar desse projeto porque ele está em tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

É agora a vez do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Dr. Armando Vara e agradecer-lhe as informações que prestou até ao momento.

Começou por dizer, na sua intervenção inicial, que esteve na I Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos e que aí prestou todas as informações que tinha para dar. Mas, entretanto, como tem conhecimento, foi realizada uma auditoria pela Ernst & Young que revelou que um conjunto relativamente reduzido de operações — estamos a falar de um universo de 200 operações — registaram perdas muito avultadas,

avultadíssimas, e daí a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito para voltarmos a ouvir as pessoas que ouvimos na I Comissão, porque temos estes factos novos. E o senhor terá também alguma coisa a dizer sobre estas perdas avultadas que foram identificadas na auditoria da Ernst & Young.

O senhor era membro do Conselho de Administração, que, sendo um órgão colegial, é solidário com as decisões que aí foram tomadas, por isso também é corresponsável, juntamente com os restantes membros do Conselho de Administração, pelas operações que registaram essas perdas.

Começava por referir um tipo de operações que já foi abordado aqui hoje, mas eu queria insistir nessa questão. São aquelas operações de financiamento para aquisição de ações em que a garantia são as próprias ações. E a primeira pergunta que lhe queria colocar é no sentido de saber se o senhor considera normal que esse tipo de operações especulativas, esse tipo de financiamento, em que a Caixa financia alguém para essa pessoa ir para a Bolsa especular, comprar e vender ações, tentando, nesse jogo de compra e venda, realizar mais-valias, seja feito por um banco público ou, dito de outra maneira, se considera que na missão de um banco público se enquadra o financiamento de operações especulativas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: - Sr. Deputado, os meus cumprimentos.

Não tenho conhecimento da auditoria, nunca me chegou às mãos. Essa é uma das dificuldades que eu também tinha e que mencionei no pedido que fiz à... Era provavelmente fácil fazerem-me chegar às mãos o relatório, mas ninguém mo fez chegar nunca. E, quando tentei encontrá-lo, as pessoas a quem pedi não me arranjaram o *dossier*. Não fui a tempo. Para ser franco, eu também pensava que já não ia voltar a ser chamado à Comissão e, portanto, não me pus a trabalhar no *dossier* com mais antecedência.

Portanto, nunca tive nenhuma informação a não ser a informação que foi correndo nos jornais e que fui lendo. Mas também fui lendo críticas ao relatório, faltas de rigor, etc., etc. Portanto, sobre isso não tenho nada a dizer.

Em relação á questão das operações especulativas, também já respondi aos Srs. Deputados que me interpelaram antes. Era normal ao tempo e a Caixa, enquanto banco, não tinha nenhum impedimento. A Caixa era um banco comercial que agia no mercado, procurando sempre fazê-lo de forma a que, nas áreas em que atuava, a sua atuação pudesse constituir-se como referência. E isso nem sempre é conseguido.

Se eu sou um fã desse tipo de operações, direi que não morro de amores por elas, mas quando se está à frente de uma empresa que tem um negócio que consiste em emprestar dinheiro, emprestá-lo nas melhores condições possíveis... Na banca, quando se empresta, como também já referi — e pesa sempre — a primeira preocupação é saber se a quem se empresta tem condições de proceder à sua liquidação quando chegar a altura. A análise que o banco fez, designadamente a entidade que decidiu no fim, sobre essa operação foi positiva. Decidiu aprová-la, aprovou-a, nada o impedia... Não violou nenhuma lei, não violou nenhum regulamento ou qualquer questão de carácter prudencial. A Caixa tinha possibilidade, não ficava em risco, nada havia que fosse contraindicado.

Como lhe disse, não me lembro... Sei que, mais tarde — também li notícias sobre isso —, a Caixa passou a ter um reporte semanal ou mensal das posições aos bancos, aos seus concorrentes, designadamente ao BCP, e que, a partir dessa altura, começou uma estratégia de desalavancagem, digamos assim, em relação a estes *dossiers*.

Eu tive perceção da exagerada exposição da Caixa ao BCP na componente investimento acionista no banco...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me interrompê-lo, mas não está a responder à questão que lhe coloquei. Aliás, está a repetir aquilo que disse em respostas anteriores.

Eu fiz-lhe uma pergunta específica. A Caixa era, e continua a ser, um banco público...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas não estava proibida de fazer essas operações.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — E a questão que eu lhe coloco é se, como membro do Conselho de Administração na altura, considerava normal que a Caixa financiasse operações especulativas, como estas que estamos a referir, e se isso se enquadrava na missão de um banco público. É esta a questão que coloco e não se a banca, em geral, nacional ou estrangeira, pode ou deve financiar este tipo de operações.

Pergunto, em relação à Caixa, banco público: o senhor, como membro do Conselho de Administração, considerava que esse tipo de operações era normal num banco público e que isso se enquadrava na missão de um banco público?

É essa a pergunta que faço e para a qual solicitava uma resposta.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, se eu tivesse considerado... Não fui verificar, mas, se participei, era tão responsável como os outros. E vou-lhe responder como tendo participado: se eu considerasse que havia alguma coisa de irregular ou que violasse as legislações que norteavam a Caixa Geral de Depósitos, eu tinha feito de maneira diferente. Portanto, se não o fiz é porque considerei que era normal a Caixa fazer um empréstimo daqueles.

Não esquecer, Sr. Deputado, que a Caixa é um banco comercial e que também vivia, ao tempo, sob a pressão de resultados, que é uma coisa que, muitas vezes, as pessoas esquecem. A Caixa fazia questão de agir na prestação de contas como se estivesse cotada na Bolsa. Embora a legislação não exigisse tanto, nós sempre agimos como se estivéssemos cotados em bolsa com os mesmos deveres de informação e de reporte que teria uma empresa cotada em Bolsa, que era, digamos assim, o máximo de transparência em relação às decisões.

Ora, isso impunha também a apresentação de resultados trimestrais, que era obrigatório serem publicados, porque nós impusemos a nós próprios essa obrigação e, portanto, também impunha operações que carreassem para o resultado da Caixa proveitos positivos, digamos assim, caso contrário não seriam proveitos.

Portanto, essas operações era olhadas no seu aspeto legal e não no seu aspeto moral ou ético. Quer dizer, o que estava em causa era a legalidade, mais nada. A legalidade e a capacidade de o cliente honrar os compromissos que assumia.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A questão não é se era moral ou ético, era no plano da missão da Caixa, mas não vou insistir na pergunta e eu interpreto a sua resposta...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, então, eu sou um pouco mais preciso, Sr. Deputado: enquadrava-se nos objetivos que a Caixa prosseguia enquanto banco comercial. E, como compreenderá, quanto mais vultuosos fossem os resultados, mais condições tinha para poder fazer outro tipo de coisas, como, por exemplo, ter um balcão em todos os concelhos do País, o que nós considerávamos um dever do banco, mesmo que, nalguns casos, esse balcão não fosse rentável. Porquê? Porque procurávamos operações

rentáveis que, no conjunto, garantissem que era possível estar na ilha do Pico, em todas as ilhas dos Açores, em todos os concelhos do continente. E, como sabe, só deixou de estar há muito pouco tempo.

Com isto, não estou a fazer nenhum tipo de crítica a quem quer que seja.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — O que o Dr. Armando vara está a dizer é que os fins justificam os meios e que, portanto, para obter lucros, justificava-se que um banco público financiasse operações especulativas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Peço desculpa, o objetivo da Caixa era obter lucros, não era obter prejuízos. Lamentavelmente, houve alguns casos em que teve prejuízos, mas o objetivo de uma sociedade comercial é ter lucros. Não é o objetivo apenas de um banco, mas de todas as sociedades em geral, porque, se não for assim...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — E é o que eu estou a dizer. O que o senhor está a dizer é que, para ter lucros, se justificava que o banco público financiasse operações especulativas. Mas vamos avançar.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu disse que esses lucros permitiam ter balcões em todos os concelhos, mesmo naqueles em que dava prejuízo.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Vamos avançar.

Disse numa intervenção anterior que se um administrador — um que fosse — manifestasse desconforto com uma operação, essa operação não avançava. E eu pergunto-lhe se em algum momento manifestou algum desconforto relativamente a este tipo de operações ou de outras operações que já foram hoje abordadas aqui e que se revelaram ruinosas para a Caixa,

porque se tivesse manifestado esse desconforto, pelas suas palavras essas operações não se realizavam. Em algum momento manifestou desconforto?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Acho que toda a gente, um ou outro, não todos ao mesmo tempo, mas provavelmente todos os administradores da Caixa, em certos momentos, tiveram desconforto em relação a alguma coisa, e uns reportaram, outros não. Eu, se o fiz, vi o assunto ultrapassado e se aprovei é porque me senti confortável a seguir.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Portanto, reconhece que, não tendo manifestado esse desconforto, é corresponsável, juntamente com os demais administradores, pelas decisões que foram tomadas, pela aprovação destas operações que se vieram a revelar ruinosas. Por não ter manifestado essa opinião contrária, esse desconforto, por não ter tentado travar essas operações, assume-se, juntamente com os restantes administradores, como corresponsável por estas operações ruinosas.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, sou tão responsável nessa matéria quanto os outros administradores da Caixa. Nem me passa pela cabeça que o Sr. Deputado tivesse alguma vez pensado que eu ia fugir às minhas responsabilidades. Eu sou tão responsável quanto os outros.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Estava apenas a perguntar e obviamente que não o coloquei num plano de destaque diferente dos outros.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Muito obrigado, muito obrigado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Ainda sobre a questão do risco, em algum momento, nas suas funções de administrador da Caixa, sentiu que o risco

era considerado um empecilho à progressão e ao desenvolvimento dos negócios?

Quando digo «risco», estou a referir-me à Direção de Gestão de Risco.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, referi há pouco que uma das coisas de que acho que nos podemos orgulhar é de termos feito um imenso esforço apostando em consultoria externa, em entidades especializadas nessa área, para apoiarem a implementação e a constituição de uma verdadeira Direção de Risco. Sempre houve resistências na Caixa em relação à forma como a Direção de Risco agia, mas não ao nível do Conselho. Ao nível do Conselho, toda a gente tinha absoluta confiança na Direção de Risco e também tinha confiança no bom senso das pessoas que geriam o Risco que, começando normalmente com uma posição cautelosa que se caracterizava pelo «sim», «mas», sempre procurou contribuir para que o negócio da Caixa não fosse completamente parado, como acontecia muitas vezes.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Nesse caso, Dr. Armando Vara, como é que explica, havendo esse sentimento, que operações que tinham um parecer negativo do Risco, em que o Risco fundamentadamente dizia que não, que não deviam avançar, muitas delas avançaram e algumas revelaram-se ruinosas? Se existia no Conselho de Administração esse sentimento que acabou de referir, como é que justifica que nenhum administrador, perante pareceres do Risco negativos — já nem estou a falar dos condicionados — não punha um travão a essas operações? Disse que esteve muitas vezes nos Conselhos Alargados de Crédito e no Conselho de Crédito e surgiram operações destas que tinham parecer negativo — a Ernst & Young identifica-os e agora nós sabemos. Porque é o senhor, perante

situações dessas, não pôs um travão dizendo «isto não pode ser», aliás, o senhor ou outro administrador?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, eu ouvi o Sr. Diretor Geral do Risco, Prof. Vasco Orey, nesta Comissão, se não me falha a memória — ou terá sido noutra fórum, à saída, não sei, mas acho que foi aqui —, dar exemplos de quantos pareceres foram emitidos pela Direção de Risco num ano ou ao longo de vários anos, quantos foram positivos, quantos foram negativos, quantos foram condicionados e ter concluído, para a amostra que ele tinha, que tinha havido mais pareceres com voto favorável que geraram problemas do que pareceres condicionados, ou seja, correram pior aqueles que tinham voto favorável do que aqueles que tinham parecer condicionado. O que quer dizer que a administração considerou, nesses casos, que, apesar do posicionamento do Risco, a operação devia avançar. E, Sr. Deputado, a quem competia avaliar o interesse da operação do ponto de vista dos interesses da instituição era quem a dirigia.

O senhor poderá dizer «correu mal». Pois correu, mas o balanço que fazemos é, como disse, apesar de tudo, positivo. É impossível... Há pouco, referi um dado... Enfim, às vezes, no correr da discussão, ocorrem-me situações e voltou a ocorrer agora o seguinte: a Caixa, quando lá chegámos, se não me falha a memória, tinha 2000 milhões de crédito vencido, Sr. Deputado. Se chegou ao fim do processo complicado com 4,5... Dois já eram lastro...

Eu nunca falei deste assunto, há certo tipo de coisas que não vale a pena falar, mas, no contexto em que nos encontramos, direi o seguinte: eu, antes de ser administrador da Caixa, fui convidado na Caixa para dirigir a área de crédito malparado, chamava-se assim na altura, ou crédito vencido, uma coisa do género, e recusei não porque não me sentisse com

capacidade, era aliás, um desafio bem interessante, mas porque comecei a pensar que, se tomasse decisões naquela matéria, mais tarde ou mais cedo iria ser acusado de, na negociação que sempre é preciso para um processo de recuperação, estar a favorecer *A* ou *B* e não demoraria muito tempo a encontrar-se alguém do PS que tivesse aprovado uma... Ou seja, pareceu-me de bom senso não aceitar essa... Há bocado, alguém pôs a questão sobre o que é que eu sabia de crédito ou de banca. Eu comecei na banca em Mogadouro, toda a gente sabe, corri vários balcões de Mogadouro, Freixo de Espada a Cinta, etc., etc.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Está a afastar-se muito da pergunta que lhe coloquei.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, peço desculpa. Eu já lhe respondi. Eu já respondi à pergunta.

Perguntam o que é que eu sei de banca. Eu pertenci 23 anos e 3 meses à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não lhe perguntei isso.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — A decisão que mais me custou tomar na minha vida profissional foi ter saído da Caixa Geral de Depósitos. Não foi porque a Caixa o exigisse, porque a Caixa não exigia. Foi porque, para ser administrador do BCP, não podia pertencer aos quadros de outra instituição bancária, por imperativo estatutário do BCP. Senão, eu teria feito o que toda a gente faz, que é o seguinte: o banco autorizava-me a ir, como autorizou muitos outros, e eu regressava à Caixa Geral de Depósitos. Não é pelo regresso, é pelo que a Caixa, ao longo desses 23 anos, representou na minha vida, porque, apesar de ser Deputado, apesar de estar

no Governo, eu sempre acompanhei a Caixa, sempre acompanhei a atividade bancária e todas as minhas leituras e estudos iam para essa área.

Portanto, eu sempre me fui preparando, porque a minha intenção sempre foi a de sair do Governo e regressar ao banco de onde tinha saído.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Vamos avançar, então, para o acompanhamento da tutela.

Durante o período em que foi membro do Conselho de Administração da Caixa, como é que era feito o acompanhamento pela tutela da atividade da Caixa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, há pouco já referi isso.

Eu acho que, na área das finanças, havia alguma direção ou uma entidade que acompanha isso do ponto de vista contabilístico, digamos assim. Sei que havia reuniões regulares que contavam normalmente, do lado da Caixa, com o Presidente e com o Vice-Presidente, que eram, respetivamente, o Dr. Maldonado Gonelha, Vice-Presidente, e o Dr. ... Repito isto porque, apesar de isso ser sistematicamente dito, sempre se me referem como se eu tivesse sido Vice-Presidente da Caixa. Eu nunca fui Vice-Presidente da Caixa.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Eu não referi isso!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Fui o mais modesto dos administradores, Sr. Deputado.

O que sei é que, de vez em quando, o Sr. Presidente da Administração ou, às vezes, o Sr. Vice-Presidente faziam um *report*, um curto *report* da conversa que tinham tido com o Sr. Secretário de Estado das Finanças ou, às vezes, com o Sr. Ministro das Finanças. Talvez fosse

sempre que lá iam, não tenho a certeza disso. De vez em quando, eles diziam os temas que eram discutidos. Eram todos temas que tinham a ver com o sistema financeiro, com o mercado, etc., etc.

Não tenho memória, se é isso que pretende saber, de que alguma vez tenha existido uma instrução direta sobre o que quer que fosse.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Uma...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Uma instrução direta ou uma ordem direta sobre o que quer que fosse.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Por exemplo, tem conhecimento de que a tutela acompanhava com alguma preocupação, com atenção, pelo menos, a política de concessão de grandes créditos da Caixa e que transmitisse orientações ou preocupações relativamente à política que estava a ser orientada, nomeadamente a nível do financiamento de operações especulativas?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, acho que isso não acontecia.

O que a tutela acompanhava era os grandes números. Não tenho memória de alguma vez ser referido o que quer que fosse de operações concretas. Os grandes números, sim. Era um pouco o que fazia... Era a atividade do Banco de Portugal, também. Era um pouco parecido com isso. É aquele acompanhamento de carácter prudencial: ver se o crédito não ultrapassa certos limites porque, se assim for, depois a capacidade..., os rácios.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — O senhor, pessoalmente, manteve conversas com o Ministro das Finanças, com o Primeiro-Ministro ou com o

Secretário de Estado do Tesouro sobre estas questões de concessão de crédito, política de concessão de crédito, estratégia da Caixa nesta área...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... ou isso era reservado ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Tudo o que tinha a ver com a Caixa era com o Presidente e com o Vice-Presidente. E eles falavam com muita regularidade. Quase sempre os dois, mas não raras vezes, por qualquer razão, o mais urgente, também comigo. Eu já disse isto duas ou três vezes. Sei que as pessoas se riem. Quando, por qualquer razão, nos encontrávamos, o Primeiro-Ministro perguntava-me sempre «Então, como vai a Caixa?» e eu dizia «Sempre em frente». A Caixa não era preocupação para...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Portanto, o que está a dizer-me é que era uma conversa casual, de circunstância.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — De circunstância.

O Prof. Teixeira dos Santos com quem... Lembro-me que o Prof. Teixeira dos Santos, antes de ser Ministro, era Presidente da CMVM. Eu tinha saído do Governo com uma excelente relação com o Professor resultante de alguma interligação entre momentos em que as competências de cada uma das nossas áreas se cruzavam. Ele, enquanto Presidente da CMVM, manteve essa relação episodicamente, convidando-me para um almoço ou, enfim, um jantar onde a gente ia discutindo as questões financeiras, da banca... Imagine a conversa que pode existir entre o

Presidente da CMVM e um ou dois administradores, aliás, um diretor porque eu, na altura, era diretor mas já diretor de topo, do banco público. As conversas eram sempre sobre banca, sobre mercado de capitais, etc., etc.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Desculpe insistir: além dessas conversas, que referiu, de circunstância de «como é que vai a Caixa?», «vai andando» ou «vai bem», gostaria de saber se não manteve conversas mais estruturadas...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, não.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... sobre a política de concessão de crédito da Caixa com algum membro do Governo, qualquer que ele fosse, durante esse período.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Então, vamos avançar.

Tem sido desenvolvida a tese — e o senhor sabe, com certeza — de que a compra de ações do BCP com financiamento do banco público, da Caixa Geral de Depósitos, fazia parte de uma estratégia do domínio BCP organizada em torno do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates. É uma tese que tem sido referida, inclusivamente nesta Comissão de Inquérito, na última audição que aqui tivemos, pelo Dr. Filipe Pinhal.

Pergunto-lhe se concorda com esta tese, se tem algum elemento que a corrobore ou se a rejeita. O que tem a dizer sobre isto?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, Sr. Deputado, não concordo com essa tese. Essa é uma tese quase paranoica, inventada exatamente por esse setor a que pertence o Dr. Pinhal, que acha que nós é que fomos os responsáveis por tudo o que aconteceu no Banco.

Ora, o que aconteceu foi que o Banco esteve sujeito, numa boa parte desse ano, a uma guerra interna que o podia ter destruído e à qual a Caixa foi completamente alheia. Como já referi aqui, nós desde o princípio que começámos a desinvestir na Caixa, a desinvestir no Banco, perdão, ao ponto de termos vendido mais de metade da participação que a Caixa lá tinha, sempre com o cuidado de não criar dificuldades ao Banco e também à Caixa, porque uma venda em grande quantidade criaria obrigatoriamente uma perda de valor.

Portanto, sentimos mesmo embaraços quando, uma vez ou outra, convocados para ir às assembleias do BCP, o representante do BCP nos pedia instruções sobre como votar. E o que foi decidido sempre foi aquilo que a Caixa sempre fez em todos fóruns onde participava com direito de voto. A Caixa sempre votou de forma institucional.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que quer na PT, quer no BCP, quer numa dezena ou duas de participações de outra natureza a Caixa votava de acordo com o conselho de administração dessa instituição, porque nos parecia que era isso que devia acontecer.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Pedia-lhe que introduzisse na sua resposta esta consideração: também é verdade que, durante esse período e nesse processo, a Caixa estava a financiar pessoas, os Berardo e companhia, para participarem nessas guerras que o senhor está a referir. Portanto, a Caixa não tinha só o papel institucional que está a referir, também financiava. Gostaria que considerasse isso na resposta.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Agradeço-lhe ter reposicionado o tema porque, como já viu, entusiasmo-me com algumas coisas e, às vezes, desvio-me um pouco do assunto.

É verdade, mas também é verdade que eu não conhecia sequer o Sr. Berardo, eu não conhecia pessoalmente o Sr. Berardo. Só o conheci quando fui para o BCP, na fase de preparação da lista, etc., etc., nos 8 ou 10 dias que anteciparam as eleições da assembleia geral. Nunca tinha falado com ele, não tinha nenhuma relação com ele, nem com a generalidade das pessoas envolvidas, nem com os homens do BPI, nem com os acionistas, variadíssimos, do BCP, que só conheci a partir do momento em que apareci como membro integrante da lista liderada pelo Dr. Santos Ferreira.

Portanto, eu não acredito na tese da conspiração. Não excludo, Sr. Deputado, que, como aqui já foi referido por uma Sr.^a Deputada, que houvesse um certo compromisso entre pessoas que lhe chamavam Portugal e que tinham alguma apetência pela direção do banco. Porque, repare: nós não tivemos nada que ver, em nenhuma circunstância, em nenhum momento, com a instabilidade que se criou no banco. E o Dr. Filipe Pinhal...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me interromper só para...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, deixe-me só referir este assunto.

Como estava a dizer, o Dr. Filipe Pinhal era vice-presidente do banco ao tempo em que o Eng.^o Jardim era presidente. O que determinou a grande cisão no banco foi a nomeação de outra pessoa, que não o Dr. Pinhal, para presidente do banco. Essa pessoa que foi nomeada para presidente do banco era, ao tempo, secretário do conselho de administração. Será que ele, sendo secretário do conselho de administração, saberia o suficiente do

negócio bancário para ser presidente do banco? Que lhe parece, Sr. Deputado? Está a ver como a vida nos está...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Está a responder-me a mim. E, portanto, permita-me só centrar a questão.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Nesse processo que está a descrever, simultaneamente, a Caixa estava a financiar, com largas centenas de milhões de euros, investidores — eu chamo-lhe especuladores — para investir. Isso é coincidência?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, era o negócio pelo negócio. Ouça, eu só soube do que se estava a passar... E não vou queixar-me como fez aqui o Dr. Pinhal, que, repito, estimo e não quero beliscar, de maneira nenhuma, mas acho que ele se enganou na data. Não quer dizer que andei um ano a ver navios, mas comigo a questão de passar para o BCP pôs-se apenas quando o Dr. Santos Ferreira me chamou ao seu gabinete para me dizer que tinha participado numa reunião em que se tinha passado o que se passou.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A propósito disso, deixe-me colocar-lhe uma questão: estes empréstimos foram concedidos por uma administração em que o presidente era Carlos Santos Ferreira. Algum tempo depois, o Dr. Carlos Santos Ferreira, acompanhado por si e por outro administrador, foi para o BCP. Havia algumnexo causal entre estes empréstimos para esta guerra no BCP e, depois, a mudança do presidente do conselho de

administração e de dois administradores para o BCP, dois anos depois? Havia algum nexo causal ou também é uma coincidência?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, não vejo nenhum nexo causal.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Coincidência.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Coincidência... Deixe-me fazer-lhe uma pergunta, se não se importa, já agora, a título de...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não vamos inverter isto!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, não é para isso.

A minha pergunta é a seguinte: quanto é que representa, em termos de percentagem... Lembro-lhe que nós fomos eleitos para a administração do BCP havendo uma lista concorrente que supostamente tinha o apoio de um setor importante do BCP, com 87,2%, se não me falha a memória — e se me falhar é por centésimas —, dos votos dos acionistas. O que representava a participação das pessoas que a Caixa financiou? Menos 5%? Menos 6%? Não representava nada.

Isso é o mesmo que se diz da história da PT. Como disse, a posição que a Caixa tomou na PT foi institucional e de decisão livre do Conselho de Administração, que teve dois votos contra, como é público, não contava para nada no conjunto. A OPA foi chumbada por mais de 70%! O que contava os pouco mais de 5% que a Caixa tinha? Bom, quer dizer, sejamos objetivos na análise: se fosse apenas pela posição da Caixa, não contava para o campeonato.

O que sempre senti, quando se começou a falar... Pese embora os ataques de que sempre fui sendo alvo na generalidade da comunicação social, tenho bem presente que interesses se movimentavam contra a nossa ou a minha ida, eu tenho bem presente. E a seu tempo hei de escrever sobre o assunto. Já disse isso em relação a outras coisas e a seu tempo hei de escrever sobre o assunto. Não o farei agora porque uma boa parte dos intervenientes e pela avançada idade que alguns têm me merecem o respeito devido. É gente que também fez o melhor que pôde e, portanto, não quero... Enfim, é assunto que não vem para aqui.

Mas se eu tivesse consciência... Talvez possa até dizer, Sr. Deputado, que se tivesse consciência do que se viria a passar depois provavelmente eu não teria aceitado ir para o BCP. Portanto, a minha convicção é a de que não houve da parte da Caixa qualquer envolvimento conspirativo em relação a essa matéria.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito bem. Registamos a sua resposta. O tempo está a esgotar-se, pelo que vou fazer uma última pergunta.

O Dr. Armando Vara pediu para não lhe serem colocadas questões sobre Vale do Lobo pois não responderia. Como reparou, até ao momento ainda não lhe coloquei nenhuma questão sobre Vale do Lobo, mas há uma questão que ainda não foi colocada e que eu gostava de fazer. Não contém nenhum juízo de valor, é apenas uma pergunta, e o senhor responderá como entender.

Um cidadão holandês, Jeroen van Doren, terá afirmado a um órgão de comunicação social que transferiu 2 milhões de euros respeitantes a uma compra de um lote em Vale do Lobo para um banco suíço, para uma conta de Joaquim Barroca. Também surgiram notícias de que um dos beneficiários dessa transferência teria sido o senhor, ou seja, desta conta num banco suíço teria sido transferida uma determinada quantia, para uma

conta controlada pelo senhor, na ordem de 1 milhão de euros. Pergunto-lhe se tem alguma coisa a dizer sobre isto, se confirma ou se rejeita estas notícias que vieram na comunicação social.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, vou responder-lhe, embora essa seja uma daquelas perguntas a que não devia responder, mas sinto o dever de o fazer.

Esso é a posição do Ministério Público. É inventado, não tem provas que o corroborem, é uma falsidade que eu tenha alguma coisa que ver com isso e acho suficiente como resposta ao assunto.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A pergunta foi feita, a resposta foi dada. Pergunto-lhe ainda se tinha algum interesse pessoal na operação de Vale do Lobo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Nenhum, nenhum!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — E em algum momento falou com algum membro do Governo que tutelava a Caixa Geral de Depósitos sobre esta operação?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, não! Com nenhum, ninguém!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Nem com o Ministro das Finanças, nem com o Primeiro-Ministro?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Nada, nada! Ao que sei, porque nunca participei em nenhuma reunião entre... Podia, às vezes, até ter participado em substituição de alguém, mas não, nunca participei, e do que ouvi dos

relatos, o Governo nunca fez perguntas sobre qualquer tipo de operação em concreto.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, só mesmo para terminar, coloco uma última pergunta.

Refere-se ao *e-mail* que já foi referido aqui e que, aliás, a Sr.^a Deputada Cecília Meireles mostrou. Pergunto-lhe se, antes de receber esse *e-mail*, que, como o Sr. Doutor disse, reencaminhou para a Direção de Empresas Sul, tinha discutido o assunto com os promotores ou com algum dos promotores?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, sim. Se não estou em erro, recebi o homem que era da banca, o Horta e Costa, a quem perguntei se, para além do que me estava a dizer, tinha algum documento que sustentasse a validade da operação, do negócio. Ele respondeu-me que tinha um estudo feito por eles e eu pedi-lhe que mo enviasse. E ele enviou.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Foi na sequência dessa conversa, desse contacto, que recebeu outro *e-mail*, que depois reencaminhou?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, sim.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não tenho mais perguntas a fazer, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Terminamos, assim, a primeira ronda de perguntas.

Vamos suspender os trabalhos por um tempo breve, após o que retomaremos a audição.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos e dar início à segunda ronda de perguntas.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Dr. Armando Vara e gostava de começar por lhe perguntar sobre o processo do BCP.

É incompreensível, para nós, o racional económico que, ao mesmo tempo que estava a reduzir a exposição nas participações, a Caixa estivesse a enterrar milhões de euros em empréstimos para instituições ou pessoas comprarem ações do BCP, garantidos com essas ações.

Portanto, o que gostava de lhe perguntar é se o racional dessas operações não seria antes emprestar dinheiro para essas pessoas e instituições votarem em si e no Dr. Carlos Santos Ferreira na sua passagem da Caixa Geral de Depósitos para o BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada, cumprimento-a também.

Sr.^a Deputada, eu já respondi tantas vezes a essa questão aqui, hoje. Até acabei dizendo qual era a importância do voto da CGD na nossa eleição. Quer dizer, a CGD tinha quanto?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, desculpe, mas a pergunta não é essa. A pergunta não é essa!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, tem razão, tem razão. Eu estava a abordar a participação da CGD.

A sua pergunta tem que ver com o poder de fogo, digamos assim, que consistia em terem um conjunto de ações financiadas pela Caixa que iriam votar supostamente na lista em que nós estávamos. Qual era o peso disso, Sr.^a Deputada? Fomos eleitos por 87,2%! Seria 6%? Seria 5%? Seria 8%? Sr.^a Deputada, desculpe, mas acho completamente irracional pensar que o racional da operação era esse. Não era!

Como também compreenderá, essas operações não fora originadas pelas minhas áreas. Não estou a dizer que não tenho responsabilidade, não é isso. Estou à procura de um hipotético racional e, portanto, mesmo que houvesse um outro racional que não fosse o negócio, ele não tinha sido comigo. Poderá perguntar-me «então, e não viu problema nele?» Não, não vi problema. Eram negócios que se faziam em toda a banca em quantidades e com um racional que tinha que ver com o negócio. Era o negócio.

Portanto, não vejo nem nunca vi nenhum tipo de *complot...*, como hei de dizer?, de constituição de um *complot* para ajudar a eleger determinada lista, ou seja, a nossa, porque, ao tempo, havia uma guerra no BCP mas nós estávamos completamente fora disso.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, ficámos a saber aqui, na terça-feira, por um relato do Dr. Filipe Pinhal, que até referiu os nomes dos atuais presidentes da Caixa Geral de Depósitos e do BCP, sem que nenhum tivesse vindo desmentir, que em 3 de dezembro de 2007 foi informado que a lista que o Dr. Filipe Pinhal liderava para o BCP só passaria se integrasse o seu nome e o de Carlos Santos Ferreira. Portanto, o que nos vem dizer é um bocadinho estranho, de facto. Isso não é compatível com a resposta que me está a dar.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, volto a dizer o que já disse, considerando a pergunta que me faz: o Sr. Dr. Filipe Pinhal só pode ter errado na data. Não quero dizer-lhe: «Ah, ele inventou...». Admito, até, que alguém lhe possa ter dito isso, mas quando o tema era público ou quase, nunca a 3 de dezembro. Nunca a 3 de dezembro, porque a reunião onde essa questão se colocou foi 15 dias ou três semanas depois! Impossível! No que a mim diz respeito, isso, então, era um absurdo. Era um absurdo!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Mas essa que está a referir era para uma lista liderada por Carlos Santos Ferreira e eu estou a falar de outra lista, que era a lista de Filipe Pinhal.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas como é possível uma coisa dessas? Eu nunca sairia da Caixa para ir para... Eu saí da Caixa para acompanhar o Dr. Santos Ferreira, que fez questão de que eu fosse com ele. Portanto, a questão de eu fazer parte de uma lista que não tivesse... Quer dizer, não tem sentido, isso não existia no meu pensamento nem no pensamento de ninguém.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, o seu mandato na CGD iria acabar no final de dezembro de 2007?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Acabou em 31 de dezembro de 2007.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito bem. Foi convidado, em alguma altura, para continuar na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não. A questão, como sabe, só se põe mais adiante, porque é, normalmente, com a aprovação de contas que... Embora os mandatos... Isso acontece em todas as empresas cotadas e, como disse, nós sempre nos comportámos como se fosse uma empresa cotada.... Quer dizer, à data não sei se o Ministro, o Governo, o acionista, digamos assim, já tinha feito algum contacto. Não me consta se já tinha feito algum contacto.

Mas pesou na nossa decisão o facto de eu já estar no fim do mandato, porque quando avalei, disse «bom, estou em fim de mandato..., quer dizer, estão a fazer-me uma proposta...» Coloque-se na minha posição, faça um esforço, se lhe apetecer, Sr.^a Deputada.

Eu entendi o desafio como um grande desafio profissional. Como lhe disse, se eu imaginasse... Eu olho para trás, hoje, e a minha vida, como sabe, nos últimos tempos sofreu choques brutais. Agora tenho tempo para refletir sobre muita coisa, para o que não tinha tempo na minha vida normal. Mesmo muito recentemente tinha também uma vida muito ocupada. Agora vou juntando peças, como, certamente, acontece com vocês, com todos nós, em certos momentos da nossa vida, e hoje concluo que se tivesse imaginado que essa questão, a minha ida para o BCP, seria entendida como um assalto do governo ou uma tentativa do governo de controlar a banca eu não teria ido para o BCP. E nunca o Eng.º José Sócrates, que eu saiba, porque através de mim nunca o fez... Toda a gente vai dizendo que ele era o grande mentor, o grande amigo, e eu vim a saber, também há pouco tempo, porque eu não sabia disso, porque é um tema do Conselho de Ministros e, portanto, como disse o ministro, é um tema que se é do Conselho de Ministros é para ficar no Conselho de Ministros. O Eng.º José Sócrates fez uma observação acerca da minha indicação para a Caixa que era razoável, dizendo «vai dar muita questão política à volta disso, vai ser...». E o Sr. Ministro de então manteve a minha... Porque me conhecia

razoavelmente bem do ponto de vista profissional, e foi isso que me motivou a aceitar.

Para não me alongar mais: nunca houve nenhum tipo de razão que não a do negócio.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então, há bocado, disse-nos que lhe pareceu de bom senso não aceitar uma posição de responsabilidade no crédito malparado, mas depois aceitou que era de bom senso passar para o BCP, considerando que tinha aprovado milhões de euros de crédito para aquisição de ações desse mesmo banco enquanto estava na Caixa. Isso já era bom senso?!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, vamos lá ver, a questão é muito simples, eu não considere isso. Não considere, porque a aprovação não tinha nenhuma influência no resultado. Basta ver o que foi o resultado, com uma boa parte da opinião pública a dizer «ah, o Governo quer tomar conta daquilo...». Adiante. Mas mesmo assim, os acionistas, desde o princípio, e eu sei a quantidade de pequenos e médios acionistas que me escreveram a dar-me força para que a gente fosse...

Na verdade, a gente olha para trás e vemos o que resultou da nossa ida para o BCP, no pior momento da história da banca, a nível mundial! Portanto, eu não considere isso porque, para mim, os empréstimos não tinham que ver com isso. Não me ocorreu, sequer, essa hipótese.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Enfim... Agora queria falar-lhe sobre uma operação um bocadinho diferente, um processo de aprovação a uma empresa, a Finpro, para participar numa operação de aquisição da Thames Water. Recordar-se desta operação, que também gerou muitas perdas para a Caixa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Vagamente.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então, recorde-lhe que a Caixa Geral de Depósitos aprovou, em janeiro de 2007, um financiamento de 400 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito bem.

O financiamento tinha um parecer de risco até bastante condicionado, porque considerava que a participação da CGD naquele grupo já era elevada e tinha poucas garantias. E fazia muitas exigências.

Portanto, gostaria de saber se se recorda de qual foi o racional económico desta operação.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, essa foi uma das vezes em que eu pedi mais informações. Lembro-me disso. Não porque a proposta me parecesse descabida, mas porque me parecia que era um investimento fora do País. Mas enfim, a qualidade dos intervenientes... Houve uma série de coisas que me puseram a votar favoravelmente, portanto, acabei por não ter nenhuma reserva em relação a essa operação. Achei que poderia fazer sentido e acompanhei. Essa é também uma das propostas que teve origem ou na banca de investimento, se não estou em erro, ou nas grandes empresas. Portanto, veja também a questão do lado dos administradores: quando vêm propostas muito discutidas por gente muito profissional... Lembro-lhe que a CaixaBI era líder do segmento banca de investimento e, do ponto de vista do nome — hoje diz-se *top* —, na altura era *top*, eram profissionais de grande categoria. O mesmo digo em

relação ao risco e também digo o mesmo em relação às entidades que serviram, digamos assim, sob a minha direção.

As instituições da Caixa eram dirigidas por pessoas com grande experiência. Mesmo que a algumas pessoas possa parecer que havia alguma inexperiência em alguns setores da administração — o que, francamente, acho que não era o caso, porque a administração deu provas —, tudo isso teve razão de ser. Não correu bem porque os tempos foram o que foram, o que veio a seguir é que foi imprevisível.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, vou relevar isso, nós já falámos aqui muitas vezes sobre os tempos que correram mal e os tempos correram pior para certas empresas e para certos bancos, mas enfim!

Dentro das coisas que pediu e considerou, sabia, foi informado, que antes de 2005 e 2007, ao mesmo tempo em que o senhor estava na administração da Caixa Geral de Depósitos, ao mesmo tempo em que o senhor aprovava esse crédito e pedia informações, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, tutelado pelo Ministro Vieira da Silva, também investiu nessa mesma empresa, chegando a deter 10% do seu capital? Isso entrou em consideração quando aprovou o crédito?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Acabo de saber. Não sabia na altura, nem sabia agora.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então, é uma feliz, ou infeliz, coincidência...

Está a dizer que não houve nenhuma instrução do Governo, nenhuma conversa, instrução formal ou informal, para a Caixa Geral de Depósitos apoiar esta empresa?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Que eu soubesse, não. Por mim não passou nada disso. Como também sabe, eu não era o interlocutor do Governo para isso.

Todavia, não deixo de salientar que a segurança social e os fundos da segurança social têm critérios de investimento também restritos. Portanto, essa instituição onde a segurança social investiu seguramente que preenchia os requisitos de investimento do Fundo.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Mas o Sr. Doutor acabou de dizer que tinha tido algumas reservas. Aliás, tinha pedido informação adicional sobre essa empresa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas não foi por isso, eu não sabia disso, foi como havia sempre alguma reserva de algum setor do Conselho a determinado tipo de investimentos fora do País.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — O próprio Tribunal de Contas veio dizer, contrariamente ao que está a dizer o Sr. Doutor, que foi uma opção muito arriscada, por parte do Fundo de Estabilização Financeira da segurança social e, em particular, do Sr. Ministro.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Na altura ou anos depois? Anos depois, não é?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não, não, é um relatório sobre a operação na altura, de 2010.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não sabia, não perguntei sobre isso, as minhas questões não eram sobre isso. Atrevo-me, até, a pensar que se

soubesse que a segurança social estava a investir eu ficaria até mais tranquilo, porque o facto de a segurança social investir era, em si, mais um elemento de segurança e credibilidade.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Pois, mas, infelizmente, o resultado foi que perdemos mais não sei quantos milhões de euros com esta operação. Está a ver? Portanto, foi uma infeliz coincidência. A Caixa acabou por investir numa empresa que... Olhe, perdemos todos, pelos dois lados, infelizmente!

Agora queria falar um bocadinho sobre os seus pelouros. São duas questões que estão relacionadas, na minha opinião.

Na reunião de Conselho de Administração de 18 de outubro de 2006, houve uma alteração ao processo de concessão de crédito e foi apresentada como uma melhoria, mas resultou em três pontos críticos que, na nossa opinião, desvalorizaram, de facto, o papel da Direção de Risco.

Os pareceres de risco desapareceram, exceto para operações de grande dimensão ou complexidade; o *pricing* supostamente seria mais competitivo nos melhores riscos e mais exigente nos riscos mais elevados, sendo que a sua administração considerou sempre que os riscos eram desvalorizados e, provavelmente, considerava que era tudo altamente competitivo; mas, mais importante, uma prevalência da área comercial face ao risco. E cito: «A rede passará a ter toda a margem de manobra para gerir a exposição aos clientes, o que lhe permitirá ter uma agilidade comercial», etc., etc.. E, ao mesmo tempo que desvalorizavam a Direção de Risco, o senhor ia adquirindo pelouros aos outros administradores, na concessão de crédito e áreas comerciais.

No final do seu mandato, dominava praticamente todas as direções de crédito, que concediam crédito e participações: a Direção de Gestão de Participações Financeiras, a Direção de Empresas Sul, a Direção de

Particulares e Negócios de Lisboa, a Particulares Sul, Comunicação, Banco Institucional, sucursais de França, Luxemburgo e Mónaco.

Foi o senhor quem pediu estes pelouros ou ofereceram-lhos, pelas suas, vá!, qualificações, enquanto Coordenador da Área de Segurança e Património, antes de chegar à administração?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Caramba! Já não me lembrava!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Ai não?! Fantástico!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O que é que acha, Sr.^a Deputada?! Acha que pedi eu ou que foi uma distribuição mais racional?! Oferecer? Também não fica bem oferecer...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Oferecer não, que lhe sugeriram!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, essa mudança foi essencialmente justificada... Por exemplo, antes desse ganho, como estava a dizer, de certas direções, eu tinha, por exemplo, toda a Direção de Empresas, de norte a sul do País, ilhas, etc., etc., e isso era uma coisa absurda.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Era mesmo absurda!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — E só era absurda por uma razão: porque eu gosto de proximidade, gosto de visitar os clientes, as diversas direções da Caixa e, portanto, era melhor que estivesse um diretor com a zona Norte e outro com a zona Sul. Foi o que se fez.

Foi também o que se fez em relação... Porque havia também um diretor que tinha toda a área comercial de retalho e, portanto, dividiu-se

entre norte e sul. Eu fiquei com o retalho e empresas a sul, pequenas e médias empresas, sendo que o conceito de médias era aferido pela faturação mensal e, portanto, poderia ir até grandes empresas.

Nessa altura deixei de ter a Direção de Participações, que, também, por mais que ligue — e já disse isto aqui hoje umas 10 vezes! —, ao tempo eu já a não tinha. Se verificar, nessa altura passou a ser o Dr. Santos Ferreira o primeiro responsável pela Direção de Participações. Tinha, desde o início, a Comunicação, tudo o que tinha que ver com a Logística, que era, no fundo, uma parte da área em que eu comecei a trabalhar quando regressei à Caixa Geral de Depósitos, tudo o que tinha que ver com obras, etc., etc., e afins, uma direção poderosa... — até me admiro como é que a Sr.^a Deputada não salientou esse facto, porque era, de facto, uma das direções mais importantes da Caixa —,...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — São muitas!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — ... que depois, e também por minha iniciativa, tenho o orgulho de ter produzido, em relativamente pouco tempo, uma reforma em todo o sistema da Caixa, que serviu de exemplo para toda a banca no que tem que ver com a segurança e prevenção — não apenas de pessoas e bens, mas da informação, etc., etc.. Mas não vem ao caso agora.

Referiu-se, ainda, a um dado que também é importante. Diz que deixou de haver risco. Deixou de haver risco, deixou de haver pareceres de risco?!...

Nem eu nem o outro meu colega, que tinha essa rede, não tínhamos a tutela sobre nenhuma das outras grandes direções de risco, das grandes empresas e da banca de investimento, de onde vinham, normalmente, as

operações maiores. O que acontece é que a análise de risco no retalho é *scoring*. O que é que isso quer dizer?

A generalidade das operações do retalho faz-se ao computador: metem todos os dados do cliente. Por exemplo, no crédito à habitação: metem os dados, os rendimentos, e sai no momento!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não é disso que estamos a falar!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, desculpe, mas num momento, os nossos balcões da Caixa tinham condições de dizer ao cliente se o crédito iria ser aprovado ou não. Ele não era logo aprovado, mas tinha... O *scoring* que a Caixa...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Está a falar de quê?

O Sr. **Presidente**: — Não responda aos apartes...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, faz-me uma pergunta...: «Está a falar de quê?» Estou a falar de *scoring*! *Scoring*, que dá imediatamente o resultado da operação.

Portanto, se se refere a isso... Porque nós estamos a falar de retalho...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não me estava a referir a isso!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, Sr.^a Deputada, estava a dizer que os que vieram para mim e para o outro fizeram com que deixasse de haver risco. Sejamos um pouco...

Desculpe, Sr.^a Deputada, mas acho que dei uma explicação razoável.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

É agora a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Dr. Armando Vara e começar por lhe fazer a seguinte pergunta: quando teve conhecimento da reunião que ocorreu no dia 21 de dezembro de 2007, nas instalações do Banco de Portugal, convocada pelo Banco de Portugal? Segundo a audição do Dr. Filipe Pinhal, essa reunião foi convocada pelo Banco de Portugal e foi com um grupo de acionistas qualificados do BCP.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, eu tinha a ideia de que o Dr. Santos Ferreira me chamou ao gabinete dele no dia em que a reunião se realizou, ao fim do dia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Antes ou depois da reunião?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Depois da reunião.

Mas, atendendo ao que o Dr. Pinhal disse, deve ter sido dois ou três dias depois, porque não tenho uma memória exata... Pus-me a pensar nisso. Ele diz que foi sábado, não é? Não era anormal eu não ir trabalhar ao sábado, mas não era muito normal eu estar a trabalhar ao sábado às 7 ou 8 horas da noite, no banco. Lembro-me que ele me chamou e eu fui do meu gabinete para o dele.

Fiquei a pensar nisso, mas, quer dizer, acho que o dia... É fácil de «checar», mas acho que o Sr. Dr. Pinhal também se terá enganado no dia dessa reunião. É fácil também «checar», porque tenho ideia de que o Dr.

Santos Ferreira me chamou e me disse que tinha havido uma reunião com as características que referiu, mas chego à conclusão de que, quando ele falou, já tinha decidido avançar, portanto já tinha falado com a família e com outras pessoas, como ele referiu.

Portanto, não lhe sei dizer o dia, porque a memória que eu tinha era a de que isso talvez tivesse sido no próprio dia. Mas foi dias depois. Se é verdade, se confere a data que o Dr. Pinhal refere, quer dizer que eu, no fim de semana... Deve ter sido na segunda-feira a seguir que fui chamado ao gabinete dele.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas o Dr. Filipe Pinhal disse que, no dia 20 de dezembro, sexta-feira, houve uma reunião convocada pelo Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, com o próprio e com outro administrador do BCP, onde foi abordada a possibilidade de ambos ficarem inibidos de continuar a exercer funções, ou seja, a possibilidade de retirar-lhes a idoneidade.

No dia 21, segundo o Dr. Filipe Pinhal...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — No sábado, portanto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — No sábado, decorreu essa reunião que foi agora objeto das minhas perguntas. No dia 22, no domingo, terá havido uma reunião na EDP, que foi organizada pelo Dr. António Mexia.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — No sábado?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — No domingo.

Dia 24 foi véspera de Natal e os bancos também fecham na véspera de Natal. As datas e os dias das reuniões, segundo o que disse o Dr. Filipe Pinhal, foi tudo feito já depois de os bancos estarem fechados: sexta-feira no final da tarde, sábado, domingo, segunda véspera de Natal, e terça-feira dia de Natal.

O que é que o Dr. Carlos Santos Ferreira lhe transmitiu acerca dessa reunião que, supostamente, foi no dia 21 de dezembro, sábado?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — *Grosso modo*, foi o que se sabe sobre isso: que tinha havido uma reunião resultante de uma comunicação que o Sr. Governador do Banco de Portugal fez aos acionistas qualificados, dizendo que havia questões graves que iriam impedir, mais cedo ou mais tarde, que houvesse..., ou, melhor, que não pudesse deixar passar a direção liderada pelo Dr. Pinhal e que deixou nas mãos dos acionistas a resolução desse assunto; que tinha havido uma reunião na EDP, convocada, ao que sei, pelo Dr. Mexia — ou combinada, e o Dr. Mexia é que foi convocando as pessoas — e que dessa reunião tinha saído um convite dos acionistas para ele constituir uma lista candidata à administração do BCP... E que fazia questão que eu fizesse parte da lista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi nessa circunstância que o Dr. Carlos Santos Ferreira lhe fez o convite, digamos assim?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, sim. Foi depois da reunião. Agora não lhe sei dizer, pelas datas e pela proximidade do Natal, se foi na segunda-feira, dia 23. Provavelmente, foi na segunda-feira. Não lhe sei dizer, não tenho nenhum registo, não tomo nota dessas coisas. Até podia ser uma data interessante para...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A questão que lhe quero colocar também caberia ao Dr. Carlos Santos Ferreira. O Dr. Armando Vara era administrador do maior banco português a operar em Portugal. Decidiu sair da administração do maior banco, considerado topo de carreira — o sonho de qualquer administrador bancário, o objetivo máximo de carreira, certamente, é ser administrador do maior banco —, e decidiu ir para um banco que, apesar de ter uma grande dimensão e de ser o maior banco privado na altura... Decidiu mudar da Caixa para o BCP, quando a tendência até era vir da banca privada para a administração da Caixa Geral de Depósitos. Temos muitos casos desses.

Queria fazer-lhe uma pergunta acerca disso. Já disse há pouco, em resposta a um colega Deputado, que senti uma motivação extraordinária para ir para administrador do BCP, mas sair de um banco que apresentava resultados líquidos positivos, um banco que estava em expansão, apesar de, mais tarde, se descobrir que muitos desses créditos se revelaram ruinosos para o património da Caixa Geral de Depósitos... Essa foi a verdadeira razão que o moveu a sair da administração da Caixa para a administração do BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, o BCP era líder incontestado no segmento de empresas, de todas: pequenas, médias e grandes empresas. A Caixa só se aproximava do BCP nas grandes empresas exatamente pela grande capacidade de balanços que a Caixa tinha e que era quase sempre parecer indispensável para qualquer coisa.

Lembro-me que fui convidado para vice-presidente do BCP, para o maior banco privado português e considerei aquilo uma enorme honra pessoal. Para ser franco, senti-me honrado com o convite e achei-o irrecusável. Comecei a pensar. Também lhe disse logo que precisava... Disse que, em princípio, me sentia orgulhoso com a confiança que ele

depositava em mim, porque tínhamos uma equipa na Caixa que funcionava de forma excelente e isso também tinha muito a ver com ele.

Há muitas coisas que se podem dizer do Dr. Santos Ferreira, a maior parte boas, e uma delas é que ele é um excelente condutor de equipas. Portanto, uma boa parte daquilo que considero que foi o sucesso da equipa de gestão, pese embora esses insucessos que sempre acontecem nos bancos e que acontecem mesmo em tempos de vacas gordas... Ele era exímio na condução da equipa dirigente e exímio no atenuar de potenciais questões, conflitos. Tudo funcionou bem sempre, e muito devia-se a ele.

Portanto, por ele considerar que eu era importante na equipa dele, senti uma enorme alegria, como acho que qualquer um de vocês sentiria se estivesse na minha posição.

Acresce que essa nunca foi a minha motivação, mas a aposta era, também, uma aposta financeiramente muito apelativa, porque, comparado com o que entretanto se ganhava na Caixa Geral de Depósitos, que sempre achei que era um salário excelente, não é isso que estava em causa... Mas achei que valia a pena e que era, do ponto de vista profissional, isso sim, um desafio de risco. Mas sempre aceitei riscos e, muitas vezes, eram esses riscos que me motivavam. Tinha uma posição extraordinariamente confortável como Diretor da Caixa Geral de Depósitos. Como Diretor da Caixa Geral de Depósitos, eu tinha secretária, tinha viatura, era diretor de topo, em qualquer altura, normalmente, seria administrador de um dos bancos da Caixa fora.

Também senti, quando fui para administrador da Caixa Geral de Depósitos... Aí tive dúvidas sérias, por razões que já expliquei, mas também porque sabia que uma coisa era ter o cargo com uma componente pública e por essa razão de interesse partidário, porque foi para lá para servir o partido, etc., quando podia manter-me muito tranquilamente no meu cargo, que era do quadro e que só...

Portanto, nunca imaginei que — e as pessoas com que falei sabem todas disso —, a seguir, pudesse haver uma operação que tentou desacreditar não apenas...ou, melhor, que tentou criar condições para que não tivéssemos sucesso e, depois, que essa «oposição», entre aspas, digamos assim, conseguisse o apoio que conseguiu em certos setores da comunicação social, que também tinham interesses em relação ao banco, para transformar aquilo numa golpada para dominar o banco. Isso, a história há de...

Sabemos todos como são estas coisas. Ainda estamos muito próximos desses acontecimentos para que possamos olhar para eles com distância e para que até pessoas que não têm ainda nada a ver com o assunto possam olhar de um outro ponto de vista. Acho que a história nos vai julgar em relação a essa matéria. Essa tese — essa e outras — de que houve um conluio para calar a comunicação social é uma coisa absurda que dois ou três jornalistas que perderam poder nos sítios onde estavam puseram em marcha e, enfim, depois, a personalidade de alguns dos principais protagonistas fez algumas pessoas de bem acreditar que estava em causa também um golpe, um atentado contra o Estado de Direito.

Sr. Deputado, já assisti a tanta coisa. Agora lembrei-me do atentado contra o Estado de Direito. É outra coisa que é um absurdo. É um absurdo, mas é um absurdo que fez com que eu fosse parar à cadeia! Não é?! Porque a tese do Face Oculta era toda virada para isso, para o atentado contra o Estado de Direito! Falhou-me isso, porque alguns magistrados entenderam que aquilo era um absurdo total e decidiram apagar algumas conversas que, sendo apagadas, não permitiram que eu me defendesse até à medula, como era meu direito. Fui o mais prejudicado disso tudo!

Mas, enfim, este é um assunto para outra altura. Peço desculpa, entusiasmei-me outra vez.

Portanto, é uma história peregrina, é uma coisa que não tem pernas por onde se lhe pegue mas que fez o seu caminho, porque também teve, na comunicação social, o auxílio de que precisava para se instalar numa certa opinião publicada, mais do que opinião pública.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Queria mudar de tema.

Queria perguntar-lhe se, em alguma reunião do Conselho de Administração ou dos Conselhos Alargados de Crédito, se falou da operação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Na primeira reunião do Conselho, logo. Aí está outra das coisas em que pus questões. Tinha problemas em relação a essa matéria.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O que sabe sobre isso e o que foi discutido nessa primeira reunião?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Nessa primeira reunião, foi discutido o que fazer, que fazer-se, porque havia muitas dúvidas.

Deixe-me fazer-lhe aqui uma nota em paralelo para compreendermos melhor a questão. Quando se fala da mudança de administração na Caixa Geral de Depósitos... Mudaram três administradores, Sr. Deputado. A administração da Caixa Geral de Depósitos tinha 11 membros. Quando o Prof. Teixeira dos Santos chegou a ministro, achou que eram demais, que nove chegavam. Portanto, saíram cinco e entraram três: eu, o Dr. Francisco Bandeira e o presidente. E os outros seis que ficaram. Quer dizer, os outros seis que lá estavam também tinham, de alguma forma, participado nas decisões que levaram àquela solução, que deu muita discussão. Não estou a

sacudir água de capote nenhum. Deu muita discussão, porque o tema Espanha era um tema caro à generalidade da Caixa Geral de Depósitos.

Já estava na Caixa quando se fez uma tentativa de adquirir o Banco Zaragozano, se não me falha a memória, que era um banco de dimensão média que, depois, não foi adquirido, porque, enfim, a administração da Caixa entendeu que o preço que era pedido pelo banco, porque havia muitos interessados no banco, ultrapassava aquilo que eles consideravam ser o valor do banco. Portanto, não o compraram.

Mas isso deixou um amargo de boca, porque o que se fez depois — e já se tinha feito antes com um banco — foi adquirir pequenos bancos, provavelmente bancos regionais, a que a gente até chamava «bancos de vão de escada», quando uma boa parte, a maioria das pessoas — estou a dar-lhe conta de um tema que eu já ia acompanhando, enquanto quadro da Caixa, nas conversas que iam pela Caixa toda — achava que fazia sentido ter uma operação média em Espanha que alavancasse as nossas empresas e o negócio ibérico — nós tínhamos mesmo uma repartição do negócio ibérico — e, também, que faria sentido lançar uma OPA, pôr o problema ao acionista, ao nosso acionista.

Falo-lhe das conversas que corriam na Caixa antes de eu ir para a administração.

Mesmo que a OPA acabasse por não se concretizar, porque ficava muito cara, no final, valia bem o que ia custar.

Imagine o impacto que tinha na sociedade espanhola a Caixa Geral de Depósitos lançar uma OPA sobre um banco médio, digamos, pequeno/médio, não médio/grande.

Isso foi fazendo o seu caminho e, quando cheguei à administração, a minha ideia era a de que o que teria valido a pena era isso, mas fomos confrontados com decisões tomadas 15 dias ou um mês antes e logo implementadas. E não tinha propriamente a ver com a pessoa que foi dirigir

o banco, que era o Eng.º Faria de Oliveira, nem com a sua equipa. Tinha a ver com um modelo de negócio e com as dificuldades que havia, num mercado maduro como é o de Espanha, em iniciar uma operação bancária quase de raiz.

A generalidade dos bancos cresce comprando negócios existentes e, depois, vai investindo. Era isso, aliás, que o BCP fazia.

Aquilo não era, do ponto de vista de algumas pessoas, o caminho certo, mas também não era o caminho certo desfazer um mês ou um mês e meio antes uma decisão que tinha acabado de ser tomada. Isto porque as pessoas que a tomaram também acreditavam que aquela era uma boa decisão.

Para muitos de nós, aquilo tinha um pecado original. Mas sempre demos o apoio possível àquela operação. Na verdade, umas vezes correu melhor, outras vezes não... Mais tarde, e não tinha, digamos, responsabilidades diretas nisso, foi criada uma sucursal em Madrid para promover o crescimento do negócio em Espanha. Houve a oportunidade de entrar em alguns negócios que exigiam uma capacidade de capitais diferente e que o banco, em Espanha, não possuía. Mas parqueá-los na sucursal acabou por ser sempre uma solução adotada por quem dirigia o banco e também a sucursal. As equipas cruzavam-se.

Ou seja, acabámos por optar, porque, na altura, isso parecia ser um mal menor... Alguns de nós não acreditavam muito na solução, mas entre desfazer o que estava feito, que não tinha dado ainda provas do que ia acontecer, ou deixar continuar, deixámos continuar, até porque isso era a posição do então responsável pelo negócio internacional que é hoje o atual Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A tese oficial sobre a criação da sucursal em Espanha foi a que reproduziram novamente aqui na Comissão

de Inquérito não o Dr. Armando Vara mas os ex-administradores e o ex-presidente da Caixa.

O certo é que a sucursal funcionou como um tapete para onde eram varridos os créditos tóxicos que eram concedidos pelo CaixaBI em Espanha, pelo Banco Caixa Geral em Espanha e pela sucursal da Caixa em França, sediada em Paris.

Estamos a falar de uma vassourada de 2600 milhões de euros de créditos tóxicos que foram varridos para a sucursal em Espanha, já que ela consolidava com a casa-mãe e, portanto, os balanços dessas entidades podiam continuar a respeitar os rácios que eram impostos pelas entidades reguladoras e, com isso, continuar a operar em Espanha. E isto também ficava fora do radar da administração.

A sucursal foi criada em 2007. O Dr. Armando Vara disse, há pouco, que não foi no seu tempo, mas torno a perguntar-lhe: não se recorda da criação da sucursal?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu disse que não era do meu tempo?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A criação da sucursal?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não. Disse que mais tarde — não, naquele momento — foi criada a sucursal. Foi o que eu disse suponho eu.

Mais tarde... Estava a falar em quando chegámos, em 2005...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi mais tarde, mas foi ainda no seu mandato.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, sim. Lembro-me disso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi mesmo no seu mandato.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Lembro-me disso e, depois, mais tarde, já eu não estava lá, vi que se foi carregando para lá um conjunto de operações que deram o que deram.

Mas, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que isso não constituía uma prática da Caixa. Quer dizer, a generalidade dos bancos — não só portugueses, de todo o mundo — usavam esse modelo de negócio porque lhe dava algumas garantias de maior controlo.

As coisas, às vezes, correm mal e para todos. E correu mal para todos! Quer dizer, um novo negócio com um banco pequeno, normalmente, tinha, na capital, uma sucursal da casa-mãe. Isto porque a casa-mãe controlava diretamente a sucursal e não tinha de obedecer às regras de consolidação, etc., do sítio de onde estava, enquanto o banco tinha de obedecer a toda a regulamentação. Esse era um modelo usado universalmente — e quando digo «universalmente» digo no mundo inteiro.

Um banco vinha, criava e, depois, começava a haver necessidades de aparcar...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Era um jogo viciado, mas aceite no mercado. É isso que quer dizer. Mas o certo é que isso foi uma forma...

Estas decisões, estas cedências de crédito de 2600 milhões de euros à sucursal foram ratificadas em Conselho de Administração, não foram aprovadas previamente. Foram ratificadas! Ou seja, tudo isto ficou de fora do radar da administração da Caixa Geral de Depósitos e foram concedidos créditos de forma que ninguém compreende ou aceita e que seria preciso uma tarde inteira para colocá-los em cima da mesa.

Para terminar, queria falar-lhe sobre um relatório da inspeção do Banco de Portugal que foi feito em 2011 sobre créditos garantidos por

títulos, onde cabem os casos mais graves de que temos vindo a falar durante este inquérito. Refiro-me aos da Investifino, Goes Ferreira, Grupo Berardo, Visabeira e outros.

Tive a curiosidade de ver as contas da Fundação Berardo nos anos anteriores à concessão do crédito por parte da Caixa Geral de Depósitos. Muitos têm dito aqui que o Sr. Berardo, na altura, gozava de um grande prestígio e que isso, por si só, era um grande cartão-de-visita que se sobrepunha a todos os outros critérios.

Mas a Fundação Berardo, nos dois anos anteriores à concessão do crédito de 350 milhões de euros por parte da Caixa Geral de Depósitos, e foi no seu tempo, em 2007, teve resultados operacionais negativos.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Tinha resultados líquidos positivos porque, sendo uma Fundação e uma entidade sem fins lucrativos, dedicava de forma esmagadora a sua atividade a operações financeiras. Portanto, os resultados extraordinários positivos cobriam os resultados operacionais negativos.

Se tivesse havido cuidado nisso, certamente que era mais um alerta, mais um sinal vermelho, para a concessão desse crédito.

Mesmo para terminar, lamentavelmente, o Banco de Portugal chegou à seguinte conclusão: apesar de existirem muitos contratos com rácios em situação de incumprimento desde há algum tempo, nas atas do Conselho de Administração não constam deliberações específicas sobre essa matéria. Consultando as atas do Conselho de Administração do seu mandato ou dos mandatos anteriores, consta quase nada sobre as grandes decisões da Caixa Geral de Depósitos. Constatou-se que grande parte dos créditos analisada foi aprovada em condições diferentes das preconizadas pela Direção de

Gestão de Risco. Isto diz o Banco de Portugal depois de analisar todos estes créditos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Raramente, estas operações obtiveram parecer favorável desta Direção, o que contraria tudo aquilo que o Dr. Armando Vara tem dito acerca do grau de cumprimento dos pareceres da Direção de Gestão de Risco.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, o que todos nós já confirmámos é que o que aparece nos relatórios, quer das entidades de supervisão, quer, pelos vistos também, daquele célebre relatório da Ernst & Young, são as posições iniciais do Risco, não o que resultou da discussão e do encontro de posições entre direções comerciais, jurídicas e risco e da decisão que foi tomada.

A análise que se está a fazer é entre a decisão final e a decisão inicial do Risco. Ora, isso não dá o reporte do que aconteceu desde o início até ao fim. E o que aconteceu foi que não me lembro, porque comigo presente nunca aconteceu, de ter aprovado uma posição irredutível de «não» do Risco. Nunca!

Sempre tive a convicção de que, no final, quando aprovávamos a decisão, se perguntava ao Risco: «Tudo *ok*? Acomodado?». Se estava tudo *ok*, apresentava-se ao jurídico, que também intervinham muito. Havia muitas coisas que, às vezes, tinham de ser refeitas. O gabinete jurídico não sei de onde não seguia à letra o *standard* exigido pela direção central...

Quando se chegava ao Conselho, era suposto tudo isso já estar devidamente ancorado...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas as atas não dizem nada!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, Sr. Deputado, já disse há pouco que também lamento que não digam. Isto porque estou aqui a assumir responsabilidades, quando sempre achei... Assumi e assumo... Fui, juntamente talvez com o Dr. Bandeira, dos que participaram em mais reuniões. Fazia parte da nossa função.

Caramba! Muitos anos depois, quando começo a ver as situações de crédito malparado na Caixa... Mas eu tenho a ver com isto?! Fiquei constrangido, porque, quer dizer, em muitos casos, designadamente o das aprovações do BCP, o Conselho não tinha consciência da dimensão da exposição de mercado ao BCP. Não tinha!

Apesar de tudo, a Caixa podia assumir este risco! Não ultrapassou os limites que a supervisão e que as leis obrigavam. Não ultrapassou!

Mas, provavelmente, se tivéssemos o reporte que, depois, o Risco começou a fazer, teríamos olhado para aquilo de outra maneira. Porque olhei para a parte da participação! E não fui só eu, também foi o presidente! Num primeiro olhar sobre as participações, verificámos logo que aquilo era exagerado. Não tínhamos interesse nenhum naquela participação, foi só mesmo por amor, como se costuma dizer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ai foi por amor!?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — É o que estou a dizer: só mesmo por amor, porque interesse não havia «nenhum»!

Risos do Deputado do PSD Duarte Marques.

Portanto, o que aconteceu foi que, em face dessa análise, achámos que devíamos ir saindo e não fomos mais longe — não sei se o Sr. Deputado estava aqui quando o referi — a pedido do presidente do BCP, que me disse que considerava que, se a Caixa deixasse de ser acionista numa posição qualificada no capital do banco, aquilo era uma porta aberta para qualquer OPA de um banco internacional sobre o BCP. Enfim, ele disse que admitia que fazia sentido a nossa estratégia, mas pediu para não descermos abaixo da posição qualificada. Na pior das hipóteses 1%, mas achava que seria 2%, pelo menos.

Até porque o momento era de agitação dentro do BCP, e nessa agitação, como deve estar lembrado, as ações subiam — durante um tempo subiram — e dissemos: «A gente resolve isto depois e acabamos por ganhar aqui algum dinheiro».

Mas, entretanto, desfizemo-nos de cerca de metade da posição! Ora bem, se o Conselho tivesse — e estou a falar do que acho de mim mesmo — a informação agregada de quanto representava, provavelmente tinha olhado... Alguém, pelo menos, podia levantar o tal desconforto. Mas não tínhamos essa informação e sempre lhe digo que, em relação a isso, o banco nunca teve em risco nenhum dos seus elementos vitais.

Mesmo que corresse mal, o banco tinha capacidade para aguentar. Mas não foi isso que nos norteou, como é evidente. Norteou-nos o negócio! Aquilo era um negócio bom!

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, volto exatamente ao sítio em que fiquei na primeira ronda, para recordar, sobretudo, que o que estamos aqui a discutir não é sequer o racional abstrato do negócio de

Vale do Lobo ou se a Caixa teria ou não interesse em abstrato no negócio, e nem sequer estamos a discutir as perdas. Ninguém aqui tem dados para atualizar as perdas de Vale do Lobo.

O que sabemos é que a Caixa assumiu imparidades e que, já depois de o fazer, vendeu a um fundo a participação que tinha em Vale do Lobo, mas, em contrapartida, comprou unidades de participação nesse fundo que teve de provisionar.

Por isso, neste momento, o negócio de Vale do Lobo para a Caixa é só perda! Não tem ganho nenhum! É só perda!

Mas não é disso que estamos aqui a falar. O que estamos a discutir é se a Caixa tinha ou não tinha interesse em financiar estes acionistas em particular e nestas condições. É que, no limite, o negócio podia ter dado lucro e o processo de concessão do negócio podia ter sido irregular na mesma. Por isso, não vamos separar as coisas. Não é discutindo as perdas de Vale do Lobo que vamos analisar o processo de concessão de crédito de Vale do Lobo, porque são coisas muito diferentes.

Mas, porque esse processo é importante, queria perguntar-lhe se voltou a ter contactos com Goes Ferreira, depois de ter saído da administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, sobre Vale do Lobo, vai desculpar-me mas não vou dizer nada mais sobre isso.

Sobre Goes Ferreira... Goes Ferreira é um acionista do BCP, fazia parte do Conselho Superior.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, enganei-me. Era Gaspar Ferreira.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Ah! Disse Goes Ferreira. Não entendi mal, pois não?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse, mas foi por engano.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Atendi um telefonema ou dois do Dr. Gaspar Ferreira, ao tempo do BCP, mas não tenho... Quer dizer... Não sei se me encontrei mais vezes com ele, talvez uma vez, mas não tinha uma relação... Quer dizer, não mantive uma relação de... Sei que no... Estive a ver agora o *e-mail* que ele me enviou, ele diz «abraço amigo» e parece que alguém levantou... Ele despede-se, no *e-mail*, com um abraço amigo... Quer dizer... Eu não tinha uma relação com o Doutor....

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta não é tanto nesse sentido, a minha pergunta é no sentido de saber se, depois de sair da Caixa, entrou ou não em contacto com Diogo Gaspar Ferreira acerca de Vale do Lobo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Recebi um telefonema dele mas... Queria... Queria... Queria... Tinha uma operação no BCP, que acho que se manteve, mas não passou nada por mim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez, já no BCP, entrou em contacto com administradores da Caixa sobre a operação Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, Sr.^a Deputada, nunca! No único telefonema que recebi... Não era isso que perguntava. Não, nunca tive mais nada. Virei a página e terminou.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O único telefonema que recebeu foi... Ia agora mesmo dizer, só queria que completasse...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, mas não tem a ver, não tem a ver.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E com Helder Bataglia? Pergunto-lhe, por uma razão: porque foi trabalhar, depois do BCP, para operações da Camargo Corrêa, em Angola, onde Bataglia e a Escom também tinham uma participação muito importante, nomeadamente em áreas contíguas às áreas da Camargo Corrêa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — A Escom tinha uma parceria, em fase de desenvolvimento, com a Camargo Corrêa, para a construção de uma fábrica de cimento em Angola, que nunca se concretizou. E eu falei duas ou três vezes com o Sr. Bataglia, em Luanda, num almoço, se não estou em erro... Num almoço... Num almoço... Pelo menos num almoço... Agora, estou aqui a pensar... Falei sobre esse tema, mas, depois, aquilo não avançou e, portanto, eu não tive mais conversas com ele. E os assuntos que tratei com ele foram Camargo Corrêa *versus* Sonangol *versus* um empresário angolano privado que também fazia parte da parceria.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Enquanto foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, e do BCP, eventualmente, mas é a Caixa Geral de Depósitos que nos traz aqui, exerceu alguma outra atividade comercial ou esteve em exclusividade, como administrador, na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Enquanto fui administrador, não, estive só em exclusividade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E confirma, tal como, aliás, foi divulgado na comunicação social várias vezes, que é, ou era, proprietário ou coproprietário de várias entidades *offshore* no Panamá, nas Seychelles, na Irlanda e em quaisquer outras jurisdições do género?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Isso faz parte do *dossier* Vale do Lobo, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não do nosso e, por isso, lhe pergunto.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, mas isso é a tese do Ministério Público.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Continuarei as minhas perguntas, até porque os acionistas de Vale do Lobo, como sabe, já passaram pela Assembleia da República, e o Sr. Bataglia, pelo menos, em duas comissões de inquérito. Isto, para termos uma ideia da idoneidade das pessoas com quem a Caixa estava a fazer este tipo de negócios.

Por isso, pergunto-lhe se conhecia o Sr. Canals, que é um senhor bastante mencionado nestas comissões de inquérito, precisamente porque geria contas do banco UBS na Suíça e participava com outras pessoas, em Portugal, em transferências de capital entre Portugal e a Suíça e outras contas *offshore*.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Isso também é um tema que faz parte do *dossier* do Ministério Público.

Mas devia haver muito pouca gente na banca que não ouvisse falar, que não conhecesse o Sr. Canals, em Portugal, porque era um banqueiro, não é?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era um banqueiro muito específico. Também sei quem é, porque li nos jornais, mas pergunto-lhe se o conhecia, sendo seu gestor na Suíça.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Era um banqueiro específico na última parte da sua vida profissional, porque era um banqueiro da UBS. Depois deixou de ser.

Mas isso faz parte do *dossier* relativamente ao qual não voltarei a falar, porque já falei muito mais do que imaginaria nesta Comissão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, vou insistir nas perguntas, porque acho que estão... Aliás, este é o centro da Comissão de Inquérito e, por isso, não podemos sair dela sem lhe fazer as perguntas.

E o que tenho para lhe perguntar é se alguma vez recebeu algum montante, alguma transferência, por conta de algum crédito que tenha aprovado na Caixa Geral de Depósitos, de algum cliente da Caixa Geral de Depósitos, direta ou indiretamente.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Ó Sr.^a Deputada, isso é o centro da Comissão de Inquérito?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O processo de decisão dos créditos, sim!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O centro da Comissão de Inquérito não é a questão da... Ajude-me, Sr. Presidente... Isso é o centro do processo existente nos tribunais, a propósito de uma acusação que me é feita, que é injusta, absurda, mas é uma acusação.

A última coisa que eu esperaria, Sr.^a Deputada, era vir ao Parlamento, sede por excelência dos direitos, liberdades e garantias, e ver uma Sr.^a Deputada inquirir-me... Há perguntas, e a Sr.^a Deputada sabe, que só por serem feitas lançam suspeições graves e o meu bom senso, pelo menos, determinaria que não me envolvesse nelas.

A Sr.^a Deputada fará o que entender, mas uma coisa tenho para mim: quando os interesses de uma certa justiça se sobrepõem aos poderes do Parlamento, e condicionam até as perguntas no Parlamento, alguma coisa vai mal na nossa democracia e na justiça. E lamento que seja a Sr.^a Deputada, desculpe que lhe diga, porque não o esperaria — e isto não tem a ver com a força política que representa, tem a ver consigo —, a vir aqui fazer eco de coisas que eu fui sempre considerando calúnias, e tanto mais graves quanto a minha vida foi extremamente afetada por decisões que considero injustas, mas que cumpro, porque sempre respeitarei as decisões dos órgãos jurisdicionais do meu País.

Como sabe, quando percebi que as instâncias de recurso tinham acabado em relação ao meu processo, requeri ao juiz: «Sr. Juiz, diga, por favor, onde quer que me apresente e quando». É isto que farei sempre, porque respeitarei sempre as decisões dos órgãos jurisdicionais do meu País, e também as decisões da justiça.

Agora, não deixo de considerar que há áreas da nossa justiça, áreas bem focadas, que têm também um projeto de poder. E espero — digo-o com sinceridade, porque sei o quão brutal foi o impacto da decisão que tomaram em relação a mim — que nenhum dos senhores e das senhoras

venha alguma vez a passar por isso. É que, se ser condenado já é uma coisa grave, ser condenado injustamente é muito pior.

Sr.^a Deputada, desculpe mas não respondo mais sobre questões direta ou indiretamente relacionadas com Vale do Lobo, porque era essa a minha intenção desde o início.

Lamento que a Sr.^a Deputada persista, mas percebo. Provavelmente, se não estivesse aqui nenhuma televisão, não persistiria, não tinha interesse; assim, como está, tem interesse.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Penso que há uma forma simples e rápida de retirar suspeitas: responder-me que não. Portanto, faça-me a pergunta, pode responder que não, pode responder que sim ou pode dizer que não responde, mas deixo ao seu critério.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, vou manter o que disse: não respondo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Continuo, então, e a minha última pergunta sobre esta matéria é no sentido de saber se alguma vez recorreu a um dos RERT, dos regimes de regularização tributária extraordinários, que foram acionados em vários anos, concretamente, três.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, vou responder-lhe, porque isso nada tem a ver com Vale do Lobo.

Não, nunca. Nunca recorri ao que quer que fosse em relação a coisas dessa natureza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho mais perguntas.
Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez de o Grupo Parlamentar do CDS-PP formular as suas perguntas, pelo que tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, gostava de continuar a fazer-lhe perguntas sobre o BCP, porque não estou, de todo, esclarecida sobre o papel da Caixa no BCP.

Vamos tentar começar do princípio.

Descreveu aqui que tinha tido uma reunião com Paulo Teixeira Pinto, em que falou daquilo que estava a fazer na Caixa, alienando ações do BCP. Posso saber, aproximadamente, quando é que foi esta reunião?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, essa reunião foi entre a primeira reunião da Assembleia Geral do BCP, problemática, chamemos-lhe assim, e uma segunda reunião que estava prevista, mas não sei se, depois, se fez ou não, para demitir uma parte do Conselho, se não estou em erro. Portanto, foi em plena batalha do BCP, digamos assim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando é que teve noção de que a Caixa Geral de Depósitos concedia crédito a algumas pessoas para adquirirem ações do BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu só me lembro de uma, com franqueza, que é a do Sr. Berardo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é caso único.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não... Quer dizer... Ouça, eu não estou a dizer que não aprovei ou que... Não é isso. A noção que eu sempre tive foi a de que aquilo era um negócio que a Caixa estava a fazer, como outros bancos faziam. Não associei nada a qualquer tipo de guerra ou interesse que não fosse o de negócio.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Conhece o Sr. José Berardo?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Conheço o Sr. Zé Berardo, mas não o conhecia na altura. Só conheci o Sr. Zé Berardo, quando eu fui candidato à administração do banco. Não tinha tido nenhum contacto com ele, sequer.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E teve a partir desse momento, em que passou a ser administrador do BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Com certeza, com ele e com os outros. Ele, aliás, passou a ser membro dos órgãos sociais do banco.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — «Com certeza», não, porque o Governo também representa os acionistas na Caixa e o senhor tem vindo a dizer que nunca teve contacto nenhum a não ser no momento do convite.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não, desculpe, Sr.^a Deputada, ele detinha um órgão no banco e, na altura, era um acionista com algum relevo no banco, portanto, era natural que eu tivesse... Contactos não quer dizer interesses comuns, quer dizer contactos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E Manuel Fino, conhecia?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Como?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Manuel Fino, conhecia?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Manuel Pinho?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Manuel Fino.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não conhecia antes de ir para o banco.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando foi aprovado o crédito, não ao Sr. José Berardo mas à Fundação José Berardo, a ninguém pareceu estranho que uma instituição particular de solidariedade tivesse acesso a um crédito de 350 milhões de euros para comprar ações de um banco?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, foram imensas as associações de solidariedade social que investiram em ações nesses tempos. Imensas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Imagino que não 350 milhões de euros, porque senão a perda seria muito superior.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Se não foi... Foi outras... Quer dizer, era normal toda a gente querer ganhar dinheiro com as ações.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas ao senhor, que estava, precisamente, ao mesmo tempo, a alienar ações do BCP, nunca lhe ocorreu, nunca lhe passou pela cabeça que se as ações estavam em grande

valorização, provavelmente, num determinado momento, iam desvalorizar e que, havendo créditos, e créditos avultados, que não tinham outra garantia que não fosse a daquelas ações, isso poderia provocar perdas na Caixa.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, a razão por que nós começámos a vender ações do BCP foi porque achávamos que não fazia sentido o banco ter tanta exposição ao outro. Quer dizer, éramos concorrentes, não fazia sentido. Não foi uma questão de... É evidente que, ao ter aquelas ações, tínhamos o risco inerente às ações, mas esse não era o tema no momento, porque elas estavam em subida. Portanto, pareceu-nos que não fazia sentido o banco... E também tínhamos noção de como elas tinham vindo parar ao banco, não é?! Queríamos desfazer-nos delas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Essa parte eu sei, mas o que lhe perguntei não foi isso. O que lhe perguntei foi se, em nenhum momento, teve noção do risco que representava para a Caixa ter centenas de milhões de euros dados em crédito para comprar ações que estavam em valorização mas que, a qualquer momento, podiam desvalorizar, como, de facto, desvalorizaram.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Isso poderia ter acontecido com outro ativo qualquer que fosse dado como colateral.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por acaso, com outros também aconteceu! Com Vale do Lobo, por exemplo.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Já falei tanto sobre esse tema...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é sobre este tema que lhe estou a perguntar. Não tem a ver com Vale do Lobo, é sobre o BCP e tem de responder.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, sobre o BCP? Não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nada?! Nunca, em nenhum momento... Foi convidado por quem, para o BCP?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Pelo Dr. Santos Ferreira.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sendo ele um administrador de um banco que tinha concedido crédito — e crédito avultado — a alguns acionistas, precisamente para serem acionistas ou para aumentarem as suas posições no BCP, em nenhum momento lhe pareceu que poderia haver um conflito de interesses?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, também já respondi a essa questão várias vezes. No meu racional, uma questão não tinha a ver com a outra. Não me ocorreu... não tinha a ver, para mim não existia essa questão de associar o financiamento de ações a acionistas com um possível voto para ser eleito para o BCP. Isso não fazia parte das minhas cogitações.

Portanto, não associei porque não tinha essa preocupação. Acho que isso foi uma coisa inventada depois, que também não existia em ninguém da Caixa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não foi inventada, porque é factual que houve, pelo menos, dois acionistas com peso a quem a Caixa deu crédito e que, efetivamente, votaram em si.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, Sr.^a Deputada, mas é uma suposição que uma coisa se tenha feito em função de outra. Essa suposição está errada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, repare numa coisa, houve uma reunião no Banco de Portugal, à qual, tanto quanto sabemos, se terá seguido outra na EDP, e houve um momento em que o Banco de Portugal terá dito que uma determinada lista e determinadas pessoas não poderiam ir para o BCP, havendo um grupo de acionistas que resolveram escolher ou propor uma outra lista, no caso o Dr. Carlos Santos Ferreira. Em nenhuma altura, a nenhuma destas pessoas pareceu estranho que o Dr. Carlos Santos Ferreira estivesse, num dado momento, a representar um acionista do BCP e, no momento a seguir, já fosse candidato a presidente do Conselho de Administração do BCP? Não vê que há aqui uma confusão de papéis?!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Até esse momento, estávamos a desinvestir no BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estavam a desinvestir por uma porta, mas, pela outra porta, estavam a investir e não era pouco.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, o resto era negócio pelo negócio. Uma coisa são as suposições que, depois, se fizeram sobre isso, mal-intencionadas, com a intenção de criar dificuldades à administração e ao Governo, porque se misturou uma coisa que não tinha a ver. O Governo não teve nada a ver com isso, por mais que a senhora o repita... Não está à espera que o confirme?!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tenho todo o respeito por quem cá vem, mas não estou a repetir nem tão-pouco falei sequer do Governo. Já agora, já que fez tantas vezes a afirmação de que isto é tudo uma conspiração da comunicação social e um projeto de poder de alguém, que o quis incriminar por alguma coisa, gostava que me explicasse quem é esse alguém, porque começo a não perceber! Se a insinuação é a de que é alguém que esteja dentro desta sala ou... gostava de perceber!

Afinal, se isto é uma conspiração, pergunto: quem é que conspirou? Quem é que tinha interesse nisso?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desculpe, qual era a pergunta?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O senhor afirmou, por diversas vezes, que nada disto se passou, que é tudo uma conspiração da comunicação social para criar esta ideia, que isto é um projeto de poder de pessoas que conspiram na sombra para criar a ideia de que o senhor, o seu partido e o seu Governo terão feito alguma coisa. Gostava de saber quem são essas pessoas que conspiram na sombra e que conspiração é esta, porque, se faz essa afirmação, gostava que me dissesse quais são os factos que o levam a fazê-la.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — No seguimento do que disse o Sr. Dr. Filipe Pinhal e que eu disse que eram suposições, que depois tiveram eco na comunicação social, também eu poderia juntar *a* mais *b*, mais *c*, mais *d* e chegar a conclusões similares, porque hoje até tenho tempo para pensar, etc.

Sr.^a Deputada, nada mais tenho a dizer sobre o assunto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, se não tem nada mais a dizer, convém não responder com isso. Sabe que, quando se diz «eu, se quisesse, até dizia», mas, depois, não se diz... Se quer dizer, diga!

Pausa.

Voltamos ao BCP e aos factos, que é, talvez, melhor.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Também me parece!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que o Dr. Filipe Pinhal nos disse foi que, dias antes da famosa reunião que houve no Banco de Portugal — até creio que foi uma semana ou 15 dias antes —, em que o Sr. Governador achou por bem dizer a vários acionistas do BCP, escolhidos não se sabe exatamente com que critério, que o Dr. Filipe Pinhal talvez não visse reconhecida a sua idoneidade e que, portanto, eles tinham de escolher outras pessoas, aquilo que o Dr. Filipe Pinhal disse, repito, foi que recebeu vários telefonemas de várias pessoas indicando que o Sr. Doutor ou o Dr. Carlos Santos Ferreira teriam de incluir a lista para que tudo ficasse bem e para que a lista passasse. Estou a citar de cor e posso estar a cometer um erro, mas ele disse que estas pessoas seriam o Dr. Paulo Macedo, Manuel Fino e Miguel Maya, creio eu.

Isto tem um relevo que é óbvio, o de se perceber quando é que surge a ideia de o Dr. Carlos Santos Ferreira e de o Dr. Armando Vara irem para o BCP. Ou seja, de se perceber se isto aparece na sequência de o Banco de Portugal dizer que não é, pura e simplesmente, possível ser o Dr. Filipe Pinhal ou se isso é um projeto alternativo entre dois blocos, digamos assim.

O que lhe pergunto é o seguinte: em que momento do tempo é que soube? Disse-nos que foi o Dr. Carlos Santos Ferreira que o convidou e eu pergunto-lhe se confirma que foi no dia 22.

Pergunto ainda com que mais acionistas do BCP é que falou na sequência disso. Já nos disse que falou com o Sr. José Berardo, gostava de saber se falou com mais algum ou com o representante de mais algum.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr.^a Deputada, também já respondi a isso várias vezes, hoje. Já disse que soube... Considero muito improvável, ou mesmo improvável de todo, que o Sr. Pinhal não se tenha enganado na data, admitindo que alguém lhe falou nessa matéria.

No que a mim me diz respeito, nunca me tinha passado pela cabeça ir para o BCP. Essa questão só se colocou quando o Dr. Santos Ferreira me chamou ao seu gabinete e me disse que tinha existido uma reunião, a tal reunião na EDP — que agora, com franqueza, não sei se foi naquele dia e ele me disse logo a seguir ou se me disse alguns dias depois, uma vez que era Natal, e aquela coisa toda —, dizendo-me que tinha aceitado ou que estava a pensar aceitar, mas que para a sua tomada de decisão era muito importante que eu o acompanhasse. E pronto.

É por isso que lhe estou a dizer que me parece absurdo que alguém, no dia 3, quase 20 dias antes, tenha posto... Não havia... Era impossível! Quer dizer, para mim, isso era impossível e só encontro como justificação que ele se tenha enganado na data. Acho até razoável que ele se possa ter enganado na data, agora, eu não tinha, sequer, sonhado com esse assunto. Portanto, Sr.^a Deputada, o que quer que lhe diga mais sobre isso? Não posso dizer-lhe mais nada, não sei mais nada sobre isso. Alguém pode até ter inventado, sei lá!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço ao Sr. Vice-Presidente, Deputado João Pinho de Almeida, que me substitua na condução dos trabalhos.

Pausa.

Neste momento, assumiu a presidência o Vice-Presidente João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá, do PCP.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Armando Vara, queria voltar à questão das operações para financiamento de compra de ações, porque há ainda um aspeto sobre o qual gostaria de obter, da sua parte, um esclarecimento.

Já foi aqui referido que, a certa altura, o Conselho de Administração aprovava este tipo de operações de financiamento para compra de ações, sem ter um conhecimento global da situação nesta área. Ou seja, não tinham uma ideia de qual era o montante total que já estava comprometido neste tipo de operações especulativas.

Foi-nos também prestada a informação, nesta Comissão de Inquérito, de que o Conselho de Administração decidiu, no início de 2008, fazer este pedido aos serviços para que organizassem e dessem informação agregada. Tiveram acesso à informação em fevereiro de 2008 e foi-nos aqui dito que o valor era de 4600 milhões de euros. Ou seja, na altura em que o Conselho de Administração parou e pensou «vamos lá tentar apurar quanto é que já emprestámos para este tipo de operações especulativas», o valor já ia em

4600 milhões de euros. Penso que, para a esmagadora maioria dos portugueses, isto representa muito dinheiro.

A pergunta que lhe queria colocar é a seguinte: como é que foi possível — e o Dr. Armando Vara estava lá, como membro do Conselho de Administração, solidário com todos os outros nas decisões que eram tomadas — que, ao longo de anos, os vários Conselhos de Administração fossem, alegremente, aprovando este tipo de operações sem terem noção das quantias avultadíssimas que estavam a ser envolvidas e canalizadas para este fim? Isto num banco público, torno a repetir. Quando, finalmente, ao fim de muitos anos, decidem fazer o apuramento, já eram 4600 milhões! Pergunto-lhe, já que o senhor estava lá como membro do Conselho de Administração, como é que foi possível que só tão tarde, quando o montante já tinha esta dimensão, se lembrassem de pedir isto.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, eu fazia questão de saber tudo o que impactava com a gestão do banco nas áreas em que tinha competências diretas de coordenação, de intervenção, etc. Cada um dos administradores fazia isso em relação aos pelouros que lhe estavam confiados e as decisões eram tomadas coletivamente. Já aqui expliquei o modo de funcionamento, não podia ser de outra maneira!

Portanto, nunca tive... Até porque muitas dessas operações vêm de trás, como sabe, mesmo de antes da nossa administração... Nunca tive... Porque, em primeiro lugar, como também já lhe disse, as principais operações nasciam, muitas vezes, no Banco de Investimento, que tinha uma administração que toda a gente na casa considerava ser de primeira categoria. O então presidente já aqui esteve, já explicou essas decisões todas e pouco posso adiantar em relação ao racional, porque ele já disse o que havia a dizer sobre o assunto. O que tenho dito sempre é que eu não tinha mais informação do que os outros. Nessa matéria até teria menos!

Mas sempre acompanhei, porque... Alguma observação a fazer-se era noutra fórum que não aquele, porque não devemos discutir as nossas opiniões individuais na frente dos Srs. Diretores, pois eles iriam achar que a administração estava em guerra, quando isso não correspondia à verdade. Portanto, também sou responsável. Sou responsável porque as aprovei, consciente de que eram operações de negócio numa altura em que as ações do BCP estavam a subir e que muitos dos principais interessados o faziam na procura de ganhos adicionais, ou seja, de negócio, como já referi. Não havia mais nenhuma razão para que aquilo andasse.

Nunca esperei que viesse a acontecer o que aconteceu, porque também me lembro bem de como operações dessas eram normais, na banca toda. Tal como também era normal, na banca...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Já não lhe estou a perguntar sobre isso. Pergunto-lhe como é que avalia o facto de o senhor e de outros administradores aprovarem estas operações sucessivamente sem sequer terem a ideia da dimensão global daquilo que estavam a fazer.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Estou-lhe a dizer, em relação às áreas sobre as quais tinha responsabilidades diretas, fazia questão de ter bem inventariados os impactos que poderiam...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me colocar-lhe a questão de outra maneira: considera que esta circunstância de que estamos a falar configurava atos de gestão prudente do Conselho de Administração ou, pelo contrário, isto indica imprudência na gestão da política de créditos? Considera que é prudente ou reconhece que é imprudente concederem-se montantes tão avultados, 4600 milhões de euros, sem que se tivesse noção do que estava envolvido? E, aí, o senhor, juntamente com os outros

membros do Conselho de Administração, teve responsabilidade por uma gestão imprudente. Não estou a acusá-lo a si pessoalmente; estou a referir-me ao conjunto dos administradores.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sim, sim.

Mas, Sr. Deputado, eu sou tão responsável como os outros. Nunca... Quando eu...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas reconhece que foi imprudente?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Quando eu ponho as questões, como as ponho, não é no sentido de aligeirar as minhas responsabilidades. Isso não faz parte da ...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Reconhece que isto foi imprudente da parte do Conselho de Administração como um todo, como um órgão colegial?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, ia dizer-lhe que é preciso situarmo-nos no tempo. O que hoje parece uma grande imprudência não o era ao tempo. Não o era ao tempo! Sendo, no entanto, verdade que, como ficou comprovado pela administração seguinte que chegou e quis saber o ponto de situação, não havia informação global sobre esse segmento. Não havia! Houve depois em janeiro ou fevereiro de 2008, mas eu já não estava na Caixa nessa altura.

Portanto, não posso acrescentar mais nada. Eu não acho que alguém naquela administração do banco, designadamente nas áreas financeiras, etc., fosse imprudente. Algumas operações acabaram por ser o que foram,

volto a repetir, porque os tempos foram os que foram. Não é possível desligar uma coisa da outra. Não é possível, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito bem. Não quer utilizar a palavra «imprudente», mas não lhe ficava nada mal reconhecer que houve imprudência nestas operações do conjunto dos membros do Conselho de Administração.

Mas avancemos para a seguinte questão: no dia 16 de abril, estive aqui o Dr. Alexandre Santos, Diretor de Empresas Sul, que nos explicou como é era o procedimento normal nas operações de crédito e disse-nos que os clientes contactavam a área comercial, expunham a sua proposta, as suas necessidades de financiamento, a área comercial estudava o assunto em articulação com os promotores, argumentos e contra-argumentos, propostas e contrapropostas, numa fase posterior o administrador do pelouro era envolvido e, depois, seguia para Conselho de Crédito ou para Conselho Alargado de Crédito.

Portanto, o Dr. Alexandre Santos descreveu-nos o processo geral, mas também nos disse que houve uma exceção, que foi uma situação que ele caracterizou como sendo única — ou que, pelo menos, ele não se lembrava de outra —, em que ele recebeu o processo de cima, neste caso do administrador Armando Vara, que lhe enviou o tal *e-mail*, de que já se falou aqui hoje em vez de ter sido contactado pelos promotores.

Ou seja, o que deveria ter sido normal, como em todas as outras situações, era os promotores contactarem-no e apresentarem a sua proposta, mas aqui houve um processo diferente, ou seja, os promotores resolveram contactá-lo diretamente a si, enviando-lhe um *e-mail*, que, depois, o senhor reencaminhou para a área comercial.

Eu, há pouco, na primeira ronda, perguntei-lhe se antes de reencaminhar esse *e-mail* tinha falado com os promotores e disse-me que sim, que tinha falado com Diogo Gaspar Ferreira sobre essa matéria.

Pergunto: sendo o procedimento normal na Caixa, na Direção de Empresas Sul e na Direção de Grandes Empresas, que os clientes contactassem a área comercial e aí se desse a primeira fase do processo e os administradores só eram envolvidos depois, porque é que este processo não ocorreu assim no caso de Vale do Lobo?

Porque é que o senhor, sendo administrador, tendo sido contactado por Diogo Gaspar Ferreira, quando ele lhe disse que ia enviar o *business plan* e o tal *e-mail*, não o encaminhou para a área comercial como toda a gente fazia?

Na realidade, ele enviou-lhe um *e-mail* com isso. Então, porque é que o senhor, que falou com ele antecipadamente, não lhe disse «olhe, os procedimentos na Caixa não são assim, são de determinada maneira e, portanto, faça favor de contactar com a área comercial, contacte com o Dr. Alexandre Santos e trate o assunto aí»? Porque é que o senhor aceitou receber esse *e-mail* para depois o reencaminhar para a área comercial, invertendo uma lógica que não era a normal no tratamento dessas situações? E este processo, de acordo com o Dr. Alexandre Santos, foi um caso único, pelo menos de que ele se recorde.

Pergunto-lhe: o que é que tem a dizer sobre a inversão deste processo? Porque é que não tomou a iniciativa, tendo sido contactado pelos promotores, de dizer «muito bem, tomei nota, mas façam o favor de ir à área comercial», que é o que toda a gente faz?

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Sr. Deputado, eu não vou falar mais sobre Vale do Lobo. Como compreenderá, já...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas esta é uma pergunta procedimental!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, seja como for, eu também já disse aqui e já respondi a essa pergunta: eu não entreguei uma proposta...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A pergunta não é essa!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Eu recebia cartas e *e-mails* de uma quantidade de pessoas que reencaminhava sempre para as respectivas áreas, umas seguiram e outras não. E o reencaminhar, naquele caso, para a direção também não era uma instrução para se seguir o que quer que seja. Não era uma instrução, era para que a direção avaliasse do interesse em iniciar um processo. Depois de iniciar, teria de ser na própria direção, que foi o que aconteceu.

Portanto, é preciso também entender algumas declarações de alguns quadros da Caixa sobre esta matéria em função do contexto em que se encontra hoje esse *dossier*, que é um contexto de suspeita, um contexto de intervenção brutal do Ministério Público, que condicionou logo toda a gente... Meu Deus! Eu não tenho nada a ver com isso! Há muitos quadros da Caixa que temem pela sua segurança profissional e, portanto, o que querem... Eu compreendo perfeitamente, acho que fazem bem, nem sequer os critico sobre isso. Mas é por isso que as opiniões que o diretor do risco aqui veio trazer se distinguem qualitativamente das declarações do responsável pela área comercial.

E por aqui me fico, Sr. Deputado, porque não quero, não devo, falar sobre isso. Haverá o tempo em que falarei com mais liberdade, espero eu, quando todo o assunto estiver resolvido.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Srs. Deputados, terminámos, assim, a segunda ronda de perguntas.

A Mesa registou a inscrição de seis Srs. Deputados para a última ronda.

Tem a palavra, para iniciar esta ronda, o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Armando Vara, nesta fase, as perguntas são todas colocadas de seguida e por isso vou deixar-lhe três grupos de perguntas, não sem antes dizer que achei inaceitável o modo como respondeu, há pouco, à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, até porque, como ex-parlamentar, sabe perfeitamente que temos o direito de colocar todas as questões e o nosso inquirido tem o direito a não responder, mas não tem o direito a responder de forma ofensiva a um Deputado, como aqui aconteceu há minutos.

Em relação ao Dr. Alexandre Santos, o que aqui nos disse — e que quero que confirme — é que ele mentiu a esta Comissão, porque ele afirmou, aqui, preto no branco, que recebeu o *dossier* das suas mãos para avançar com essa operação.

Aquilo que nos diz o Sr. Dr. Armando Vara é que se limitou a reencaminhar o *e-mail*, o que são coisas completamente diferentes. Portanto, o que retiro das suas palavras, e que quero que confirme, é que afirma que o Dr. Alexandre Santos mentiu a esta Comissão.

Já foi afirmado aqui, a propósito do projeto La Seda, que o facto de ele vir catalogado como um projeto de interesse estratégico nacional (PIN) fez com que a Caixa Geral de Depósitos o analisasse de forma mais cuidada, permita-me a expressão.

Ora, eu quero saber se essa era a regra e que projetos que vinham catalogados como projetos PIN tinham uma avaliação mais carinhosa pela

administração da Caixa, independentemente daquelas que eram as opiniões quer da direção comercial quer da direção de risco.

Já agora, recordo que essa avaliação de projetos PIN pela AICEP, liderada pelo Dr. Basílio Horta, como ele próprio reconheceu recentemente, decorria, muitas vezes, de reuniões quinzenais que ele tinha com o Primeiro-Ministro da altura.

E, já agora, quero saber se no reporte que o presidente ou o vice-presidente da Caixa fazia à administração, na sequência das reuniões com o Primeiro-Ministro, colocou estas questões em cima da mesa como projetos ou como áreas que mereceriam um cuidado muito especial.

Para terminar, coloco-lhe uma questão que tem a ver com a sua saída da Caixa Geral de Depósitos. Em dezembro de 2007 já tinha sido convidado para uma recondução na Caixa Geral de Depósitos ou não, visto que o vosso mandato estava no final?

O Sr. **Presidente**: (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Recordo que o presidente da Caixa Geral de Depósitos utilizou o facto de não saber se ficava ou não como argumento para estar à procura de trabalho e, por essa via, estar disponível para ir para o BCP.

Eu gostaria de saber se foi isso também que esteve na sua mente.

O Sr. **Presidente**: (João Pinho de Almeida): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. Armando Vara afirmou aqui que nunca aprovou nenhum crédito contra o parecer desfavorável da Direção de Gestão de Risco — e até podemos discutir se aprovar créditos que não acolhem as condições da Direção de Gestão de Risco são créditos contra o parecer —, mas há dois casos, sendo um o do empréstimo de 80 milhões de euros ao Grupo Lena para a reestruturação da Abrantina sem que houvesse um *business plan*, sem que houvesse um mínimo de estudo de viabilidade económico-financeira da Abrantina em que o parecer da Direção de Gestão de Risco foi claramente negativo. Porquê? Porque não havia o mínimo de garantias, nomeadamente: a dispensa do penhor das ações do Grupo Lena; a dispensa dos avais pessoais dos acionistas, no fundo da família Barroca Rodrigues; e a redução do *spread*, mas isso não tinha nada a ver com o risco.

Outro caso é o do empréstimo de 25 milhões de euros ao Grupo Riviera para tomar a posição creditícia de um banco, que estava lá enterrado, para um projeto imobiliário que estava embargado, que nunca foi concluído e que tinha tudo para dar errado naquela hora e, mesmo assim, contra o parecer claramente desfavorável da Direção de Gestão de Risco, o Conselho de Crédito aprovou.

Aliás, no caso da Abrantina aprovou dizendo isto: «não obstante parecer desfavorável da Direção de Gestão de Risco, as condições são as necessárias,...» — ou seja, a falta de condições — «... tendo em consideração a concorrência por parte de outras instituições.»

Ora, se a operação era assim tão apetecível e se havia tantas instituições financeiras que estavam com um apetite enorme por esta operação, porque é que não se fez um empréstimo sindicado em que, pelo menos, o risco seria diluído pelas partes? Não, a Caixa emprestou e enterrou 80 milhões de euros nesta reestruturação deste passivo sem qualquer tipo de garantias e, portanto, isso foi o que foi e gerou um enorme prejuízo.

Pergunto: qual a racionalidade disto?

O Sr. **Presidente**: (João Pinho de Almeida): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Armando Vara, há um conjunto de contradições e de exceccionalidade no crédito a Vale do Lobo que ficam por esclarecer e que não estão claras: um crédito supostamente sindicado, que nunca o foi; um negócio que nos disse, claramente, aqui, na última comissão de inquérito, que tinha entrado pela mão de um diretor quando sabemos que, na verdade, entrou pela mão do administrador; quando nos disse que nunca tinha havido contacto com os promotores, mas, na verdade, tinha havido uma combinação com o Dr. Horta e Costa; um crédito que devia ter sido aprovado no Conselho Alargado de Crédito e que foi aprovado no Conselho de Crédito; a falta de clareza em todas as propostas, porque nunca foi clara qual era a entrada de capital da Caixa, aliás, o parecer do risco nunca, sequer, se pronunciou sobre isso, sendo que sempre que se pronunciou foi sobre uma operação sindicada e não sobre uma operação completa.

Portanto, por tudo isto, há muito, muito, por explicar sobre este negócio de Vale do Lobo e é responsabilidade desta Comissão de Inquérito encontrar todas as explicações para este negócio. E se o pagamento de comissões é uma explicação a ser encontrada, então o nosso dever é o de inquirir sobre essa possibilidade.

Há duas ou três questões que queria colocar-lhe, sendo a primeira relativa a Berardo.

Sabia que o crédito de 300 milhões a José Berardo era para refinarçar ações do BCP? Isso ficou claro no momento da aprovação em

Conselho Alargado de Crédito? E porque é que esse crédito foi feito através de uma conta-corrente? As contas-correntes não servem para comprar ações nem para participações em instituições bancárias e, portanto, gostaria de saber se alguém questionou porque é que a Caixa Geral de Depósitos, no meio de uma guerra acionista — diz que não participou nela, mas a verdade é que ela existia, a Caixa tinha conhecimento dela e a partir do momento em que estava a financiar um acionista indiretamente estava a participar —, vai refinar a posição de Berardo num banco concorrente, que era o BCP, do qual, como nos disse, estava a tentar desfazer a sua posição. Porque é que o vai fazer nestas condições e porquê através de uma conta-corrente?

Ultima questão: o Dr. Filipe Pinhal disse aqui que, em 2008, houve um crédito do Berardo no BCP que foi reestruturado na altura em que o Dr. Armando Vara já estava BCP e já era vice-presidente.

Queria perguntar-lhe, quando chegou ao BCP, qual era a exposição de Berardo ao BCP e qual a reestruturação que foi feita desse crédito. Houve ou não um perdão de dívida ou novas condições que tenham sido acordadas?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, do CDS-PP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sobre o projeto Artlant e sobre a participação da Caixa na La Seda, surgiram aqui duas versões diferentes nesta Comissão.

A primeira é que toda a razão de ser do envolvimento da Caixa neste financiamento tinha que ver com a construção de um projeto industrial em Sines e que foi só no sentido de facilitar a tomada de decisão desta construção que foram feitos a participação e a entrada de capital na La Seda

e o financiamento a um outro acionista para que aumentasse a sua participação na La Seda. Há quem tenha também defendido a visão de que a entrada no capital da La Seda tinha interesse para a Caixa em si mesma e que era um negócio com interesse em si mesmo. Como estava na Caixa no início, embora não depois, na continuação deste projeto, que é o mais ruinoso de todos, gostava de saber qual destas duas versões é a verdadeira.

Em segundo lugar, quando é reestruturado o crédito, o Dr. Armando Vara já está no BCP e há, de facto, uma reestruturação de créditos de José Berardo, presumo eu entre o BCP, o BES e a Caixa Geral de Depósitos. Gostava de saber se confirma que, nessa reestruturação, o Banco Santander anulou a exposição que tinha, ou seja, ficou sem dívidas de José Berardo, o que há de ter correspondido a um aumento da exposição de algum destes três bancos. Sabemos que a Caixa Geral de Depósitos ficou exposta em mais 1 milhão de euros. Portanto, gostava de saber se isto é assim.

Por último, tanto quanto percebi, disse-nos aqui, em resposta à pergunta se tinha voltado a falar com Diogo Gaspar Ferreira, que apenas falou com ele telefonicamente duas vezes, a seguir a ter saído da Caixa. Gostava de saber se isto é assim, se esteve com ele mais vezes, se voltou a estar com ele e a ter contacto com ele.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Como as questões são seguidas e não se ouviu aqui bem, solicitava à Sr.^a Deputada que dissesse em que data foi a reestruturação a que fez alusão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso verificar, porque o dia já vai longo... Creio que terá sido em 2009, talvez.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Tem palavra o Sr. Deputado Duarte Marques, do PSD.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Dr. Armando Vara, disse aqui que a Caixa tinha assumido como estratégia o aumento da sua quota de mercado na área do crédito e que tudo aquilo que fizeram foi bem pensado, mas correu mal, por causa da crise internacional.

Gostava que explicasse, com detalhe, em que medida é normal, e não um crédito de favor, emprestar a verba que foi emprestada a José Berardo para comprar ações do BCP, com um rácio de cobertura de 100% ou de 105%, no outro caso, e um *spread* de 0,85. Mais ninguém no mercado praticou este valor, muito menos para a compra de ações. Como se explica que a Caixa empreste dinheiro com um rácio de cobertura muito superior para investimentos industriais, ou com *spreads* muito maiores para investimentos industriais, mas para aquilo que é especulativo seja inferior, quando o Risco, aquilo que disse que era tão importante, recomendava 125%?

Portanto, disse há pouco que chegavam sempre ao final das decisões com um consenso, mas a posição de partida do Risco surgia sempre vencida. Porquê? A maior parte dos negócios do seu tempo, em que o Risco era contra, acabaram por correr mal. Isso exige uma explicação.

Outra pergunta: há alguma coincidência pelo facto de o primeiro empréstimo a José Berardo, da Metalgest, ser de abril de 2006, precisamente no mesmo mês em que o Governo chega a acordo para que a Coleção Berardo fosse colocada no CCB (Centro Cultural de Belém)?

Por outro lado, é absurdo da nossa parte acreditar que foi tudo coincidência. As suas justificações são ou a crise ou coincidências, mas, passados 10 anos sobre tudo isto, nas coincidências acredita quem quer. Não somos *naïf* e o Dr. Armando Vara também não o é. O Dr. Constâncio veio cá dizer que não se lembra e o Dr. Armando Vara diz que são coincidências, mas a única coincidência que aqui encontro é muito simples.

O Dr. Filipe Pinhal fez aqui muitas acusações. Falou durante quase 8 horas, falou de dezenas de datas e de dezenas de pessoas e o único padrão que existe nas pessoas que reagiram ou desmentiram chamam-se José Sócrates, Vítor Constâncio ou Armando Vara. Todos os outros que foram citados, acusados, não vieram desmentir Filipe Pinhal.

Portanto, uma das perguntas que lhe faço é muito simples: quando chegou ao BCP, reestruturou ou não algum crédito de José Berardo? Outra pergunta que lhe faço, e que fiz também a José Berardo, é a seguinte: alguma vez passou férias, almoçou, jantou na Quinta da Bacalhôa, a convite de José Berardo?

Terceira pergunta: enquanto era administrador e depois de ser administrador de Vale do Lobo, esteve lá a convite da administração?

Sr. Presidente, termino já com uma referência que me parece importante. Para nós, é muito importante esclarecer tudo isto. O centro desta Comissão Parlamentar de Inquérito — e que fique bem ciente disso — não é o que fez pessoalmente, aqui ou ali, como tentou acusá-lo a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Não! Queremos é saber como é que a Caixa Geral de Depósitos decidia regularmente contra os pareceres de crédito e, sobretudo, nos anos em que disse que teve tão bons resultados, gostava de chamar a sua atenção para o facto de os maiores prejuízos da Caixa Geral de Depósitos terem sido em função das decisões que permitiram esses resultados, mas que hoje se registam como imparidades. Por isso, por mais que tente desmentir, esta é a realidade que aqui está.

O senhor está aí sentado porque é um dos responsáveis por esse período, dessa orgia de crédito da Caixa Geral de Depósitos, num período em que o Governo decidiu apostar no crédito. Gostava de perceber qual é a sua responsabilidade nisto e como responde, em concreto, a estas perguntas.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Para encerrar esta ronda de questões, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, do PSD.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Dr. Armando Vara, a minha questão tem que ver, efetivamente, com a fase expansionista de crédito a que se assistiu na Caixa Geral de Depósitos, no período em que o Dr. Armando Vara e o Dr. Santos Ferreira eram administradores.

Nesse sentido, gostaria de saber se essa estratégia da Caixa Geral de Depósitos, de aumentar a quota de mercado conforme referiu e, dessa forma, aumentar o volume de crédito concedido à economia, foi decidida só por parte da administração ou foi uma estratégia validada por parte da tutela, por parte do acionista. Sabemos que é válido para o acionista e só faz sentido ao Estado ter um banco como a Caixa Geral de Depósitos se, de alguma forma, puder ter algum tipo de interferência a nível da política de concessão de crédito, em termos genéricos, que possa ser executada por parte dessa instituição.

Portanto, gostaria de saber se essa decisão de aumentar o crédito à economia foi uma estratégia validada pela tutela. Embora, depois, possa pôr-se em causa que tipo de economia e que tipo de operações foram financiadas, mas efetivamente houve um aumento do volume de crédito. Sabemos, obviamente, que há uma relação direta entre volume e risco, mas, neste período, houve uma diminuição da prudência da Caixa Geral de Depósitos em termos de concessão de crédito.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Tem a palavra o Sr. Dr. Armando Vara, para responder a este conjunto de questões.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Duarte Pacheco, não tenho o direito de responder de forma ofensiva. Sr. Deputado, nada poderia ter-me deixado mais surpreso. Respondi de forma veemente, não foi de forma ofensiva. Se, por alguma razão ou por alguma palavra, uma vírgula, uma vogal ou uma consoante, ofendi, ao de leve que seja, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, peço imediatamente desculpa. Nem sequer seria capaz de lhe atirar uma flor, muito menos com qualquer tipo de ofensa. Respondi com veemência, referi que há perguntas que, em si, só pelo facto de serem feitas, por vezes são o que são. Não tinha nenhum tipo de intenção de ofender ninguém.

Vou ser-lhe franco: não esperaria de si, de quem tenho... Enfim, sabe a consideração que tenho em relação a si, lembro-me de termos sido colegas no Parlamento, fico contente por ainda vê-lo cá, também. É sinal de que tem cumprido com cuidado as suas funções, senão não estaria cá, pois sei também a dureza da vida política e parlamentar.

Portanto, Sr. Deputado, nem à Sr.^a Deputada, nem a ninguém... Por vezes, quando falo, falo com veemência, mas isso é um direito que me assiste, tal como o direito que os Srs. Deputados têm de fazer perguntas. Também posso responder com veemência, sem que isso seja considerado uma ofensa.

Sr. Deputado, sobre Vale do Lobo, peço desculpa, mas não vou responder, como disse no princípio, e andei sempre a responder.

Sobre La Seda, sobre os PIN, sobre a análise cuidada especial, lembro-me de uma vez me terem perguntado sobre isso, não sei se na outra comissão ou noutra fórum, disse que sempre acharia natural que, classificando o Governo um projeto como sendo de interesse nacional, era dever da Caixa, se fosse solicitada para tal, analisar o projeto. Para mim, isso era medianamente compreensivo. Não precisava que houvesse

nenhuma instrução do Governo para que isso acontecesse. Achava que era uma das consequências que entendia como dever do banco público.

Portanto, a Caixa, tanto quanto sei... Repito que não tinha acesso, ou melhor, se pedisse tinha acesso, mas não era a minha área de intervenção e não acompanhava *pari passu* decisões tomadas nesses fóruns, digamos assim. Eles chegavam ao Conselho da Caixa quando tinham de chegar, porque alguns até eram aprovados dentro das linhas de autonomia que o próprio banco de investimento tinha e não vinham sequer a Conselho da Caixa, tal como havia muitas coisas que eram aprovadas lá e não vinham.

Aliás, não vale a pena e não tem que ver com nada disto, mas há uma grande operação que foi aprovada lá e lembro-me de abrir o *Expresso*, no sábado, e de ver que a Caixa tinha tomado uma posição num grande grupo empresarial, que não tinha passado pelo Conselho, porque a área da banca de investimento tinha autonomia para tomar aquela decisão. Foi até a partir dessa altura que, em muitos casos, passou a haver ratificação do Conselho. Por exemplo, na Caixa Capital, que era o investimento financeiro da Caixa, tinha limites de competência cujas decisões se concretizavam desde que fossem nesses limites, não vinha à administração. Eram limites razoavelmente elevados. É claro que o senhor dirá: «Bem, a Administração respondia sobre tudo». Sim! Quando nós, porventura, achássemos que as coisas não estavam a correr de acordo com o que seria a orientação da Caixa, a administração do fundo, a administração do banco era questionada sobre isso, mas o normal era que muitas coisas corressem o seu caminho, no exercício de delegação de competências que o banco fazia a essas instituições.

Portanto, era natural, para mim, não vi nisso um problema maior e, pessoalmente, achava... Mas não fiz nenhuma observação acerca disso, porque me pareceu que era óbvio que havia interesse no projeto e que o investimento que a Caixa estava a fazer em *equity*, na La Seda, era

indispensável para se conseguir ganhar, foi assim sempre que vi. A Caixa só investiu lá, porque se convenceu — ou a convenceram as partes interessadas — de que aquilo era indispensável para se conseguir o projeto para Portugal.

Não tenho ideia de que à Caixa tenha chegado... Por mim não passou, vi uma parte das declarações que aqui fez o presidente do Banco de Investimento e vi que referiu, várias vezes, que o vice-presidente lhe terá dito que voltasse a avaliar ou que fizesse uma avaliação mais fina, digamos assim, mas não sei. Não tenho conhecimento de nada disso, não participei em nada disso. Quando chegou à ratificação do Conselho, foi feita, também, porque, a certa altura, a Direção de Risco transformou o seu parecer para, se não me falha a memória, «condicional». Depois, foi possível, no final também, acabar por acomodar as diversas questões que ficaram em presença.

Aqui temos um problema, como já disse, que é lamentável que exista, mas existe: a apreciação é sempre feita com base na primeira proposta do Risco, porque o resultado final não aparece no reporte.

Os Srs. Deputados não têm toda a informação e agora também não é possível, da nossa parte, sem documentação, sem nada, dar o reporte de cada operação. A questão central é essa.

A propósito da Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa, quando se referiu ao parecer claro do Risco que foi claramente negativo...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não! Foi desfavorável, mesmo!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Desfavorável, negativo!

Bom, mas também evoluiu, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não evoluiu!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não evoluiu?!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Está expresso que era um parecer desfavorável.

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Tudo bem! Não tenho a visão... É o velho problema: não tinha esse... Não foi originado numa área, é também da área da banca de investimento. Aí, o princípio era o da confiança. É claro que tínhamos a responsabilidade final de aprovar, mas valia o princípio da confiança. Confiávamos na capacidade das entidades que se debruçaram sobre o dossiê!

Confiávamos e eu voltava a confiar, Sr.^a Deputada! Olho para o Dr. Jorge Tomé e vejo um profissional competentíssimo, sempre! Já o via assim na altura!

Conheci-o quando regresssei à Caixa, antes de estar na administração, e era uma das pessoas com quem conversava com alguma regularidade. Sei que estava à frente de um profissional de grande gabarito.

Quer dizer, as coisas acontecem não porque as pessoas queiram que aconteçam ou por causa deste ou daquele procedimento. A questão essencial para nós é que tudo se passou de acordo com os regulamentos. Não há... Sempre tivemos cuidado que isso acontecesse!

A administração da Caixa tinha poder para aprovar e aprovou! Aprovou e correu mal. Gostávamos que tivesse corrido bem, mas, na verdade, a minha participação nisso foi a de aprovar solidariamente, porque pertencia a um órgão colegial em que as decisões eram tomadas da maneira que já expliquei.

Depois, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a primeira questão que colocou foi se ficou claro que era para comprar ações. Sr.^a Deputada, tenho a ideia de que também era para comprar ações. Mas a facilidade de crédito, chamemos-lhe assim, que tinha sido concedida e talvez por isso a questão de conta-corrente, podia ser utilizada em várias coisas e entre elas estavam, claro, ações.

Mas a Sr.^a Deputada pergunta: tinha consciência de que era todo para ações? Acho que não! Não me lembro disso. Custa-me dizer que não me lembro, porque sei que isto é o que passa e ao que se reduzem quatro ou cinco horas de discussão. Na verdade, no processo constava «também para ações». Ou seja, podia usar aquilo para comprar ações.

Já agora, se me permitem, a propósito da questão a que o Dr. Pinhal se referiu aqui muito, nomeadamente sobre as obrigações do Banco de Portugal em relação a esta matéria e ao facto de o Banco de Portugal conhecer ou não conhecer a operação, seria impensável na banca que o Banco de Portugal pusesse ou fizesse alguma observação sobre a autonomia dos bancos, não só da Caixa mas de um banco qualquer, que não tivesse a ver com o perigo de pôr em causa a capacidade de honrar os compromissos em relação aos seus depositantes.

O que estava em causa era uma supervisão de carácter prudencial, como sempre foi dito e é o que consta na legislação. O que o Banco de Portugal tinha de fazer, naquele caso, era só dizer sim ou não à questão que era posta, ou seja, se podia ou não aumentar a participação que já tinha no banco.

Ninguém me encomendou o sermão, Sr.^a Deputada. Quer dizer, ouvi a discussão que se tem tido à volta disso e, na verdade, é possível apontar muitas coisas ao Dr. Vítor Constâncio, mas não é possível apontar-lhe nada em relação a essa matéria.

Peço desculpa, mas podia estar aqui a dizer: «Bom, o Banco de Portugal também não disse nada, e se nos tem dito, se calhar, tínhamos...» Mas não tinha de dizer! E não acharíamos bem que dissesse, nem nós, nem nenhum banco, em geral! Nem aqui, nem no resto da Europa! Era um assunto em que o Banco de Portugal não tinha de se meter.

Em relação ao Dr. Filipe Pinhal e ao crédito reestruturado, no BCP, eu não tinha nenhuma competência de crédito. Só na parte final do meu mandato é que se construiu, por razões de créditos problemáticos que vinham aparecendo, uma nova entidade, a Direção de Recuperação de Créditos, se não estou em erro, que tinha também competências de crédito. Mas isso foi no final do meu mandato no BCP e passou a ser um peso, enfim, um inferno... A minha vida passou a ser um inferno com essa matéria, mas pouco tempo depois suspendi a minha função no BCP.

Ouvi também que tinha sido reestruturado o crédito do Sr. Berardo. Não passou nada por mim! Não passou, não foi tema de conversa no Conselho de Administração!

O Conselho de Administração nunca discutia crédito! Foi apresentado e aprovado pelo administrador que tinha — se existiu, porque não tenho memória disso — o pelouro, porque tinha competências para o fazer sozinho ou, num limite mais elevado, com a assinatura de outro administrador. E não tenho ideia de ter sido eu o solicitado para isso!

Sr.^a Deputada Cecília Meireles, sobre a Artlant, acho que já respondi à questão. A Caixa só tinha interesse porque foi convencida de que para ter o tal projeto tinha de haver uma participação. Nunca vi que houvesse outro interesse nisso.

O banco Santander saiu em 2009. Tenho ideia de ver notícias sobre o assunto, mas isso não passou por mim. Como sabe, eu estava no BCP — não sei, até, se já tinha saído de lá nessa altura... Saí do BCP, quer dizer, pedi a suspensão da administração do BCP em finais de 2009.

Depois, temos uma questão relacionada com Vale do Lobo. Sr.^a Deputada, não me parece... Enfim, se falei mais vezes com o Dr. Carlos Ferreira, desculpe, mas não me vou meter de novo em Vale do Lobo!

Sr. Deputado Duarte Marques, em relação ao *spread* de 0,35%, etc. e à questão do crédito, já falei demasiadas vezes sobre os créditos do Sr. Berardo e outros...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas não sobre as condições do crédito!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O *spread*, Sr. Deputado... O *spread* de 0,35%...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — 0,85!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — 0,85?! Na altura, era quase um juro... Como é que hei de dizer?! Isso é um *spread* elevadíssimo para o tempo!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O que assusta é o rácio de cobertura, não o *spread*!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O rácio de cobertura?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — De 100% ou 105% para ações!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — O normal era acima de 110%. Era o que se pedia sempre!

Mas tenho de lhe dizer, outra vez, a mesma coisa: estávamos num período de ganhos nas ações! De ganhos, repito!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Com uma guerra no BCP!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Com certeza. A guerra no BCP trouxe ganhos e, depois, trouxe perdas. Mas isso foi mais tarde.

Também já lhe disse as condições em que se processavam as decisões. A administração tinha poder para decidir isso. Eu não conhecia o Sr. Berardo, não tinha nenhuma relação com ele. Aproveito para lhe dizer já — acho que foi o Sr. Deputado, se não estou em erro, que perguntou se tinha ido alguma vez à Quinta da Bacalhôa — que nem sei onde fica, Sr. Deputado!

De Vale do Lobo, não posso dizer que não sei onde fica, mas é o tal tema sobre o qual não volto a responder.

Falou numa orgia de crédito... Enfim... Falou também em relação à Coleção Berardo. Sei que não adianta nada, porque o Sr. Deputado não vai acreditar, mas acho que não tive nenhuma relação. Não vejo... Nunca tive o menor indício de que o Sr. Primeiro-Ministro da altura se envolvesse em questões desse género com a Caixa Geral de Depósitos!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não falei do Primeiro-Ministro, o senhor é que está a falar!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Mas, está bem, o Governo... Sempre acusam o Eng.º Sócrates de ter...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Secretário de Estado da Cultura!...

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não tenho conhecimento disso. Não tenho!

É a tal história: até podia ter havido, não sabia. Já disse uma vez ou duas uma coisa...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É coincidência!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — É uma coisa que parece absurda às pessoas que veem conspirações em todo o lado: duvido que tenha havido, Sr. Deputado, na Caixa Geral de Depósitos um período com tão pouca intervenção do Governo na gestão como aquele em que nós lá estivemos, por mais estranho que lhe pareça! Duvido que tenha havido um, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Virgílio Macedo perguntou se aumentar a quota foi estratégia da administração ou da tutela. Sr. Deputado, quando chegámos à administração havia um projeto em desenvolvimento na Caixa chamado projeto Líder, em que tinha participado sempre, nos diversos fóruns em que a coisa se ia desenvolvendo. O projeto era liderado pelo Eng.º Mira Amaral, antigo Ministro da Indústria, do PSD, e sofreu um impulso especial quando, depois, ele assumiu as funções de CEO.

É esse projeto Líder que põe como meta não apenas a questão do aumento do crédito nas pequenas e médias empresas, fazendo disso um dos objetivos principais. Fazia todo o sentido que a Caixa... Esse era, digamos, o nosso mercado de eleição, o nosso segmento de eleição e foi aí que começou o impulso para o aumento, ou melhor, para o ganho de quota nas pequenas e médias empresas. Também aconteceu com o projeto de criação de uma entidade para investimento no mercado turístico *top, prime*.

Há documentação abundante sobre essa matéria, os célebres *PowerPoint* e essa história toda que se discutiu... É aí que começa a ideia

de investir em projetos que pudessem acrescentar valor para o banco, uma vez que os financiava... Enfim, não voltemos ao tema.

Não estou a dizer, obviamente, que a questão de Vale do Lobo foi o Eng.º Mira Amaral que a meteu...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Era o que mais faltava!

O Sr. Dr. **Armando Vara**: — Não é nada disso! Não tem nada a ver com isso!

Mas é para dizer que o caso do aumento de crédito não teve nada a ver com a tutela. Nada! Foi uma decisão da administração que, a certa altura, reservou um dia inteiro para olhar para acertos de estratégia que iam ser necessários. Agarrámos o projeto Líder e decidimos o que havia de avançar a toda a força e o que poderia esperar por uma segunda mão, enfim, como é normal quando se chega...

Sempre achei, aliás, e sempre fiz disso a minha forma de agir, nas várias funções que fui exercendo ao longo da minha vida, que, primeiro, se continua e, depois, se muda, se for necessário. Nunca fui partidário de chegar e fazer a revolução.

Por isso, em todos os lugares por onde passei, na generalidade dos casos, as pessoas que encontrei ficaram lá quando saí. É extraordinário! Às vezes, olho para trás e digo: é extraordinário! Porque sempre me orientei por critérios de eficiência e eficácia em relação a todos os aspetos e sentia que, mesmo que achasse que não era o melhor, tinha de lhe dar uma oportunidade de o provar. E quase todos provaram que eram as melhores escolhas, que já tinham sido as melhores escolhas, portanto, continuaram a ser as melhores escolhas.

A decisão não foi, sobre esta matéria, tomada por ninguém exterior à Caixa. Foi o próprio Conselho de Administração que a tomou.

Sr. Presidente, terminei. Queria agradecer a atenção de V. Ex.^a e do seu antecessor, que esteve mais tempo, e às Sr.^{as} e Srs. Deputados este meu regresso a uma Casa onde fui feliz, como se diz agora no futebol. Passei aqui muito bons tempos.

Foi para mim uma grande honra exercer o cargo de Deputado e outros cargos que fui exercendo ao longo do tempo e, apesar da veemência da discussão, também gostei de estar aqui hoje.

O requerimento que vos dirigi no início, confesso, foi mais para chamar a atenção da situação que se vive no sistema prisional, nomeadamente as enormes dificuldades que sente toda a gente que está comigo naquele estabelecimento prisional e que merece, em muitos casos, uma nova oportunidade na sua vida.

O sistema é de tal forma absurdo que merece um olhar atento dos órgãos de discussão, debate e decisão política. Na verdade, enche-se a boca de «reinserção, reinserção», mas o que vemos é reinserção nenhuma! Isto não é uma tomada de posição em relação a nenhum tipo de responsável dos estabelecimentos prisionais, ainda que, em muitos casos, também possam fazer melhor.

Mas, hoje, eu, por más razões, tenho uma coisa que considero muito importante: conheço o sistema do ponto de vista do utilizador, e isso é dramático, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Espero que esta parte final da minha intervenção sirva para vos motivar um pouco, já que o sistema prisional não é digno de um País como o nosso.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegamos, assim, ao final desta audição.

A próxima reunião será na segunda-feira, dia 17 de junho, às 9 horas e 30 minutos, para uma segunda audição do Sr. Eng.º Fernando Faria de Oliveira.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 7 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.